

ANA SAGGIORO GARCIA (COORD.)

INVESTIMENTOS DA CHINA NO BRASIL, ÁFRICA DO SUL E ÍNDIA

ARRANJOS INSTITUCIONAIS,
ATORES E IMPACTOS

REALIZAÇÃO:

act:onaid



SUMÁRIO

INVESTIMENTO DA CHINA NO BRASIL, ÁFRICA DO SUL E ÍNDIA ARRANJOS INSTITUCIONAIS, ATORES E IMPACTOS

RIO DE JANEIRO, 2018

INICIATIVA

ActionAid Brasil

RIO DE JANEIRO
Rua Morais e Vale, 111 / 5º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP
20021-260

www.actionaid.org.br

instituto PACS

RIO DE JANEIRO
Av. Henrique Valadares, 23 / 504
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP 20231-030

www.pacs.org.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Gerardo Cerdas Vega e Livia Salles

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DA PESQUISA

Ana Saggioro Garcia (Prof. Adjunta
de Relações Internacionais da Uni-
versidade Federal Rural do Rio de
Janeiro e colaboradora do Instituto
PACS)

ASSISTENTES DE PESQUISA

Monalisa Barcellos, Yasmin Biten-
court, Thayane Nascimento e Lucas
Rezende (graduação em Relações
Internacionais da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro)

APÊNDICE

Fabrina Furtado (professora do
departamento Desenvolvimen-
to, Agricultura e Sociedade, da
Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro)

ISBN

978-85-89473-00-0

FOTO CAPA

PinhBadger / DepositPhotos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Móruia_Oficina de Ideias

As opiniões vertidas nesse texto são de
inteira responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem o ponto de vista
institucional da ActionAid Brasil.

- 4 INTRODUÇÃO
- 18 INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL
- 40 INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁFRICA DO SUL
- 58 INVESTIMENTOS CHINESES NA ÍNDIA
- 74 APÊNDICE
INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL, ÍNDIA
E ÁFRICA DO SUL: ENTRE O REAL E O
IMPOSSÍVEL, MULHERES RESISTEM
- 90 CONCLUSÃO
- 96 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

POR ANA SAGGIORO GARCIA

A presente pesquisa apresenta um panorama geral dos investimentos da China em outros três países dos BRICS: Brasil, África do Sul e Índia. A formação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é um marco do início do século XXI. Esse grupo de países começou a se reunir ao longo da década de 2000, depois que o banco Goldman Sachs havia inicialmente concebido o acrônimo com o intuito de identificar mercados promissores para grandes grupos econômicos e financeiros¹. Em 2003, duas outras articulações relevantes pavimentaram o caminho para os BRICS: o IBAS - agrupamento entre Índia, Brasil e África do Sul, com o foco nas cooperação Sul-Sul² – e a reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC) em Cancun, onde o Brasil, Índia e outros países ‘em desenvolvimento’ se juntaram para pleitear melhores termos de acesso aos mercados agrícolas mundiais (Prashad, 2013). Porém, é com a crise financeira global, iniciada nos EUA em 2008, que a *discussão* sobre o papel dos BRICS ganhou relevância. A crise despertou a ideia de que os países centrais estariam perdendo poder na ordem mundial, e que a China, juntamente com outros países de economias denominadas ‘emergentes’, estaria desafiando a posição dominante dos EUA, Europa e Japão. A crise consolidou o novo papel do grupo das vinte principais economias do mundo, o G20, tendo sua cúpula de 2008 incluído os chefes de Estado dos BRICS para negociar possíveis saídas.

No imediato decorrer da crise, em 2009, ocorreu a primeira cúpula de chefes de Estado dos ‘BRIC’ em Ecatemburgo, na Rússia, sucedida de cúpulas anuais que foram dando corpo e conteúdo ao agrupamento, para além de uma identificação de mercados. Em 2011, o BRIC tornou-se BRICS com a incorporação da África do Sul como uma potência regional e uma ‘porta de entrada’ para a África. Em síntese, na última década foram realizadas as seguintes cúpulas: Ecatemburgo, 2009; Brasília, 2010; Sanya, 2011; Nova Delhi, 2012; Durban, 2013; Fortaleza, 2014; Ufa, 2015; Goa, 2016; Xiamen, 2017; e Johannesburgo 2018³. Esses encontros aumentaram e intensificaram negociações, barganhas e espaços de cooperação entre esses cinco países, resultando em planos de ação específicos. Com a presidência pro-tempore, o Brasil auspiciará a próxima cúpula de chefes de Estado dos BRICS em 2019.

Ao longo dessa década, os países BRICS mantiveram outras iniciativas,

1. <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/sobre-o-brics/dados-economicos>
2. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-lbas>
3. <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/sobre-o-brics/informacao-sobre-o-brics>

que intensificaram suas relações. São exemplo os encontros anuais dos Ministros de Relações Exteriores à margem da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU); reuniões regulares de grupos de trabalho setoriais (agricultura, energia, finanças, ciência e tecnologia, saúde, entre vários outros); reuniões de Ministros de Finanças e representantes dos Bancos Centrais paralelas às cúpulas do G20; a criação de duas novas instituições conjuntas, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (ARC)⁴. Além disso, os BRICS vão além de um agrupamento entre Estados, tendo reconhecidas outras instâncias da sociedade civil e empresarial: o Conselho Empresarial dos BRICS⁵ (que organiza anualmente também o Fórum Empresarial dos BRICS), o Conselho de Think Tanks, o Fórum Acadêmico⁶ e o 'Civil BRICS'⁷. Por sua vez, movimentos sociais, ONGs e organizações de base mais críticas aos BRICS vêm organizando encontros paralelos no sentido de um 'BRICS from below' desde 2013⁸.

Podemos observar, portanto, que os BRICS passaram, dez anos desde a primeira cúpula, por um adensamento institucional e temático, criando novas instituições e ampliando a esfera de cooperação intra-bloco. Além disso, eles vêm mantendo espaços de diálogo com outros países 'em desenvolvimento' de suas respectivas regiões, em um processo conhecido como 'outreach', ou seja, o engajamento externo com países e instituições do entorno imediato da cada país BRICS, que é efetivado com a participação desses como membros-externos a cada cúpula de chefes de Estado (Ramos, et. al. 2018)⁹.

É preciso lembrar que a emergência dos BRICS em termos econômicos e políticos gerou expectativas quanto ao seu potencial de desafiar a *status quo* da ordem mundial vigente. Eles buscaram atuar de forma coordenada em foros multilaterais para pleitear a reforma nas instituições de governança econômica e política mundial, especialmente no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial, mas também (por parte do Brasil e da Índia) no Conselho de Segurança da ONU (Kiely, 2015). Essa agenda reformista é, de certo, um ponto de tensão com a potências ocidentais, que procuram retardar ou mesmo impedir tais reformas em instituições criadas no período pós-Guerra. Paradoxalmente, conforme aponta Bond (2018), a reforma alcançada no FMI em 2015 elevou o poder de voto de

alguns dos BRICS em detrimento de outros países pobres e países 'em desenvolvimento': a China aumentou em 37%, o Brasil em 23%, a Índia em 11% e a Rússia em 8%, porém a África do Sul perdeu 21% em poder de voto, e países como Nigéria e Venezuela perderam 41%¹⁰.

Os BRICS tiveram um crescimento econômico acelerado nos anos 2000 e chegaram a concentrar aproximadamente 28% do PIB/PPC global em 2008¹¹ (Fernandes, Garcia e Cruz, 2015). Porém, o crescimento econômico desses países não resultou, de forma geral, numa maior distribuição de renda e riqueza. Em muitos casos, amplas parcelas das populações nos países BRICS permanecem sem acesso à infraestrutura básica, com baixo acesso à educação e saúde, enquanto parcelas ínfimas tiveram um enriquecimento exponencial. Segundo os dados o relatório sobre desigualdades mundiais¹², de 2018, a desigualdade de renda e de riqueza cresceu em todo mundo, mas cresceu mais rapidamente em países como China e Rússia, que passaram por transformações estruturais nas suas economias desde os anos 1980, e vivenciaram um aumento da riqueza privada frente à diminuição dos bens públicos. O relatório aponta que os 10% mais ricos detêm 41% da renda nacional na China, enquanto que essa parcela chega 47% da renda nacional na Rússia, e 55% na Índia e no Brasil, país onde a desigualdade de renda permaneceu alta, porém estável nos últimos anos (WIR 2018, p. 5-6). Desta forma, podemos afirmar que *desigualdade* marca o crescimento econômico dos BRICS de modo geral, em contraponto à reivindicação de mais *igualdade* no sistema internacional.

Os BRICS buscaram adensar a cooperação entre si em diversos setores: finanças, agricultura, economia e comércio, segurança, ciência e tecnologia, saúde, educação, energia. Esses são espaços nos quais os BRICS buscaram trabalhar efetivamente juntos, produzindo acordos, memorando de entendimentos e ajuda mútua¹³. Os esforços de cooperação intra-BRICS são positivos, porém podem se chocar com as assimetrias econômicas e produtivas entre os cinco países, evidenciadas nas suas relações comerciais. De acordo com dados divulgados pelo Ministério de Relações Exteriores¹⁴, em 2016, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul mostravam-se altamente dependentes das exportações para a China, que representavam quase 85% das exportações brasileiras de insumos básicos, principalmente soja em grão, minério de ferro e óleo bruto de petróleo; 80% das exportações

faz parte de um contínuo processo de reforma da governança do fundo, de modo a alinhar a parcela de quotas à posição relativa de cada membro na economia mundial. Cf. <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/07/14/12/21/IMF-Quotas>. Com esta última reforma, o poder de voto dos EUA no FMI permanece o mais alto, tendo sozinho 16,52%, enquanto a China tem 6,09%. Cf. <https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx#3>

11. Hoje esse quadro de crescimento expoente é diferenciado, com o crescimento chinês mais lento, o Brasil e a Rússia com taxas negativas e passando por uma recessão, a África do Sul com uma taxa de crescimento de 1%, e apenas com a Índia crescendo de forma acelerada com uma taxa de 7,6% no ano de 2016. Ver: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/India-e-destaque-entre-brics-com-crise-no-brasil-e-desaceleracao-da-china.html>

12. O *World Inequality Report* é um produto do laboratório sobre desigualdades mundiais, que agrega uma ampla leque de pesquisadores, e é coordenado por um comitê executivo com cinco membros, dentre eles Thomas Piketty. Cf. <https://wid.world/world-inequality-lab/>

13. Para o Brasil, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) afirma que as áreas prioritárias da cooperação intra-BRICS são saúde, ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e energia <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/sobre-o-brics/principais-areas-e-temas-de-dialogo-entre-os-brics>

14. http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/IC-Brasil-X-BRICS-JANEIRO10_2018T.pdf

4. <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/sobre-o-brics/historico>

5. <https://www.bricsbusinesscouncil.co.za/brics-council/>

6. O representante do Brasil nesses espaços é o IPEA. Cf. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22930; http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33351&Itemid=4

7. Espaço para participação da sociedade civil oficialmente organizado pelo governo russo na cúpula de Ufa, em 2015. O Civil BRICS também se reuniu na Índia em 2016 e na África do Sul, em 2018. Porém é um espaço questionado por várias organizações sociedade civil dos países membro do bloco. Cf. <http://civilbrics.ru/pt/gr-brics/>

8. O primeiro *BRICS from below* ocorreu na forma de protesto frente à cúpula de Durban em 2013, e seguiu acontecendo nos anos seguintes, em proporções menores. Cf. <https://www.bricsfrombelow.org/>; <https://peoplesbrics.org/>

9. Por exemplo, na mais recente cúpula de Johannesburg, África do Sul, representantes de países africanos compareceram no espaço de diálogo ampliado: <http://www.brics2018.org.za/brics-outreach>

10. As cotas de cada país dentro do Fundo Monetário Internacional dizem respeito a diferentes aspectos: contribuição financeira de cada membro, poder de voto, acesso às finanças e direitos especiais de saque. O fundo afirma que são realizadas revisões periódicas das quotas, sendo que a última revisão (a décima quinta)

sul-africanas, essencialmente minério de ferro, combustíveis sólidos e ferro-ligas; 71% das exportações russas concentradas em óleo bruto de petróleo e óleo refinado de petróleo; e 42% das exportações indianas, concentradas em óleo refinado de petróleo, fios de algodão para costura, minério de ferro e medicamentos em dose. Por sua vez, as exportações intra-bloco da China chegaram a 24% das exportações totais naquele ano, e foram compostas por produtos manufaturados e semi-manufaturados, como aparelhos eletrônicos e de telefonia, computadores e suas unidades, semicondutores elétricos, além de calçados, vestuário e peças de automóveis.

A CHINA E SEUS INVESTIMENTOS EXTERNOS

A assimetria comercial, acima descrita, evidencia o papel da China como potência econômica dentro dos BRICS, o que também se reflete no investimento externo. As economias dos BRICS são importantes receptores de Investimento Externo Direto (IED), mas tornaram-se também investidores internacionais, com grandes corporações multinacionais operando em todo o mundo. Segundo o *World Investment Report 2018*, da UNCTAD, esses cinco países juntos representavam 19% das entradas de investimento global e 23% do PIB mundial em 2017 (UNCTAD 2018, p. 5). Historicamente, os fluxos de entrada de IED para os BRICS superaram as saídas, mas, segundo a UNCTAD, os investimentos oriundos dos BRICS estão em alta, tendo aumentado em 21% em 2016 para US\$ 2,1 trilhões (UNCTAD, 2017, p. 18). De acordo com a UNCTAD, as corporações multinacionais do BRICS corresponderam, em 2016, por 24% das 500 maiores empresas do mundo. Por sua vez, os investimentos intra-BRICS cresceram 10% em 2015, especialmente por meio de investimentos entre a Índia e a China (Ibid., p. 19).

A China realizou, pela primeira vez, em 2016, mais investimentos do que recebeu, tornando-se a segunda maior investidora global, depois dos EUA, respondendo por US\$ 183 bilhões dos investimentos estrangeiros diretos globais naquele ano (Ibid., p. 14)¹⁵. Porém, como aponta o *World Investment Report* de 2018, houve uma queda dos fluxos de IED chinês

“ A China realizou em 2016 mais investimentos do que recebeu, tornando-se a segunda maior investidora global, depois dos EUA, respondendo por US\$ 183 bilhões dos investimentos estrangeiros diretos globais naquele ano”

em 2017 (que caíram para US\$ 125 bilhões), representando o primeiro revés desde 2003 (UNCTAD 2018, p. 6). De acordo com esse relatório, o declínio do investimento de empresas multinacionais chinesas foi o resultado de políticas que restringiram o IED externo pelo governo da China. Este identificou áreas de “investimento irracional”, principalmente em setores como imóveis, hotéis, cinemas, entretenimento e clubes esportivos, freando fusões e aquisições em 2017 nesses setores (Ibid., p. 48). Ao mesmo tempo, o IED emitido por Hong Kong continuou em alta de 39%, chegando a US\$ 83 bilhões (Ibid.). A UNCTAD afirma que os investimentos externos da China devem se estabilizar, ou crescer nos setores de infraestrutura e manufatura, puxados pelo megaprojeto *One Belt, One Road* (OBOR) na região asiática¹⁶ (Ibid., p. 49).

A China desenvolveu, ao longo das últimas décadas, uma estratégia de desenvolvimento que combinou um conjunto de políticas para a promoção do seu investimento externo. Segundo Jaguaribe (2018, p. 17), a crise econômica global de 2008 representou um momento de inflexão, quando o país foi forçado a buscar novos mecanismos de desenvolvimento doméstico e forjar uma política externa proativa. Nesse sentido, foram desenvolvidos instrumentos financeiros sincronizados às transformações industriais e ao engajamento externo da China. Dentre as motivações e objetivos do governo e das multinacionais chinesas para investir no exterior estão os de aumentar as reservas externas e o valor adicionado ao investimento; assegurar estabilidade do custo e oferta de energia, commodities e alimentos; encontrar alocação lucrativa para a sobreacumulação, resultado da sobre-capacidade industrial doméstica; expandir redes de mercado e encontrar

15. O relatório apontou que as empresas chinesas investiram no exterior para ganhar acesso a novos mercados e adquirir ativos que geram fluxos de receita em moeda estrangeira (UNCTAD 2017, p. 14).

16. Discorreremos sobre o OBOR mais adiante no capítulo sobre os investimentos chineses na Índia. Sobre o projeto, cf. <http://english.gov.cn/beltAndRoad/>. Chamamos atenção para outra pesquisa realizada por Adhemar Mineiro, “A iniciativa ‘Um cinturão, uma rota’. O protagonismo chinês e a América Latina”, a ser lançada pela Action Aid Brasil juntamente com a presente pesquisa.

oportunidades para avançar em setores intensivos em tecnologia; por fim, torna-se cada vez mais importante fomentar a internacionalização da sua moeda, o yuan (Ibid., p. 20). Dessa forma, há uma combinação entre interesses comerciais e de lucro de empresas multinacionais individuais, entre objetivos econômicos, industriais e financeiros, e entre objetivos de política externa do Estado chinês.

Uma particularidade do modelo chinês é forma pela qual o Estado e o mercado se relacionam. Segundo Jaguaribe, a China seria uma economia de mercado guiada pelo Estado (Ibid., p. 27). Empresas públicas e privadas seguem uma lógica corporativa e buscam aumentar o retorno dos investimentos ao ir para fora, porém, ambas estão direcionadas e condicionadas pelas políticas e estratégias de governo chinês. Assim, pode-se afirmar que o governo exerce controle sobre empresas privadas, independente da sua participação nelas. A autora aponta que, apesar de ser uma economia altamente globalizada, as prioridades políticas da China, sua motivação política e sua energia ainda são voltadas, em grande medida, para seu próprio modelo de crescimento interno (Ibid., p. 30).

O investimento externo chinês passou por diferentes fases: nos anos 1990 e na primeira década dos 2000 ele foi caracterizado pela atuação de grandes multinacionais estatais, e se concentrou na busca por recursos naturais, especialmente energia e mineração; depois dos anos 2010, verificou-se a crescente atuação de multinacionais privadas e um aumento dos investimentos em setores tecnológicos, manufatura, serviços financeiros e imobiliários. Essas fases também cruzam com uma certa divisão de trabalho geográfica. Enquanto os investimentos na América Latina, África, Austrália e Ásia se concentram nos setores de energia, recursos naturais e as infraestruturas relacionadas a esses setores, os investimentos nos EUA e Europa se destinam à serviços, telecomunicações, mídia e alta manufatura¹⁷ (Ibid., p. 22-23).

A presente pesquisa confirma essa divisão de trabalho. De acordo com o *China Global Investment Tracker*, os EUA receberam mais de US\$ 178 bilhões em investimentos chineses entre 2005 e 2018, que foram direcionados para variados setores (agricultura, químicos, energia, entretenimentos, finanças, saúde, logísticas, metais, TI, imobiliário, transporte e turismo)¹⁸. Já os investimentos chineses para os países trabalhados na

presente pesquisa são muito inferiores: o Brasil recebeu US\$ 64,50 bilhões nesse período, altamente concentrados no setor de energia, que sozinho recebeu US\$ 46,45 bilhões; a Índia recebeu aproximadamente US\$ 25 bilhões, distribuídos majoritariamente nos setores de energia, transportes, metais, TI e saúde; por fim, a África do Sul recebeu cerca de US\$ 15 bilhões, direcionados para o setor de finanças¹⁹, metais, transporte e energia²⁰.

A economia chinesa permanece altamente planejada e segue os Planos Quinquenais, além de planos setoriais. De modo geral, há um conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado chinês ao longo das últimas duas décadas para promover e alavancar seu investimento externo. No fim dos anos 1990 o país lançou seu programa 'Going out', fomentando grandes e médias estatais e grandes empresas privadas a se engajar no exterior. A partir de 2004 houve um conjunto de medidas regulatórias destinadas a flexibilizar e facilitar projetos internacionais de empresas chinesas, por exemplo, a possibilidade de aquisições no exterior sem passar por aprovação prévia do governo para empresas que atuavam sem financiamento oficial. Essa regulação mais frouxa facilitou um maior fluxo de capitais para fora da China e manobras para driblar os mecanismos de controle governo, fazendo com que, em 2016, o Ministério de Comércio e Finanças e a administração central do governo chinês adotasse uma nova regulamentação mais rígida e restritiva (Ibid., p. 25), resultando, conforme apontou a UNCTAD, na redução do IED chinês em 2017.

Investimentos chineses são apoiados por bancos comerciais e de desenvolvimento, e por seguradoras. Nesse contexto, destaca-se o papel do Banco de Desenvolvimento da China (CDB, em inglês) para financiamento doméstico e externo, que conta com um braço *Exim* para apoiar a internacionalização de empresas. O banco foi criado em 1994 com o objetivo de prover financiamento de médio e longo prazo associado às estratégias de desenvolvimento econômico e social da China. O CDB é a maior instituição financeira de desenvolvimento do mundo, com capital registrado em cerca de 421 milhões de renminbi²¹. Segundo informações disponibilizadas pelo banco, em 2017, seus ativos contabilizaram 15 trilhões de renminbi e seu balanço de empréstimos 11 trilhões²². Conforme apontamos adiante, a atuação do CDB é fundamental para os investimentos chineses no Brasil, África do Sul e Índia. O banco criou uma subsidiária

17. Jaguaribe (2018) aponta que, a partir de 2011, verifica-se um aumento do investimento chinês precisamente para Europa e EUA, indicando a crescente inserção em setores intensivos em tecnologia (Ibid., p. 23).

18. Banco de dados sobre os investimentos globais da China entre 2005 e 2018, publicado pelo *American Enterprise Institute* e *The Heritage Foundation*. De acordo com esse banco de dados, os investimentos globais da China entre 2005 e 2018 somaram quase US\$ 1,9 trilhões. Até 2018, empresas chinesas privadas surgiram como investidoras globais, e vêm crescendo no setor de saúde, enquanto que o megaprojeto *One Belt, One Road* tem canalizado a expansão do setor de construção. Os EUA estariam se movendo para limitar as aquisições chinesas no setor de tecnologias, e poderão ser seguidos por outros países. Cf. <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>

19. Como veremos adiante, trata-se essencialmente da aquisição do Standard Bank pelo China Development Bank, que foi a principal aquisição chinesa no continente africano.

20. Todos os dados estão no mapa interativo na página <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>

21. A cotação atual do dólar americano corresponde a aprox. 6,95 renminbi.

22. http://www.cdb.com.cn/English/gyhh_512/hhjj/

“ A partir da década de 1970, a China dá início à alavancagem de sua economia nacional com a criação de condições para a acumulação de capital, nacional e estrangeiro, dentro de seu território”

específica para financiamento às empresas chinesas para investir na África, o CAD-Fund, levando a uma corrida por matérias-primas e ao boom de investimentos chineses nos setores de mineração, energia e petróleo. Na América Latina, a presença chinesa aumentou rapidamente a partir de meados de 2000. De acordo com a CEPAL (2018, p. 22), entre 2005 e 2016, cerca de 80% dos empréstimos para a América Latina e o Caribe vieram do CDB, especialmente para projetos de infraestrutura e energia. Na região asiática, o banco é um dos principais financiadores do mega-projeto *One Belt, One Road*.

Por fim, apontamos em outras pesquisas²³ que a China tem protegido amplamente suas empresas multinacionais através de 128 Tratados Bilaterais de Investimento (BIT, em inglês) com países de todo o mundo. Desde a década de 1990, ela já assinou 34 tratados dessa natureza na África e 15 na América Latina e no Caribe, além de outros três Acordos de Livre Comércio²⁴. Com a África do Sul, a China mantém um BIT desde 1998, e com a Índia ela manteve um tratado desde 2007, que recentemente não foi renovado²⁵. Em termos de conteúdo e de garantias ao investidor, os acordos de proteção de investimentos chineses se assemelham aos estabelecidos pelos países ocidentais nos anos 1990. A China é o único país BRICS com participação efetiva no Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI), órgão estabelecido nos anos 1960 no Banco Mundial, no qual investidores podem levar um país receptor à arbitragem internacional (Garcia 2016; 2017).

Observamos que o papel do investimento externo no processo de desenvolvimento da China é uma via de mão dupla: a partir da década de 1970, o país dá início à alavancagem de sua economia nacional com a criação de condições para a acumulação de capital, nacional e estrangeiro, dentro

de seu território, apoiado por um conjunto de regulações e uma estratégia política e econômica para que os investimentos estrangeiros entrassem e permanecessem; por sua vez, a ascensão da China como uma potência econômica também levou a que ela se tornasse uma investidora internacional, com novos ciclos de acumulação de capital para fora. A expansão de suas empresas multinacionais e bancos para outros países e regiões do Sul Global, na busca por recursos naturais e energéticos e novos mercados, leva a novos ciclos de expropriações que podem impactar as populações trabalhadoras. Nos propomos, aqui, a olhar para esses investimentos no Brasil, África do Sul e Índia.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Diante desse quadro geral de investimentos chineses, a presente pesquisa objetivou fornecer um **panorama geral** sobre investimentos de empresas e bancos da China em outras três economias dos BRICS: Brasil, África do Sul e Índia. Nesse sentido, foi realizado um levantamento inicial de dados sobre os principais investimentos, observando:

- Dados sobre os volumes de investimentos;
- Principais empresas chinesas atuando em cada país por setor;
- Principais projetos envolvendo capital chinês, verificando o montante de capital aplicado e identificando a parcela que é de responsabilidade chinesa;
- Arranjo institucional e atores envolvidos em cada projeto, tais como governos locais, instituições locais e chinesas, bancos públicos e privados, empresas nacionais ou de terceiros países, bem como comunidades locais;
- Possíveis impactos ambientais, sociais, trabalhistas e disputas envolvendo os investimentos chineses em cada país.

O roteiro-guia para os **textos** sobre investimentos chineses em cada um dos países procurou abordar os seguintes tópicos/temas: 1) Linhas gerais das relações China – Brasil/África do Sul/Índia, com breve histórico, dados gerais do comércio, dados gerais de investimento, atores principais (bancos, empresas etc.); 2) Bases políticas: acordos, tratados, fóruns de

23. Instituto PACS. "BRICS na África: mais do mesmo? Um estudo comparativo dos acordos de proteção de investimento dos BRICS com países africanos". 2016. Cf. <http://www.pacs.org.br/2016/04/13/brics-na-afrika-mais-do-mesmo/>

24. <http://investmentpolicyhub.unctad.org/IIA/CountryBits/42#iInnerMenu>

25. <https://www.thehindu-businessline.com/news/national/china-keen-to-negotiate-bilateral-investment-treaty-set-up-industrial-parks/article23375699.ece>

cooperação, associações empresariais etc.; 3) Casos de impactos sociais, ambientais, trabalhistas, etc., quando encontrados.

As fontes de pesquisa foram artigos acadêmicos, artigos de jornais internacionais e jornais locais de cada país, relatórios e páginas web das empresas, páginas web e documentos de órgãos do governo da China, relatórios de associações empresariais, documentos de *think tanks* e organismos multilaterais, como a UNCTAD, informações disponibilizadas pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), dos BRICS, bem como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, e, por fim, publicações de ONGs e movimentos sociais.

Além dos textos, os resultados estão apresentados na forma de **tabelas** com os dados dos projetos, contendo: ano do projeto; nome da empresa ou instituição chinesa; volume do investimento; empresa ou instituição parceira do país receptor; porcentagem de participação no investimento; setor e sub-setor; região onde se localiza o projeto. Com base nessas informações levantadas, elaboramos **mapas** do Brasil, África do Sul e Índia, que procuram apresentar regionalmente os investimentos chineses em cada um desses países.

A pesquisa não pode esgotar o tema e, naturalmente, encontrou algumas dificuldades para realizar uma leitura mais aprofundada. Primeiro, os dados sobre os investimentos são, em muitos casos, encontrados de forma fragmentada, podendo variar de acordo com diferentes fontes. Em muitos casos, os volumes de investimentos são anunciados por líderes governamentais ou empresários, divulgados pela imprensa, porém nem sempre se encontra a confirmação da sua efetivação. Além disso, o tema da pesquisa é atual e dinâmico, ou seja, lidamos com um *moving target* em que, a cada dia, são encontradas novas informações. Nesse sentido, não é possível dizer que tenhamos alcançado a completude de informações em cada país, mas trazemos uma amostra representativa dos investimentos chineses nos três países. Por fim, no que concerne à situação específica de cada país abordado, é importante chamar atenção para o fato de que cada um deles apresenta especificidades e diferentes graus de acesso à informação, o que complexifica a análise. No que tange especificamente aos impactos socioambientais, as diferenças de acesso à informação ficam evidentes no presente trabalho.

“ Em muitos casos, os volumes de investimentos são anunciados por líderes governamentais ou empresários, divulgados pela imprensa, porém nem sempre se encontra a confirmação da sua efetivação ”

Não é possível identificar um único padrão de atuação da China nos três países. Se a presença chinesa na África do Sul é mais diversificada e antiga, envolvendo, em ampla medida, políticas da ajuda e cooperação internacional além dos ganhos comerciais, no Brasil, a entrada da China se acelerou nos últimos anos e vem sendo concentrada nos setores de *commodities* e energia. É notória a dependência comercial do Brasil e da África do Sul frente à China, o que, por sua vez, não se verifica em relação à Índia. Entre as duas potências asiáticas, a relação é permeada por tensões geopolíticas, apesar da crescente aproximação comercial e empresarial. A Índia tem um déficit comercial com a China, e seus setores competitivos, como serviços, tecnologia e fármacos, pleiteiam uma abertura da China para empresas indianas.

Adiante, o primeiro capítulo irá tratar sobre investimentos chineses no Brasil, seguido por um capítulo sobre investimentos chineses na África do Sul e um terceiro capítulo sobre investimentos chineses na Índia. Por fim, o apêndice da pesquisa traz, ainda, uma reflexão sobre o lugar das mulheres nos grandes projetos de desenvolvimento, e pergunta: que implicações têm os investimentos chineses no Brasil, África do Sul e Índia para as condições de vida, trabalho e participação política/cidadania das mulheres? Como demonstra a pesquisa, grande parte dos investimentos chineses nesses países são voltados para grandes projetos de infraestrutura e a indústria extrativa. A literatura disponível sobre essa lógica de desenvolvimento revela que a mesma tem, como forma de expansão, o uso intensivo e extensivo da terra; a sobre-exploração do trabalho; a violação, flexibilização e fragmentação da legislação ambiental; e processos de privatização e expropriação de territórios. Trata-se de um processo que

oculta as transformações territoriais, que expulsa populações inteiras dos seus locais de produção e vida, e que torna seus modos de vidas inviáveis. Neste contexto, existe uma crescente percepção de que os impactos desses projetos são sentidos e vivenciados de formas distintas por homens e mulheres, e entre elas, pois são marcados por relações sociais desiguais que preestabelecem responsabilidades específicas em função do gênero, da classe e da raça. Além disso, as experiências das mulheres influenciam as suas percepções e valores em torno das questões ambientais. No entanto, apesar de contarmos com produção de pesquisas sobre a indústria extrativa, grandes projetos e conflitos ambientais, além de trabalhos sobre ecologia política feminista, ecofeminismo e feminismo territorial e comunitário, ainda é preciso avançar mais na análise desta relação, refletindo, especificamente, sobre o BRICS e investimentos chineses.

Agradecemos a Karina Kato, Gerardo Cerdas, Marina Praça, Sandra Quintela, Bruna Figueiredo e Bárbara Dias pelas leituras atentas e críticas às versões anteriores do texto, que ajudaram a elevar a qualidade e argumentação final desta pesquisa. Agradecemos à Fundação Mott pelo apoio que viabilizou a parceria entre Action Aid Brasil e o Instituto PACS. Também agradecemos à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, casa de origem das autoras e autor da pesquisa. Por fim, agradecemos o trabalho de arte e diagramação da Mórula Oficina de Ideias.

Para concluir, é importante notar que essa pesquisa tem lugar em um contexto internacional de incertezas, que coloca em xeque o próprio

“Essa pesquisa tem lugar em um contexto internacional de incertezas, que coloca em xeque o próprio futuro dos BRICS. Os efeitos da globalização neoliberal empurraram o mundo para uma grande crise econômica no início do século XXI, cujas consequências políticas se percebem hoje”

futuro dos BRICS. Os efeitos da globalização neoliberal empurraram o mundo para uma grande crise econômica no início do século XXI, cujas consequências políticas se percebem hoje. Novos partidos e movimentos de extrema-direita crescem e chegam ao poder em diversas partes do mundo. A ascensão de Donald Trump nos EUA e sua guinada a um relativo protecionismo econômico coloca a China - compreendida como um modelo diferenciado que conduziu sua economia fora dos padrões impostos pelo 'Consenso de Washington' - em uma nova posição. Ela hoje se perfila como defensora do multilateralismo e da globalização²⁶. Assim, nos deparamos com a paradoxal situação de assistir ao discurso anti-globalização e anti livre-comércio - que, há alguns anos, moldavam as lutas transnacionais - vindo da extrema-direita, conjugado à xenofobia e ao racismo. Os EUA, que impulsionaram e defenderam (por vezes, impuseram) a globalização neoliberal ao restante do mundo desde os anos 1980, hoje promovem um protecionismo seletivo, sustentado por sua institucionalidade política e econômica. A tentativa do governo Trump de cerceamento à expansão chinesa, seja por meio de uma 'guerra comercial', seja por meio de restrições a fusões e aquisições em setores considerados estratégicos²⁷, pode ter efeitos em cadeia sobre as demais economias dos BRICS²⁸. Mostra-se mais importante que nunca fortalecer os laços de solidariedade transnacionais entre os povos dos BRICS que lutam por bases mais justas em termos sociais, econômicos políticos e ambientais.

26. 'Xi Jinping delivers robust defense of globalization at Davos'. *Financial Times*, January 17th, 2017.

27. 'Trump drops new restrictions on Chinese investments'. *Financial Times*, June 27, 2018

28. Para o setor exportador de soja no Brasil, por exemplo, as consequências da guerra comercial são positivas, no sentido de aumentar seu volume de exportação à China com menos concorrência à soja americana. Cf. Caveiro, 2018.



INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

INVESTIMENTOS DA CHINA NO BRASIL, ÁFRICA DO SUL E ÍNDIA

A estratégia recente de expansão da China adentrou a América Latina, de modo que as relações econômicas entre ambos vêm, desde o início do século XXI, crescendo em um ritmo veloz. A presença chinesa no Brasil tem se intensificado por meio de diversas frentes, dentre as quais destacam-se o comércio, investimentos externos diretos e empréstimos. Nas últimas duas décadas, as relações bilaterais entre estes países basearam-se, fundamentalmente no comércio, visto que a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil. Nos anos mais recentes, estas relações passaram a se intensificar por meio dos investimentos diretos chineses, que se concentram nos setores de energia, infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação tecnológica, tecnologias de informação e serviços. Neste período, aumentaram ainda os financiamentos concedidos pela China a grupos brasileiros, por meio de diversos mecanismos.

O crescente estreitamento da relação entre a China e o Brasil tem sido permeado por um clima tenso na esfera política que oscila entre medidas de apoio e de restrição. Se, por um lado, foram criadas diversas entidades e fóruns para o fortalecimento destas relações (como mostraremos adiante), assim como a diplomacia tem servido como motor para a criação de acordos de cooperação entre ambos, a inserção dos capitais chineses tem encontrado limitações, sobretudo, no acesso aos recursos naturais. Ademais, esta inserção tem suscitado debates quanto aos impactos ambientais e socioeconômicos de determinados empreendimentos.

A INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS DA CHINA NO BRASIL

A parceria comercial entre o Brasil e a China ampliou-se significativamente no início do século XXI, de modo que o Brasil se tornou o maior parceiro comercial da China na América Latina. O comércio entre ambos os países passou de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões, entre 2001 e 2015, e vem acumulando superávits desde 2009 (Costa e Mendonça 2017, p. 74). Só em 2015 o Brasil exportou para a China um total de US\$ 35,6 bilhões e importou US\$ 30,7 bilhões, obtendo um superávit de US\$ 4,9 bilhões (Ibid.). Segundo os dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores, o comércio entre o

Brasil e os demais BRICS foi concentrado em mais de 80% para a China nos últimos três anos (2015-2017). Em 2017, a pauta exportadora do Brasil para a China foi composta em 80% de produtos básicos (soja em grãos, minério de ferro), enquanto que da China para o Brasil foi composta em 90% de bens manufaturados²⁹. Esses desequilíbrios também estão refletidos na pauta comercial entre a China e a América Latina. Segundo a CEPAL, em 2016, 72% das exportações oriundas da América Latina para a China foram de produtos primários, enquanto que, para o resto do mundo, as exportações desses produtos representaram apenas 27%, equilibrando com manufaturas de tecnologia baixa, média e alta (CEPAL 2018, p. 41). As exportações de produtos agropecuários representaram 70% do valor total das exportações da América Latina e Caribe para a China em 2016 (Ibid., p. 44).

Além das relações comerciais, as relações entre Brasil e China foram avançadas também em termos de investimentos de empresas públicas e privadas. No período entre 2003 e abril de 2018, o estoque de investimentos chineses no país foi de US\$ 55,4 bilhões, divididos entre 102 projetos confirmados, além de 160 investimentos futuros anunciados (SEAIN, 2018). Somente no período de 2010 a 2015, segundo relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), houve um montante de US\$ 37,1 bilhões em investimentos chineses confirmados no Brasil (CEBC 2017, p. 7), o que mostra como estes investimentos cresceram particularmente após 2010.

A entrada de capitais chineses no Brasil se expandiu e diversificou de forma rápida e, segundo este Conselho, foi constituída por quatro diferentes momentos. O primeiro, durante o ano de 2010, foi marcado pelo investimento em atividades ligadas às *commodities*, principais produtos exportados para a China. Segundo artigo de opinião no jornal Valor Econômico³⁰, em 2010 o Brasil exportou basicamente *commodities* agrícolas e energéticas para a China, tais como minério de ferro (57,13%), petróleo (16,95%) e soja (12,83%).

No segundo momento, entre os anos de 2011 e 2013, os investimentos se direcionaram para o setor industrial, visto o interesse de empresas chinesas no consumo doméstico dos brasileiros, especialmente o setor automotivo e o setor de eletroeletrônicos. A partir de 2013, observou-se um terceiro momento, em que as empresas chinesas passaram a investir no setor de serviços, em especial no setor de serviços financeiros, com o estabelecimento de bancos chineses no país, através de aquisições de ações de bancos

“ Entre 2011 e 2013 os investimentos se direcionaram para o setor industrial, visto o interesse de empresas chinesas no consumo doméstico dos brasileiros, especialmente o setor automotivo e o setor de eletroeletrônicos”

brasileiros e de bancos internacionais. Na fase mais recente, a partir de 2014, os investimentos chineses entram de forma massiva na área energética, tanto na produção, quanto na transmissão de energia elétrica, no agronegócio e na infraestrutura (CEBC 2017, p. 7-10).

Os capitais chineses ingressam no Brasil de diversas formas. A principal tem sido por meio de fusões e aquisições de empresas já instaladas no Brasil, que representou mais da metade das transações em 2016, característica que reflete uma particularidade dos investimentos chineses em todo o globo, não somente no Brasil (CEBC, 2017). Os setores mais atrativos para o investimento via fusão e aquisição são energia, infraestrutura, agronegócio, finanças e mineração. Segundo Kupfer e Rocha (2018, p. 31), as operações de fusão e aquisição têm valor de operação de 4 a 8 vezes superior ao valor de outras modalidades. Além desta modalidade, identifica-se a entrada de capitais por investimentos via *greenfield*³¹, especialmente nos setores automobilísticos, de energias denominadas de renováveis e de eletrônicos. Em um menor volume, os investimentos ingressaram no país via *joint ventures* com outras empresas, que se direcionaram especialmente para o setor de eletrodomésticos.

Apesar dessa diversificação nos últimos anos, o setor que mais se destaca no que tange ao recebimento de investimentos chineses é o energético: em 2015, 73% dos investimentos estavam nesta área (Colombini, 2016, p. 53). Isso se explica pela grande procura por recursos naturais para suprir a demanda industrial chinesa. De acordo com Colombini (2016), 66% dos investimentos em energia foram realizados na área petroquímica, totalizando um montante de US\$ 18,250 bilhões (Ibid., p. 62). As empresas chinesas, segundo o autor, têm interesse nas áreas do Pré-sal, tanto na extração propriamente dita como também na expertise tecnológica consolidada pela Petrobras para a extração de

29. http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos/2017/IC-Brasil-X-BRICS-JANEIRO10_2018T.pdf

30. <https://www.valor.com.br/opiniaao/1168716/omc-e-o-desenvolvimento-do-comercio-sino-brasileiro>

31. Investimentos 'greenfield' são aqueles incipientes, quando a empresa inicia um projeto novo, diferentemente de um investimento 'brownfield', quando a empresa compra um ativo já existente, ou 'joint venture', quando ela se junta a outra empresa para operar.

petróleo nesta camada. Segundo Kupfer e Rocha (2018, p. 217), 79 empresas chinesas vieram para o Brasil no período de 2010 a 2016, sendo que destas, 53 efetivamente ingressaram no país e as outras 12 não tiveram o mesmo sucesso.

As principais multinacionais chinesas nesse setor são: 1. a Sinopec, a maior refinaria de petróleo chinesa, que no Brasil, segundo Colombini (2016, p. 63), tornou-se uma das maiores investidoras na extração de petróleo e gás na camada Pré-sal. Esta empresa também participou de projetos importantes no país, como a descoberta de petróleo nos campos de Pão de Açúcar e Sapinhoá; a China National Petroleum Corporation (CNOOC) e China National Offshore Oil Corporation (CNPC), que tiveram participação de 10%, cada uma, no consórcio do campo de Libra em 2013 para a extração de barris de óleo equivalente³²; 2. a State Grid, que investe na área de transmissão de energia e está presente em diversos projetos, tendo, até 2015 um total de 6.040 Km de linhas de transmissão pelo Brasil³³; 3. a China Three Gorges Corporation (CTG), que se destaca com megaprojetos no setor de energia hidroelétrica, tendo adquirido, no ano de 2014, uma significativa participação em projetos de usinas hidroelétricas. Segundo Colombini (2016, p. 64), essa empresa adquiriu 50% de participação da hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (PA), 50% da hidrelétrica de Cachoeira Caldeirão (AP) e 33,3% da hidrelétrica de São Manoel (MT). Além dos projetos no setor hidroelétrico, a CTG tem participação em projetos no setor petrolífero e de energias renováveis no Brasil. De acordo com o CEBC (2017), a maior parte das empresas chinesas que investem no país são estatais, líderes no setor energético, ainda que nos anos recentes as empresas privadas venham aumentando suas participações (CECB, 2017).

A participação de grupos econômicos da China se intensifica também no agronegócio, destacando-se a aquisição de 57,6% da comercializadora brasileira de grãos Brasil Fiagril pela chinesa Hunan Dakang International Food and Agriculture Co. Ltd por US\$ 200 milhões (CEPAL 2017, p. 61). Por fim, o outro setor de destaque na nova fase dos investimentos chineses no Brasil é a área de transporte e infraestrutura. No setor da aviação civil, destaca-se a Hainan Airlines, que adquiriu 23,7% de participação da empresa área Azul Linhas Aéreas Brasileiras pelo valor de US\$ 450 milhões (CEPAL 2017, p. 60). Já na construção civil, destaca-se a China Communications Construction Company (CCCC) que adquiriu 80% do capital da Concremat Engenharia pelo valor de US\$ 106 milhões além de participar também de projetos no setor portuário

32. Óleo equivalente, segundo a Agência Brasil, é o padrão de medida equivalente à energia liberada pela queima de um barril de petróleo bruto. (EBC, 2016). Disponível em: <<http://agencia-brasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-12/anp-brasil-produz-331-milhoes-de-barris-de-oleo-equivalente-por-dia-em>>. Acesso em: 02 ago 2018

33. <http://www.stategrid.com.br:8080/stategrid/linhas-de-transmissao>

(CEBC 2017, p. 24). Na tabela 1 estão sintetizados os principais investimentos chineses no Brasil entre os anos de 2011 e 2017, e no mapa 1 estão situados esses investimentos nas regiões no Brasil.

CRÉDITO E FINANCIAMENTO

A aproximação entre a China e o Brasil também pode ser observada através dos financiamentos realizados por aquele país, que se concentram no setor de energia e de infraestrutura. Segundo dados da CEPAL (2018, p. 23), os empréstimos chineses para os países da América Latina entre os anos de 2005 e 2016 chegaram a um volume de US\$ 141 bilhões, sendo 80% destes realizados pelo Banco de Desenvolvimento da China. Nesse período, os países que mais se beneficiaram dos financiamentos foram Venezuela, Brasil, Equador e Argentina. O Brasil, em especial, recebeu o correspondente a 26% do financiamento total chinês na região (CEPAL, 2018). Podemos ressaltar a modalidade *loan-for-oil*, na qual os pagamentos de créditos são feitos por meio de barris de petróleo, atividade que somou, em quatro anos, US\$ 74 bilhões em empréstimos para a América Latina e Caribe (Ibid., p. 24).

Outros instrumentos de financiamento utilizados pela China são convênios de câmbio de divisas, realizados com os bancos centrais da região, dentre eles, o do Brasil (CEPAL, 2018), e financiamentos realizados de modo indireto, por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Desde 2016, o NDB financiou quatro projetos no Brasil, realizados em setores distintos. O primeiro foi o empréstimo concedido no ano de 2017 para o BNDES, no valor de US\$ 300 milhões, com o objetivo de financiar outros sub-projetos em energias renováveis³⁴. Na área da infraestrutura, houve o empréstimo de US\$ 50 milhões para o Governo do Estado do Pará, em março de 2018, com o objetivo de melhorar o saneamento básico, telecomunicações e transporte urbano em mais de 20 municípios ao longo da rodovia Transamazônica³⁵. Na área dos transportes, o Governo do Estado do Maranhão recebeu o empréstimo de US\$ 71 milhões do NDB, em março de 2018, para a reconstrução de 233km da rodovia MA-006, que serve ao escoamento da produção de grãos até o porto de Itaqui³⁶. Por fim, em maio de 2018, o NDB aprovou pela primeira vez o financiamento a uma empresa brasileira sem garantia soberana. A Petrobras recebeu US\$ 200 milhões do banco para melhoria

34. https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/12/country-summary-disclosure_-_BNDESBrazil_RevISED.pdf

35. https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2018/06/project-summary-disclosure_-_Para-Brazil.pdf

da infraestrutura e equipamentos de duas refinarias com o objetivo de evitar a contaminação em solo e água³⁷. Vale mencionar que o NDB anunciou a abertura de um escritório regional nas Américas com sede em São Paulo, o qual deve ampliar as operações do banco no Brasil³⁸.

Segundo a CEPAL, este crescimento significativo dos fluxos de financiamento para América Latina é parte da estratégia chinesa para diversificação de divisas dos países desta região, com vistas a promover o uso internacional da sua moeda, o renminbi. Esta estratégia contribuiria também para o apoio às empresas chinesas que investem na região, particularmente no setor de recursos naturais (CEPAL, 2018).

ACORDOS E MECANISMOS POLÍTICOS DE APOIO AO IED CHINÊS NO BRASIL

A estratégia de expansão da China no Brasil tem mobilizado diversas instâncias e atores, que incluem entidades governamentais, alianças com corporações e negócios com pequenas empresas, segundo Lucena e Bennett (2013). Diversos líderes políticos têm fomentado o estreitamento das relações sino-brasileiras através de parcerias estratégicas, protocolos de investimentos e memorandos de entendimento durante visitas presidenciais. Para a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), os investidores chineses priorizam a diminuição dos riscos a partir da parceria com empresas já consolidadas no país. Ela aponta para a importância do Brasil construir políticas públicas ativas, aprendendo com a própria experiência chinesa de atração de investimentos, que priorizou a realização de parcerias entre empresas estrangeiras e nacionais (APEX, 2012, p. 45). É relevante lembrar que a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi direcionada para a busca de novos mercados e de novas parcerias empresariais. Além disso, fortaleceu a APEX-Brasil a partir do aumento de orçamento e quadro técnico, e, por meio do BNDES, aumentou o crédito para as exportações de produtos e serviços (Pautasso e Doria, 2016).

Nesse sentido, a **diplomacia** apresenta-se como promotora destas relações. As visitas ao Brasil do presidente chinês Xi Jinping em julho de 2014 e a do primeiro-ministro Li Keqiang em maio de 2015 foram catalizadoras de acordos de investimentos. Na visita do primeiro-ministro, foram assinados

36. https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2018/06/project-summary-disclosure_Maranhao-Brazil.pdf

37. https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2018/08/project-summary-disclosure_Petrobras-Brazil.pdf

38. https://www.ndb.int/press_release/ndb-president-minister-foreign-affairs-brazil-sign-agreement-hosting-banks-america-regional-office-sao-paulo/

“ A primeira viagem presidencial de Michel Temer foi para a China, em 2016 (...). Como presidente efetivo se reuniu com empresários chineses para apresentar e vender sua agenda de reformas, com o objetivo de atrair investimentos chineses para o Brasil”

35 acordos entre empresas e instituições de ambos os países e em diversos setores, que somam um montante de US\$ 53 bilhões, nas áreas de planejamento, infraestrutura, comércio, energia e mineração (Colombini, 2016).

O impeachment de Dilma Rousseff em 2016, que acelerou o 'giro à direita' na América do Sul, não resultou em mudanças para as empresas chinesas. Elas mantêm seus interesses e expectativas de ganhos na nova onda de liberalização da região. Ainda como presidente interino, uma das primeiras medidas de Michel Temer foi a criação de um Plano de Parcerias de Investimento (PPI), conduzido pelo BNDES para levar a cabo processos de concessões e de projetos priorizando parcerias privadas, seguindo o programa de desestatização pretendido pelo governo³⁹. Notoriamente, a primeira viagem presidencial de Michel Temer foi para a China, no ano de 2016, para participar da cúpula do G20, em Hangzhou. Como presidente efetivo, se reuniu com empresários chineses em Xangai para apresentar e vender sua agenda de reformas, com o objetivo de atrair investimentos chineses para o Brasil⁴⁰. Em 2017, Temer fez uma segunda viagem à China para participar da cúpula dos BRICS, e levou uma comitiva de governo e empresários com o objetivo de vender pacotes de concessões, que incluíam a privatização da Casa da Moeda, a Eletrobrás e aeroportos nacionais, como o de Congonhas, e de discutir um acordo de cooperação entre a Eletronuclear e a China Nuclear para Angra 3⁴¹. Em 2018, ao participar da cúpula dos BRICS na África do Sul, Michel Temer se reuniu bilateralmente com o presidente chinês Xi Jinping para tratar dos investimentos chineses dentro do programa de concessões e privatizações, além das questões que envolvem as barreiras comerciais, que impactam sobre a comercialização do açúcar e do frango, de interesse do agronegócio brasileiro⁴². Este setor, aliado ao ministro da agricultura Blairo Maggi, mostra ser o mais interessado na atuação de Michel

39. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/ppi>. Vale notar que antes do PPI, ainda no governo de Dilma Rousseff, havia sido lançado o Programa de Investimento em Logística (PIL), que visava lioar terminais portuários, rodovias, ferrovias e aeroportos, para investidores privados. Há, nesse sentido, um grau de continuidade no que tange ao setor de infraestrutura. Cf. <http://www.planejamento.gov.br/noticias/governo-federal-detalha-as-perspectivas-do-pil-em-2016>

40. 'China: O debut internacional do presidente Michel Temer', El País, 2 set 2016.

Temer nos BRICS, especialmente em relação à China e à Rússia, para a derrubada de barreiras comerciais nos setores de *commodities* e carnes⁴³.

A eleição em 2018 no Brasil gerou incertezas com relação à China. De um lado, o presidente eleito Jair Bolsonaro reafirmou um alinhamento aos EUA e ao governo de Donald Trump, e expressou críticas à entrada de investidores chineses no Brasil⁴⁴. De outro, setores exportadores com grande peso na economia brasileira, em especial os de *commodities* agrícolas e minerais, são altamente dependentes das vendas para o mercado chinês⁴⁵. Esses mesmos setores apoiaram a candidatura do presidente eleito. Nesse sentido, posicionar-se ao lado dos EUA em meio à 'guerra comercial' com a China pode gerar contradições com setores internos poderosos. Por sua vez, se o novo governo iniciar programas de privatizações de empresas e serviços públicos, conforme está indicado em seu programa, deverá contar com a participação de grandes investidores chineses, aumentando ainda mais sua inserção no Brasil (Craveiro, 2018). É possível afirmar que a posição do novo governo se revela ambígua, uma vez que, ideologicamente, alinha-se aos EUA, mas pragmaticamente não pode dispensar o mercado chinês para as exportações brasileiras, e dificilmente poderia impedir, numa lógica de livre mercado, que investidores chineses com a melhor oferta façam aquisições em privatizações.

Além da diplomacia como instrumento de fortalecimento entre as relações sino-brasileiras, identifica-se a criação de várias entidades e fóruns para este fim. Dentre estas instâncias, destaca-se, em primeiro lugar, o **Fundo Brasil-China** de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva⁴⁶, arquitetado durante o governo Dilma Rousseff a partir de 2015 e ativado pelo governo Michel Temer, durante o Fórum de Investimentos Brasil em 2017. O Fundo tem como objetivo, segundo o BNDES⁴⁷, disponibilizar financiamento para os projetos em setores ligados à infraestrutura, logística, energia, indústria, recursos minerais, agroindústria, novas tecnologias e serviços digitais, que sejam executados exclusivamente no Brasil. O secretário de assuntos internacionais do Ministério do Planejamento do governo Temer afirmou que o desafio do fundo é trazer mais investimentos chineses para o Brasil do tipo *greenfield*, visto que os riscos são maiores nessa modalidade de inserção, diferentemente das *joint-ventures* e das fusões e aquisições⁴⁸.

Para esse fundo foram disponibilizados, segundo Amorim (2018, p. 4), US\$ 20 bilhões, sendo US\$ 15 bilhões provenientes do **China-LAC**

Industrial Cooperation Fund (Claifund) e US\$ 5 bilhões provenientes de instituições brasileiras, como a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), sem se descartar a possibilidade de outras instituições financeiras do país. Amorim (2018) afirma que esse fundo vem ao encontro principalmente dos interesses geopolíticos chineses, pois propicia a entrada de várias empresas chinesas no país de uma forma mais harmoniosa, que vai além da entrada direta já feita tradicionalmente com o dinheiro próprio da empresa ou com financiamentos. Ou seja, é uma nova modalidade de entrada dos chineses no Brasil que vai além da via fusão e aquisição.

Um outro espaço político que também apoia a expansão do capital chinês no Brasil e na América Latina é o **Fórum China-CELAC**⁴⁹. Lançado em Havana em 2014, este Fórum tem como objetivo se tornar uma instância de diálogo político e de outros temas, e estreitar os vínculos de cooperação entre a República Popular da China e os países da América Latina e o Caribe. O primeiro Fórum de Ministros CELAC-China foi realizado em Pequim no ano de 2015. Segundo o jornal Valor Econômico⁵⁰, no âmbito do Fórum China-CELAC, o presidente chinês Xi Jinping anunciou, no ano de 2015, investimentos nos próximos dez anos nos países da região no volume total de US\$ 250 bilhões. O fluxo de comércio entre a China e a região da América Latina aumentaria para US\$ 500 bilhões em dez anos.

Segundo Vadell (2018, p. 16), a CEPAL e o Sistema Econômico Latino Americano e Caribenho acompanharam os passos do fórum, e assim, a CEPAL vem se tornando um órgão assessor da CELAC, ao apoiar e acompanhar suas atividades, principalmente no que se diz respeito ao apoio técnico. Atualmente, segundo documento oficial, o Fórum China-CELAC se incorporou à Cúpula China-LAC, que é organizada pelo Conselho Chinês para o Fomento do Comércio Internacional (CCPIT) e pelo Banco interamericano de Desenvolvimento (BID)⁵¹.

Diante do crescimento do comércio e dos investimentos entre os dois países, foi criada a **Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)** ainda em 2004, com o objetivo de coordenar e orientar a cooperação bilateral entre os países nos mais diversos âmbitos⁵². De acordo com Pecequillo e Junqueira (2016), na COSBAN foram elaborados três planos: 1. o Plano de Ação Conjunta, entre 2010 e 2014, que visou, por

41. <https://www.valor.com.br/politica/5095236/temer-leva-comitativa-esvaziada-para-china>

42. <https://www.valor.com.br/brasil/5688963/temer-competitividade-depende-de-maior-abertura-investimentos>

43. 'Boas perspectivas para o campo na próxima década', Valor Econômico, 27 Jul 2018.

44. 'Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país', Reuters, 25/10/2018

45. 'Brasil e China têm 'dependência mútua', diz presidente da Vale', Valor Econômico, 17/10/2018.

46. <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/fundo-brasil-china>

47. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-sera-operador-preferencial-do-fundo-brasil-china>

48. 'Fundo Brasil-China escolhe projetos para aporte de US\$ 2,4 bi', Valor Econômico, 09 de maio de 2018

49. <http://www.chinacelacforum.org/esp/>

50. <https://www.valor.com.br/internacional/3851654/china-promete-us-250-bi-para-america-latina>

51. http://www.chinacelacforum.org/eng/1tjj_1/P020161207421177845816.pdf

52. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2564-comunicado-conjunto-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-pequim-em-12-de-abril-de-2011>

“ A eleição em 2018 no Brasil gerou incertezas com relação à China. (...) o presidente eleito Jair Bolsonaro reafirmou um alinhamento aos EUA e ao governo de Donald Trump, e expressou críticas à entrada de investidores chineses no Brasil”

meio da COSBAN, fortalecer a relação entre os dois países na cooperação comercial e econômica; 2. o Plano Decenal de Cooperação, entre 2012 e 2021, que estabeleceu o foco das relações Brasil-China nas áreas da ciência e tecnologia, energia e infraestrutura, comércio e cooperação cultural, com a intenção de diversificar as áreas de investimento, principalmente nos setores de alto valor agregado por meio do diálogo e respeito à soberania de ambas as partes; 3. e o Plano de Ação Conjunta, entre 2015 e 2021, que complementa o que já foi assinado em 2012, com o objetivo de fortalecer os acordos bilaterais entre os países (Pecequillo e Junqueira, 2016).

O primeiro Plano de Ação Conjunta é marcado pela assinatura vários acordos no setor energético (Shoujun e Miranda 2016). Dentre eles está o acordo de 2009, assegurado pelo mecanismo *loan-for-oil*, no valor de US\$ 10 bilhões em empréstimos do Banco de Desenvolvimento Chinês em troca do fornecimento de 100 a 160 milhares de barris de petróleo/dia pelo Brasil⁵³; e também o empréstimo de 2015 do Banco de Desenvolvimento Chinês no valor de US\$ 5 bilhões para a Petrobras, que teria ajudado a amenizar a crise institucional que a Petrobras atravessava (Shoujun e Miranda 2016, p. 13). Já o terceiro Plano de Ação Conjunta destaca o papel da COSBAN como principal órgão político responsável pelos documentos e pelas relações bilaterais sino-brasileiras, e estabelece que o Conselho Empresarial Brasil-China é a principal ponte entre os governos afim de promover as relações financeiras, comerciais e empresariais entre os dois países (CEBC, 2016, p. 31). Tanto o terceiro Plano de Ação quanto o Plano Decenal se aproximam no que tange à coordenação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e no incentivo às iniciativas bilaterais, além do incentivo à área energética, mineral e agrícola.

53. <https://www.reuters.com/article/china-brazil-oil-l-1-dUSPEK26898520090519>

CRÍTICAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A expansão dos investimentos chineses em atividades ligadas a recursos naturais foi freada pela alteração na sua legislação brasileira em 2010, com o objetivo de regular e conter os investimentos estrangeiros em terras, uma das principais frentes de expansão chinesa (Lucena & Bennett, 2013). O aumento significativo nas aquisições de terras por estrangeiros no Brasil, sobretudo a partir de 2008, levou a Advocacia-Geral da União (AGU) a emitir um parecer em 2010, que colocou restrições à aquisição de terras por estrangeiros. Estas restrições foram justificadas fundamentalmente como estratégia de defesa da soberania do Estado brasileiro (Hage et al., 2012).

Apesar das restrições legais, acabou ocorrendo um aumento do investimento chinês em terras e na produção do agronegócio brasileiro através de uma reorientação do IED chinês nesse setor, que passa da compra de terras para a aquisição de ativos financeiros de empresas do agronegócio, com o objetivo de controlar diferentes etapas da cadeia de valor de *commodities* (Esher, Wilkinson e Pereira, 2018). Assim, investidores estrangeiros, dentre eles os chineses, puderam 'escapar' à legislação restritiva da compra direta de terras ao aumentar sua inserção financeira no agronegócio.

Outra preocupação frente à expansão do capital chinês no Brasil diz respeito à posição desvantajosa do Brasil como exportador de matérias primas. Colombini (2016, p. 68) considera os projetos chineses no Brasil como uma forma de expansão do sistema capitalista, afirmando que estes projetos intensificam as relações de exploração, dependência e desapropriações já existentes na sociedade brasileira.

Ainda mais notório são os impactos dos investimentos chineses sobre comunidades locais, que evidenciam o próprio modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, voltado para a indústria extrativa e infraestruturas, envolvendo conflitos socioambientais. Segundo Shoujun e Miranda (2016, p. 24), as organizações da sociedade civil brasileira, grupos indígenas e sindicatos são os principais críticos à instalação destes megaprojetos, articulando-se com redes internacionais para mobilização política (Ibid.). Um dos projetos criticados é o da barragem de Belo Monte, que se deparou com a resistência da população local (em sua maioria indígena) por conta dos problemas socioambientais e pela falta de representatividade local no

projeto. Segundo a revista Carta Capital⁵⁴, críticas e resistências frente à construção da usina de Belo Monte (que reúne de organizações ambientais, ribeirinhas e indígenas da região do Xingu) chegaram em março de 2011 à Organização dos Estados Americanos, que cobrou explicações do governo brasileiro sobre o projeto. Apesar de todas as campanhas de resistência, a usina foi construída e a estatal chinesa State Grid investiu US\$ 940 bilhões em suas linhas de transmissão no ano de 2012.

Outro exemplo trazido por Shoujun e Miranda são as inúmeras greves que paralisaram a capacidade de extração de petróleo no Campo de Libra, no Rio de Janeiro (Ibid., 2016, p. 24-25). Segundo matéria do jornal Valor Econômico⁵⁵, as greves representaram o posicionamento dos petroleiros contra o leilão desta plataforma de extração petrolífera, que ocorreu em outubro de 2013, em que as empresas chinesas CNOOC e CNPC adquiriram 10% de participação cada, por meio do investimento de US\$ 1,28 bilhões.

No oeste do estado do Pará se localiza o Complexo Tapajós, que corresponde a um conjunto de seis megaprojetos hidroelétricos, dentre os quais os capitais chineses têm participação mais relevante (Aguiar 2017, p. 7). A maior usina deste projeto, a São Luiz do Tapajós, é o palco principal do maior conflito ambiental no Brasil que mobiliza a população local da área prevista para ser afetada pela usina, a população indígena Munduruku, a população de movimentos tapajônicos e de redes nacionais e internacionais de ativistas (Ibid., p. 18). A consolidação deste projeto, representa, segundo Aguiar (2017, p. 69), a prova de fogo para as empresas chinesas, tendo em vista a grande resistência dos povos locais. Além do projeto de construção de usinas hidroelétricas, os ruralistas do Centro-Oeste brasileiro vislumbram o projeto de uma Hidrovia Tapajós-Teles Pires para escoar a produção agrícola para o norte do Brasil, ao beneficiar a exportação de produtos – principalmente de origem agrícola – para a Ásia e a Europa através dos rios da região Norte do país (Ibid., p. 25).

Entre as tensões de representação de interesses gerais ou particulares, a partir de determinados grupos sociais baseados em condições materiais concretas, corroboramos com o argumento de Aguiar (2017, p. 77): estes megaprojetos se sustentam sob o argumento de que as vozes dos povos locais não corresponderiam ao chamado de “interesse nacional”. Esse argumento é comumente utilizado para dar continuidade ao processo

capitalista extrativo, que não leva em conta as assimetrias de poder existentes entre a população local e os projetos milionários que se instalam em seus territórios. Os interesses das multinacionais chinesas se entrelaçam aos dos grandes grupos econômicos no Brasil, em contraposição aos direitos dos que vivem nos territórios.

CONCLUSÃO

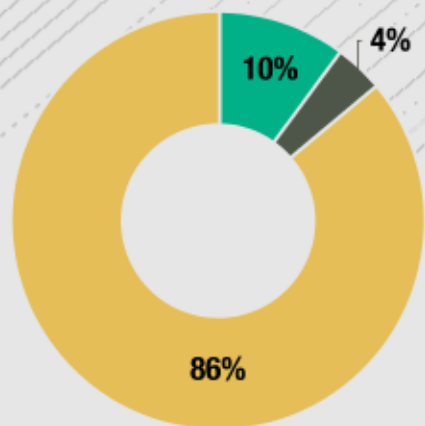
Podemos concluir que, de modo geral, desde o impeachment que levou Michel Temer à presidência, e a virada à direita na América Latina, o Brasil não deixou de se relacionar com a China ao voltar-se para os parceiros tradicionais, EUA e União Europeia. A atuação do governo Temer nos BRICS não foi a de ‘fragilizar’ o bloco, mas de, essencialmente, tratar as relações com a China e outros BRICS de forma pragmática, atendendo aos interesses de grandes grupos econômicos no Brasil que exportam para a China. Mais ainda, a abertura dos setores estratégicos brasileiros, como petróleo, energia, infraestrutura e terras, à investidores estrangeiros (dentre eles, os chineses), foi substancialmente intensificada e facilitada pelo governo Michel Temer. O novo governo eleito em 2018 poderia mudar os rumos dessa política, ao alinhar-se estreitamente aos EUA e buscar um acordo comercial bilateral com este país. Porém, essa posição terá consequências para setores exportadores de grande peso econômico e político na economia brasileira. O governo de Jair Bolsonaro terá que acomodar interesses ideológicos com os pragmáticos, gerando uma posição ambígua e vulnerável para o Brasil entre as duas potências globais em disputa.




De qualquer modo, é notória as relações de dependência entre o Brasil e a China, aumentada frente à força de empresas multinacionais chinesas na última década. O Brasil continua ocupando um papel secundário do Brasil nas cadeias globais de valor como produtor e exportador de matérias primas e produtos primários. Frente a isso, as comunidades, indígenas e trabalhadores se veem diante de novos enfrentamentos na luta global por direitos e por um outro desenvolvimento, que atenda efetivamente às necessidades das camadas trabalhadoras.

54. <https://www.cartacapital.com.br/politica/apesar-da-resistencia-de-movimentos-sociais-belo-monte-terra-construida-diz-ministro>

55. <https://www.valor.com.br/brasil/3311094/greve-dos-petroleiros-tem-adesao-de-profissionais-de-12-estados#>

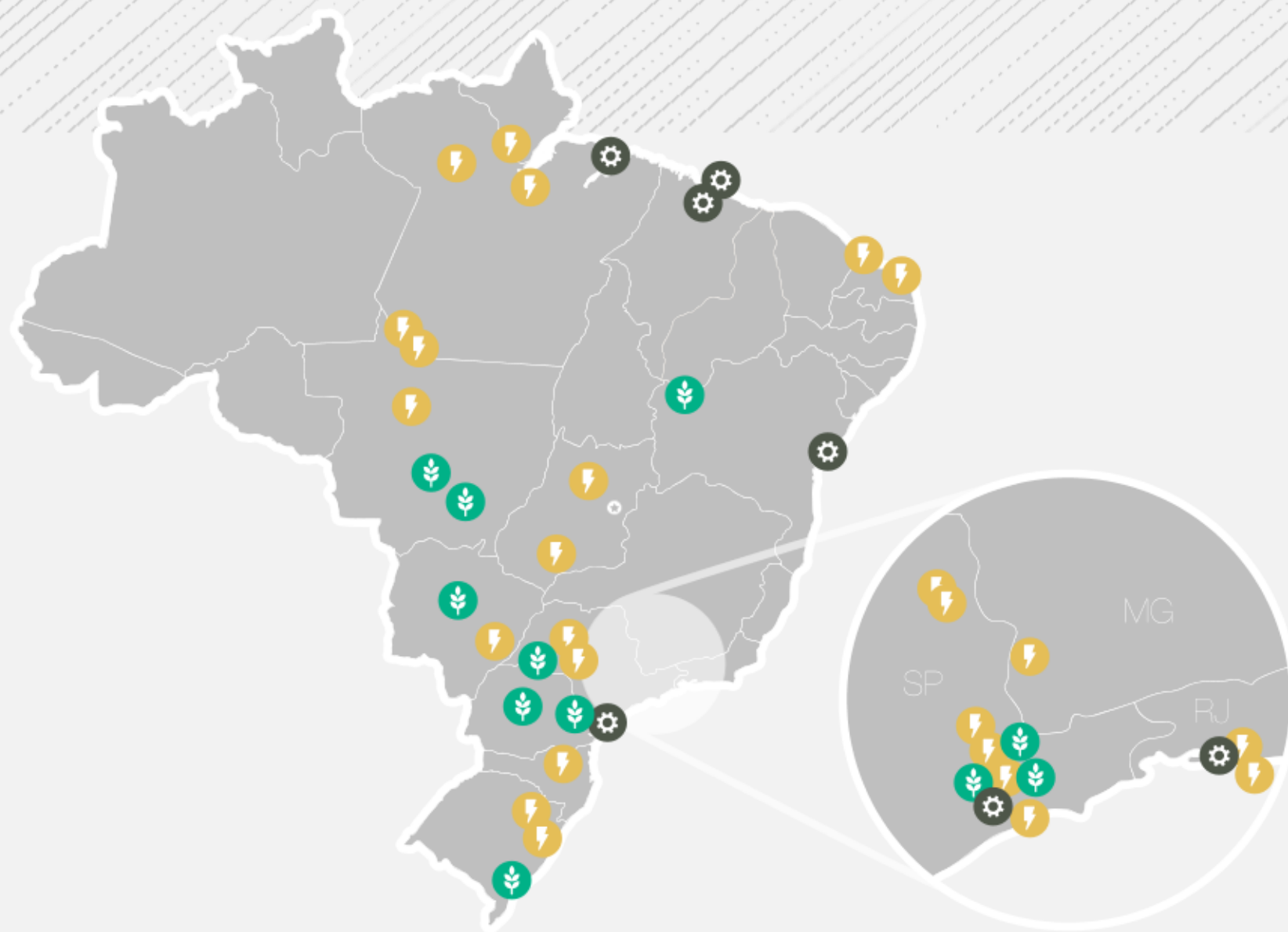
INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL



-  ENERGIA
-  AGRONEGÓCIO
-  INFRAESTRUTURA

PRINCIPAIS INVESTIDORES

- STATE GRID
- THREE GORGES
- SINOPEC
- COFCO
- STATE POWER INVESTMENT CORPORATION OVERSEAS — PACIFIC HYDRO
- ICBC
- CNOOC AND CNPC
- CHINA INVESTMENT COORPORATION
- CITIC AGRICULTURAL INDUSTRY FUND MANAGEMENT CO LTD



INVESTIMENTOS CHINESES | BRASIL

ANO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO CHINESA	VOLUME DE INVESTIMENTO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO PARCEIRA	%DE INVESTIMENTO	SETOR	SUBSETOR	REGIÃO DO INVESTIMENTO
2018	CHINA MERCHANTS	\$0,93	TCP	90%	INFRAESTRUTURA	NAVAL	-
2018	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,07	ESTADO DO MARANHAO	-	INFRAESTRUTURA	ESTRADAS	MA - MARANHÃO
2018	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,20	PETROBRÁS	-	ENERGIA	PETRÓLEO	-
2018	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,05	ESTADO DO PARÁ	-	INFRAESTRUTURA	URBANIZAÇÃO	PA - PARÁ
2018	THREE GORGES	\$0,19	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA	-	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	-
2017	CNPC	\$0,12	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA	20%	ENERGIA	PETRÓLEO	-
2017	BYD	\$0,15		-	ENERGIA	ENERGIA SOLAR	SP - CAMPINAS
2017	CITIC AGRICULTURAL INDUSTRY FUND MANAGEMENT CO LTD	\$1,10	Dow Agro Sciences Sementes & Biotecnologia	-	AGRONEGOCIO	QUIMICO	-
2017	HNA	\$0,32	ODEBRECHT	60%	INFRAESTRUTURA	AVIAÇÃO	BA - SALVADOR
2017	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,30	BNDES	-	ENERGIA	RENOVAVEL	-
2017	SHANGHAI PENGXIN	\$0,25	DKBA	-	AGRONEGOCIO	AGRICULTURA	-
2017	STATE GRID	\$10,29	CPFL ENERGIA	-	ENERGIA	ENERGIA ELÉTRICA	SP
2017	STATE GRID	\$3,44	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA	40%	ENERGIA	PETRÓLEO	-
2017	STATE POWER INVESTMENT CORPORATION OVERSEAS - PACIFIC HYDRO	\$2,25	-	-	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	MINAS GERAIS/GOIÁS - HIDRELETRICA DE SÃO SIMÃO
2016	BYD	\$0,03	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA	-	ENERGIA	ENERGIA	-
2016	CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION COMPANY	\$0,10	CONCREMAT	80%	INFRAESTRUTURA	CONSTRUÇÃO PESADA	RJ - RIO DE JANEIRO
2016	CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION COMPANY	\$0,12	WTORRE		INFRAESTRUTURA	NAVAL	MA - SÃO LUIZ
2016	CHINA CONSTRUCTION BANK	\$0,20	BIC BANCO	-	AGRONEGOCIO	AGRICULTURA	SP

INVESTIMENTOS CHINESES | BRASIL (CONTINUAÇÃO)

ANO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO CHINESA	VOLUME DE INVESTIMENTO	EMPRESA/ INSTITUIÇÃO PARCEIRA	%DE INVESTIMENTO	SETOR	SUBSETOR	REGIÃO DO INVESTIMENTO
2016	CHINA INVESTMENT COORPORATION	\$1,10	PETROBRÁS	-	ENERGIA	PETRÓLEO	RJ - RIO DE JANEIRO
2016	HUNAN DAKANG PASTURE FARMING CO PENGXIN	\$0,20	FIAGRIL PARTICIPACOES	57%	AGRONEGOCIO	AGRICULTURA	MT AP TO PA
2016	STATE GRID	\$0,11	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA	-	ENERGIA	ENERGIA	-
2016	STATE GRID	\$0,91	CPFL RENOVÁVEIS	-	ENERGIA	ENERGIA	SP
2016	STATE GRID	\$5,85	CPFL ENERGIA	23,60%	ENERGIA	ENERGIA ELÉTRICA	SP
2016	THREE GORGES	\$3,66	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA	-	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	-
2016	THREE GORGES	\$1,20	DUKE ENERGY	-	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	SP
2015	BYD	\$0,10	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA	-	ENERGIA	ENERGIA RENOVÁVEL	-
2015	HNA	\$0,46	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS	24%	INFRAESTRUTURA	AVIAÇÃO	SP
2015	ICBC	\$2,00	PETROBRÁS	-	ENERGIA	PETRÓLEO	RJ - RIO DE JANEIRO
2015	STATE GRID	\$2,20	-	-	ENERGIA	LINHAS DE TRANSMISSÃO	"SERRA PARACATU, SERRA DA MESA, POÇOS DE CALDAS-MG; RIBEIRÃO PRETO-SP; MARECHAL RONDON, PORTO PRIMAVERA-MS"
2015	THREE GORGES	\$0,04	CESP	-	ENERGIA	ENERGIA	SP
2015	THREE GORGES	\$0,49	TRIUNFO PARTICIPAÇÕES	-	ENERGIA	ENERGIA EÓLICA	AS - SALTO-GO E GARIBALDI
2015	THREE GORGES	\$0,10	EDP RENOVAVEIS	-	ENERGIA	ENERGIA RENOVÁVEL	RS SC E RN
2015	THREE GORGES	\$1,00	OURO NEGRO ENERGUA	-	ENERGIA	TERMOELETRICA	RS
2014	CHENCHINA	-	ADAMA BRASIL	-	AGRONEGOCIO	PESTICIDAS	PR E RS
2014	CHINA TOBACCO INTERNATIONAL DO BRASIL	\$0,02	CHINA BRASIL TABACOS EXPORTADORA	-	AGRONEGOCIO	TABACO	RS
2014	COFCO	\$1,20	NOBLE AGRI	-	AGRONEGOCIO	AGRONEGOCIO	BA MT MG SP PR

INVESTIMENTOS CHINESES | BRASIL (CONTINUAÇÃO)

ANO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO CHINESA	VOLUME DE INVESTIMENTO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO PARCEIRA	%DE INVESTIMENTO	SETOR	SUBSETOR	REGIÃO DO INVESTIMENTO
2014	COFCO	\$1,20	NIDERA	-	AGRONEGOCIO	AGRONEGOCIO	RS PR MT SC SP MG GO BA DF
2014	STATE GRID	\$0,97	ELETRORÁS	51%	ENERGIA	LINHAS DE TRANSMISSÃO	*SERRA PARACATU, SERRA DA MESA, POÇOS DE CALDAS-MG; RIBEIRÃO PRETO-SP; MARECHAL RONDON, PORTO PRIMAVERA-MS*
2014	THREE GORGES	\$0,18	EDP	-	ENERGIA	ENERGIA	PA/MT
2014	THREE GORGES	\$0,14	EDP	49%	ENERGIA	ENERGIA EÓLICA	RN - RIO GRANDE DO NORTE
2014	THREE GORGES	\$0,39	TERRA NOVO	33%	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	MT - SÃO MANOEL
2014	TIDE GROUP	-	PRENTISS QUIMICA	-	AGRONEGOCIO	QUIMICO	PR
2013	BBCA	\$0,32	-	-	AGRONEGOCIO	AGRICULTURA	MS
2013	CNOOC AND CNPC	\$1,28	SHELL, ELETRORÁS E TOTAL	10%, 10%	ENERGIA	PETRÓLEO	RJ - CAMPO DE LIBRA
2013	COFCO	\$0,32	-	-	AGRONEGOCIO	AGRICULTURA	MT - RONDONOPOLIS
2013	THREE GORGES	\$0,13	CALDEIRÃO	50%	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	MT - SÃO MANOEL
2013	THREE GORGES	\$0,25	JARI	50%	ENERGIA	HIDROELÉTRICA	PA - SANTO ANTÔNIO DO JARI
2012	STATE GRID	\$0,56	COPEL	51%	ENERGIA	LINHAS DE TRANSMISSÃO	MG - LINHA TELES PIRES
2012	STATE GRID	\$0,94	ACS	-	ENERGIA	LINHAS DE TRANSMISSÃO	PA - LINHA BELO MONTE
2011	CHONGOING GRAIN	\$0,57			AGRONEGOCIO	AGRICULTURA	BA - BARREIRAS
2011	SINOPEC	\$4,80	GALP ENERGIA	30%	ENERGIA	PETRÓLEO	SP - BACIA DE SANTOS
2011	CHONGOING GRAIN	\$0,57			AGRONEGOCIO	AGRICULTURA	BA - BARREIRAS
2011	SINOPEC	\$4,80	GALP ENERGIA	30%	ENERGIA	PETRÓLEO	SP - BACIA DE SANTOS



INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁFRICA DO SUL

INVESTIMENTOS DA CHINA NO BRASIL, ÁFRICA DO SUL E ÍNDIA

A atuação dos países BRICS na África cresceu substancialmente desde os anos 2000, aumentando sua presença no setor extrativo e em grandes projetos de infraestrutura, entre outros. O comércio entre os BRICS e a África aumentou oito vezes entre 2000 e 2008 (de US\$ 21,9 para US\$ 164,6 milhões), sendo dois terços desse com a China (Lechini, 2012). A China lidera a presença dos BRICS na África, uma vez que é um dos principais parceiros comerciais e investidores no continente, sendo também a maior origem das importações africanas (Cheru e Obi, 2011).

De acordo com Shen (2013, p. 5), até o início dos anos 2000, quase todo o capital direcionado da China para a África representava “ajuda e cooperação internacional” do governo chinês para países africanos. Porém, é a partir de 2005, e principalmente após a crise econômica global em 2008, que a expansão do capital chinês para a África deu um salto quantitativo e qualitativo. Empresas estatais chinesas de médio e grande porte se espalharam e passaram a desempenhar papel relevante em todo o continente africano (Ibid., p.03).

He e Zu apontam que, entre 2003 e 2014, o estoque de investimentos chineses na África saltou de US\$ 491 milhões para US\$ 32,4 bilhões. Nesse mesmo período, o número de investidores chineses na África aumentou de 11 para 391. No total, havia 620 empresas estatais do governo central, 371 empresas públicas de províncias e 1.762 não estatais (Ibid.). É precisamente em 2008 que ocorre a principal aquisição chinesa na África: a compra em participação de 20% no *Standard Bank* da África do Sul, por US\$ 5,6 bilhões, pelo Banco Industrial e Comercial da China (He e Zu 2018, p. 110). Com sede em Johannesburgo, o *Standard Bank* opera em 18 países africanos, e sua aquisição facilitaria o acesso recursos naturais e um crescente aumento do comércio⁵⁶.

Em termos de destino, em 2014, 50% do estoque de investimentos chineses na África foram para cinco países ricos em recursos naturais: Argélia, Nigéria, Zâmbia, República Democrática do Congo e, principalmente África do Sul, que recebeu sozinha 18% desses investimentos⁵⁷. Desse modo, passadas duas décadas, a África do Sul é hoje a principal receptora de Investimento Externo Direto (IED), principalmente na África Subsaariana. De acordo com He e Zhu (2018, p. 114), as empresas chinesas – principalmente as estatais – direcionam seus investimentos

56. <https://www.nytimes.com/2007/10/26/business/worldbusiness/26iht-26i-cbc.8062473.html>

57. <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2018/07/25/figures-of-the-week-trends-and-determinants-in-chinese-fdi-in-africa/>

“Um marco das relações sino-africanas foi a criação do Fórum de Cooperação entre China e África (FOFAC), com o objetivo de discutir estratégias econômicas e políticas”

em explorações geológicas, em especial, nos setores de petróleo e metais não ferrosos⁵⁸, com vistas à segurança energética doméstica. Outro setor de destaque aos investimentos chineses é o de manufatura – cuja concentração instituiu-se em países estáveis e relativamente desenvolvidos, como a África do Sul – aproveitando-se dos baixos custos de produção e dos grandes mercados internos (Ibid.).

As economias africanas, ao receberem altos fluxos de IED nos setores extrativos e minerais, foram impactadas pelos baixos preços do petróleo e efeitos ocasionados pelo colapso do preço das commodities. Segundo o *World Investment Report* da UNCTAD, em 2017 o fluxo de IED para a África sofreu uma queda de 42 bilhões de dólares, declínio correspondente a 21% em relação ao ano de 2016. Especialmente na África do Sul, o investimento estrangeiro foi contraído em 41% em 2017 (UNCTAD, 2018, p.4). Apesar disso, a China permanece entre os 10 principais investidores na África. O estoque de IED chinês no continente alcançou a marca dos 40 bilhões de dólares em 2016 – enquanto em 2011 o estoque não atingiu mais que 16 bilhões (Ibid., p.41).

Um marco das relações sino-africanas foi a criação do Fórum de Cooperação entre China e África (FOFAC), iniciado em Pequim no ano 2000. Seu objetivo oficial é estabelecer e garantir as relações entre China e o continente africano, discutindo estratégias econômicas e políticas e combinando a ajuda ao desenvolvimento com a política de não intervenção. O FOCAC já realizou diversas cúpulas e conferências ministeriais, que envolveram temas como: segurança e paz regional, cooperação econômica, ajuda ao desenvolvimento e intercâmbio cultural⁵⁹. Segundo Lopes, Nascimento e Vadell (2013, p.81), o FOCAC constitui-se como base ao diálogo e coordenação dos investimentos entre China e África. Com a

58. Por exemplo cobre, estanho, zinco, chumbo, platina, alumínio, magnésio, titânio.

59. http://www.focac.org/eng/ljhv_1/dvjbjhvj_1/CH12009/

institucionalização do Fórum, os autores consideram que há uma nova forma de coalizão e cooperação: fomenta-se o investimento empresarial, troca de experiência, criação de *joint ventures* e, sobretudo, a participação de empresas chinesas em projetos de desenvolvimento econômico e de infraestrutura no continente africano (Ibid., p.88). Nesse sentido, o FOCAC institucionaliza a relação entre investimentos e a ajuda internacional: investimento e a ajuda são colocados em um mesmo “pacote”, como construção de projetos em infraestrutura, transferência de tecnologia e maquinário, treinamento de pessoal, programas de voluntariado em países estrangeiros, pagamento de dívidas e doação de bens e materiais⁶⁰. Por trás disso há a ideia de que China atenderia aos interesses de “desenvolvimento” dos países africanos.

MECANISMOS DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁFRICA DO SUL

A cúpula do FOCAC em 2015 teve lugar precisamente na capital da África do Sul, Johannesburg, onde foi lançado o Plano de Ação 2016-2018, que versa sobre diversos temas das relações sino-africanas⁶¹. No que tange aos investimentos, esse Plano de Ação “apóia e encoraja” a atuação de empresas chinesas na África quando trata de vários setores, como agricultura, energia, infraestrutura, indústria, entre outros. O plano dá ênfase aos investimentos chineses nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e parques industriais, eixo central para os investimentos chineses na África do Sul. Vale notar que empresários das principais multinacionais chinesas e africanas realizam o *China-Africa Business Forum*⁶², reunindo-se com ministros de comércio, finanças, investimentos etc., com o objetivo de discutir prioridades e acelerar investimentos em setores considerados estratégicos.

Entre os mecanismos políticos de apoio e promoção do investimento estrangeiro na África do Sul estão um conjunto de legislações que oferecem proteção aos investidores. Em um relatório, o capítulo sul-africano do BRICS *Business Council* (2016, p.4) identifica como política para atração de investimento estrangeiro, a ampla liberalização tarifária – vigente desde 1994 –, o Plano Nacional de Desenvolvimento⁶³ e Plano de Ação da Política Industrial,

60. China Daily. China's Foreign Aid. Disponível em: http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm

61. http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1323159.shtml

62. <http://chinaafricanvestmentforum.com/en/>

63. <https://www.gov.za/issues/national-development-plan-2030>

que incentivam a incorporação de empresas, produção e, também, absorção de mão de obra. Esse último enfatiza o setor manufatureiro e a integralização das cadeias de valor⁶⁴. A implementação dos Planos é de responsabilidade do governo juntamente com outras entidades, e conta com os fluxos de investimento externo⁶⁵.

Outro mecanismo é a nova Lei de Proteção ao Investimento, de 2015, que prevê, em seu preâmbulo, a criação de condições favoráveis ao investimento, estímulo à iniciativa empresarial e intensificação da cooperação econômica entre os Estados, com base na igualdade e benefícios mútuos entre investidores domésticos e estrangeiros⁶⁶. Ela também prevê o equilíbrio entre o interesse público e os direitos e obrigações dos investidores estrangeiros. O governo sul-africano coloca-se como responsável pela criação e manutenção de um arcabouço legislativo sólido para promoção e proteção de todos os investimentos, nacionais ou estrangeiros. Na visão dos investidores, a Lei de Proteção seria estratégica visto que o IED se direciona à ambientes com sólidos direitos de propriedade e estado de direito (Chen, Dollar; Tang, 2015, p. 7).

Além disso, China e África do Sul mantêm um Tratado Bilateral de Investimento (TBI) desde 1998, que prevê proteger investimentos chineses no país. Esse tratado segue o modelo dos anos 1990 que dá amplas garantias aos investidores em termos de tratamento nacional, livre transferência de divisas, ampla definição de investimento, além de proteção contra nacionalização, expropriação e medidas equivalentes, podendo o investidor chinês levar o Estado sul-africano a um foro internacional de arbitragem⁶⁷. Vale ressaltar que a África do Sul vem, nos últimos anos, cancelando esse tipo de tratado ou alterando seus termos, no entanto, o tratado com a China permanece em vigência⁶⁸.

CRÉDITO E FINANCIAMENTO DA CHINA PARA ÁFRICA DO SUL

O Banco de Desenvolvimento da China é o principal órgão de financiamento aos investimentos externos. No caso da África, o banco criou uma subsidiária específica, o Fundo de Desenvolvimento China-África (CAD Fund)⁶⁹. Fundado em 2007, o fundo objetiva “encorajar e apoiar empresas chinesas para investir na África”, segundo informações disponibilizadas na sua

“China e África do Sul mantêm um Tratado Bilateral de Investimento desde 1998, que dá amplas garantias aos investidores em termos de tratamento nacional, livre transferência de divisas, ampla definição de investimento, e proteção contra nacionalização”

página. O CAD Fund determina diversos critérios a serem seguidos nos projetos de investimento. Por exemplo, os parceiros devem dispor de recursos humanos, terem forte capacidade de gerenciamento, experiência em investimentos na África, dentre outros requisitos. Além disso, o fundo estabelece exigências para avaliação social e ambiental, seguindo as práticas internacionais⁷⁰. Em 2015, o CAD Fund anunciou recursos adicionais em US\$5 bilhões, podendo chegar ao capital total de US\$10 bilhões para investimentos nos setores de agricultura, infraestrutura, manufatura, parques industriais e recursos naturais⁷¹. Segundo Cheru e Obi (2011), a China provê empréstimos com juros baixo e alcançou o status de credora e investidora no desenvolvimento de projetos de infraestrutura no continente. O fundo não disponibiliza informações precisas sobre seus desembolsos, porém, em um material institucional de divulgação, pudemos identificar alguns financiamentos específicos na África do Sul, como a fábrica de produção de cimentos da empresa *Jidong Cement Group*, o parque industrial de eletrodomésticos da *Hinsense Groupe* a planta de montagem de automóveis *China FAW*⁷².

Outra forma indireta de financiamento chinês para África do Sul se dá por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) dos BRICS. Entre 2016 e 2018, três projetos receberam financiamento do banco. O primeiro foi para o Banco de Desenvolvimento da África do Sul para projetos em energia limpa (US\$ 300 milhões); o segundo para a empresa *Eskom Holdings* para um projeto de energia renovável (US\$ 180 milhões); por fim, o empréstimo para empresa *Transnet* para ampliação do Porto de Durban (US\$ 200 milhões)⁷³. Este último projeto é objeto de críticas por parte de D’Sa e Bond (2018), pois atende a um complexo portuário com atividades petroquímicas altamente poluentes. Os autores apontam que a controversa expansão do porto não

64. https://www.thedti.gov.za/parliament/2017/IPAP_13June2017.pdf

65. http://www.dti.gov.za/industrial_development/industrial_development.jsp

66. <http://investmentpolicyhub.unctad.org/InvestmentLaws/laws/157>. Para o debate sobre os acordos de proteção de investimento dos BRICS na África, ver http://www.pacs.org.br/files/2016/11/Publicacao-Africa-BRICS-PT_BR.pdf

67. Para o texto do tratado: <http://investmentpolicyhub.unctad.org/Download/TreatyFile/3359>

68. Para a discussão sobre os acordos de proteção de investimento dos BRICS na África, e as reformas na África do Sul, ver: ‘BRICS na África: mais do mesmo? Um estudo comparativo dos acordos de investimento dos BRICS com países africanos’ em http://www.pacs.org.br/files/2016/11/Publicacao-Africa-BRICS-PT_BR.pdf

69. CAD-Fund: The company overview. Disponível em: <http://www.cadfund.com/en/index.aspx>.

70. http://www.cadfund.com/en/Article_List.aspx?columnID=185.

71. <http://www.cadfund.com/en/NewsInfo.aspx?Nid=48>

72. Brochura disponível em: <http://www.cadfund.com/Website/cadf/Upload/File/201312/20131231154138105396.pdf>

73. <https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>

foi acompanhada de consultas ou análises adequadas (D'Sa e Bond 2018, p. 180). Assim, se formou um movimento de resistência - a Aliança Ambiental Comunitária do Sul de Durban (SDCEA) – que vem denunciando os impactos ambientais, sociais e de saúde sobre a comunidade vizinha ao porto. Com o crédito concedido pelo NDB, a *Transnet* irá duplicar o transporte de petróleo, ampliando ainda mais os problemas ambientais (Ibid., p. 181). D'as e Bond (2018) lembram que a empresa já havia recebido US\$ 5 bilhões do Banco de Desenvolvimento da China em 2013 (quando ocorreu a cúpula dos BRICS em Durban), para, por sua vez, contratar uma empresa chinesa de construção pesada (a *Shanghai Zhenhua Heavy Industries*) para construir um novo contêiner. O empréstimo também beneficiou outra empresa chinesa, a *South China Rail*, para exportar locomotivas (Ibid., p. 182).

VOLUMES DE COMÉRCIO, PRINCIPAIS EMPRESAS E SETORES DO IED CHINÊS NA ÁFRICA DO SUL

A China tornou-se a principal parceira comercial da África do Sul em 2010, alcançando um volume de comércio de 270 bilhões de Rands em 2013⁷⁴. Em artigo de jornal por ocasião da visita à África do Sul para a cúpula dos BRICS em Johannesburg, em 2018, o primeiro ministro chinês Xi Jinping afirma que o país também se tornou o principal parceiro comercial da China no continente africano. O comércio mútuo entre China e África do Sul alcançou, em 2017, o volume de US\$ 39,7 bilhões, aumentando em 20 vezes desde o início das relações diplomáticas em 1998. O investimento chinês na África do Sul cresceu 80 vezes, significando um estoque acumulado de mais de US\$ 20 bilhões. Segundo Xi Jinping, as empresas chinesas fazem “bons negócios” na África do Sul, e as empresas sul-africanas também são bem sucedidas na China. Em anos recentes, foram realizados o “Dia da África do Sul” na China (2014) e o “Dia da China” na África do Sul (2015), evidenciando os laços diplomáticos. Esses laços já haviam se fortalecido durante o governo de Jacob Zuma por meio da elevação da África do Sul a um parceiro estratégico da China, e a inclusão do país em uma “parceira estratégica abrangente”, em 2011, para aprofundar a cooperação econômica. Dessa parceria estratégica resulta uma comissão binacional e reuniões sucessivas de “diálogo estratégico” entre os dois países⁷⁵.

74. <https://mg.co.za/article/2016-01-11-south-africa-and-china-behind-the-smoke-and-mirrors>. A cotação atual do dólar americano corresponde a aproximadamente 13,76 Rands sul-africanos.

75. http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zjg_663340/tzs_663828/jlb_663832/3094_664214/

“ O comércio mútuo entre China e África do Sul alcançou, em 2017, o volume de US\$ 39,7 bilhões, aumentando em 20 vezes desde o início das relações diplomáticas em 1998. O investimento chinês na África do Sul cresceu 80 vezes, significando um estoque acumulado de mais de US\$ 20 bilhões”

Na tabela 3, identificamos os principais investimentos chineses na África do Sul. Os volumes apresentados foram coletados na plataforma *The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation*⁷⁶. Quanto aos setores, destacam-se metais, infraestrutura e imobiliário. Alguns investimentos em metais incluem empréstimos do Banco de Desenvolvimento da China, como, em 2010 e 2011, à *Jinchuan Group* e às empresas *CITIC* e *LongMarch Capital*, respectivamente. Outras empresas que também investiram no setor são: *Gold One* (investimento de US\$250 milhões em 2011), *Hebei Iron and Steel*, *General Development* e *Tewoo* (com o investimento em conjunto de US\$380 milhões em 2012) e, por fim a *Hebei Zhongbo Platinum* (com um investimento de US\$230 milhões em 2014).

A *Jinchuan Group*, responsável por investimentos na África do Sul em 2010 e 2011, é a maior produtora de cobre da China. A presença do grupo é significativa: em média, 60 a 70% dos ativos da *Jinchuan* estão situados no continente africano. Em 2012 o grupo adquiriu a *Metorex Ltd*, uma parceira comercial do grupo de minérios de cobalto. Hoje, a *Metorex* é uma subsidiária integral da *Jinchuan Group*, sediada em Johannesburg⁷⁷. Por fim, a *Sinosteel* estabeleceu uma joint venture na África do Sul com a *Samancor Corporation*, uma das principais empresas de minério de cromo no país. O grupo explora conjuntamente os recursos em minério de cromo – ambos com uma participação de 50% - desde 2006. O projeto inclui uma mina com produção anual de 400.000 toneladas de minério de cromo e uma produção de 120.000 toneladas de ferro-cromo por ano⁷⁸.

No setor imobiliário, destaca-se o investimento da *Tangshan Jidong*

76. <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>

77. <http://www.polity.org.za/article/strategising-chinasouth-africa-relations-2013-03-26>

78. http://www.china-daily.com.cn/business/2006-12/22/content_765597.htm

Cement, com empréstimo de US\$120 milhões do Banco de Desenvolvimento da China em 2010. Outro investimento, de US\$110 milhões, em 2013, ocorreu pela *Shanghai Zhenai*. A *ChinaMinsheng Investment*, investiu US\$1.230 milhões em 2017, também no setor imobiliário. Este último consiste na construção de moradias a preços acessíveis na África do Sul. O projeto encontra-se sob o programa econômico e estratégico da China *One Belt, One Road*⁷⁹.

Por sua vez, no setor de transportes, a empresa *BAIC* investiu, em 2016, US\$1.290 milhões, e a *First Automobile Works* investiu US\$100 milhões na construção de uma fábrica de montagem de veículos em *Coega*, no Cabo Oriental⁸⁰. É precisamente em *Coega* onde se encontra a Zona Econômica Especial com investimentos da *BAIC*, conforme discutiremos à frente.

A empresa chinesa *Tangshan Jidong Cement* faz parte do grupo *Jidong Development Group*, com grandes investimentos em maquinário, imóveis e produção de materiais de construção. A *Jidong Development Group* expandiu-se para fora do território chinês pela primeira vez em 2010, através de um acordo para construção de uma nova fábrica de cimento na província de Limpopo, na África do Sul. O investimento foi financiado por um consórcio que incluiu o Banco de Desenvolvimento da China, bancos comerciais chineses e o *Nedbank*⁸¹.

No setor de telecomunicações, outro investimento chinês foi da estatal *ZTE*, segunda na China e quinta maior do mundo nesse setor⁸². A estatal é um dos membros principais da SACETA (Associação Sul-Africana de Comércio e Economia da China), desfrutando, assim, de facilitação e promoção de capitais⁸³. Seu investimento na África do Sul, em 2010, inclui US\$380 milhões na *Cell C*. Também no setor de telecomunicações, a *Huawei* investiu US\$211 milhões na *Telkom SA*, em 2008. A *Huawei* afirmou que pretende auxiliar o governo da África do Sul a alcançar 100% de penetração de banda larga até 2020⁸⁴.

Kollamparambil e Jøge (2018) apontam que, globalmente, a África do Sul está classificada em 74º entre 190 economias em termos de facilidade de criação de novos negócios de acordo com os últimos *ratings* anuais do Banco Mundial. A capital Johannesburgo e seus arredores constituem um centro financeiro para todo o continente africano e abrigam filiais de multinacionais de todas as partes do mundo (Kollamparambil; Jøge 2018, p. 166). Em seu estudo, eles verificam que mais de 77% das firmas estrangeiras entrevistadas

eram oriundas de economias avançadas, mas uma tendência crescente é a entrada de IED de economias emergentes, notadamente a China e a Índia. Johannesburgo concentra as indústrias avançadas da África do Sul: indústria de engenharia, automóveis e produtos químicos. Mais de 85% das empresas do setor manufatureiro relataram dependência direta ou indireta do setor de mineração, evidenciando a importância continuada da indústria de mineração em Johannesburgo (Ibid., p. 170).

ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS

Entre os investimentos chineses na África do Sul, podemos destacar os projetos de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que são áreas destinadas à atividade industrial, atraindo, sobretudo, investimentos externos através da concessão de benefícios aos investidores. O Plano de Ação 2016-2018 do FOCAC menciona as ZEEs como um mecanismo de cooperação que asseguraria a transferência de tecnologia para o continente. Thompson et. al. (2018) apontam que as ZEEs representam o “pacote” que vincula a ajuda bilateral chinesa e o investimento direto focado nessas zonas industriais.

Segundo Thompson et. al. (2018), as ZEEs foram apresentadas como “cura” para os problemas das economias africanas, pois seriam impulsionadoras do desenvolvimento industrial, da diversificação de produtos e, também, da criação de empregos. A China encorajaria suas empresas a investir nessas zonas na África do Sul a fim de promover industrialização e melhoria em sua capacidade econômica, tal como proferiu em discurso na condição de vice-presidente, em 2015, Cyril Ramaphosa (Ibid., p.3). Entretanto, os autores alertam que essas seriam “falsas promessas”: as ZEEs mantêm as práticas exploradoras e são cada vez mais informatizadas, dispensando emprego de mão-de-obra intensiva, portanto contrariando a expectativa da criação de empregos e oportunidades (Ibid, p. 8-9).

A iniciativa não é uma novidade no continente africano: nas duas últimas décadas, a China instalou ZEEs na Zâmbia, Argélia, Nigéria, Egito, Etiópia e Maurícias (Brautigam e Xiaoyang, 2009, p.3). No entanto, seu desenvolvimento foi limitado, apresentando diversos problemas, como os baixíssimos salários oferecidos (Human Rights Watch, 2011)⁸⁵. Somente em 2008, a África

79. <https://www.scmp.com/business/companies/article/2115439/minsheng-investments-building-arm-seals-us-129bn-south-african>.

80. <http://www.polity.org.za/article/strategising-chinasouth-africa-relations-2013-03-26>

81. https://ipfs.io/ipfs/QmXoyplzjW3WhnFI-JnKlwHCnL72vedxjQh-DDP1mXWo6uco/wihl/Jidong_Cement.html

82. <http://www.newsecuritylearning.com/index.php/archive/75-chinas-mighty-telecom-footprint-in-africa>

83. <https://www.itweb.co.za/content/ohYbe97X3YB-vAWpG>

84. http://www0.sun.ac.za/ccs/wp-content/uploads/2015/03/CCS_PB_SA-CHINA_Engagement_2015.pdf

85. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2011/country-chapters/south-africa>

do Sul estabeleceu, em certa medida, proteção aos trabalhadores dessas ZEEs. Segundo Thompson et. al (2018), a aplicação de padrões de salário mínimo e a atuação de sindicatos não é proibida, porém, em relatos obtidos pelos autores, os trabalhadores afirmam que “pactos de trabalho” são encorajados, burlando a regulação estabelecida.

Atualmente, a ZEE de maior destaque é a Zona de Desenvolvimento Industrial de *Coega*, situada, desde 1999, na província de Eastern Cape. É um complexo multibilionário: em 2016 a Zona de *Coega* assinou 17 novos investimentos, atingindo a marca dos \$27 bilhões de *Rands*. Já em 2017 alcançou o total de 36 investidores operacionais, sendo R\$11 bilhões de *Rands* apenas da *Beijing Automotive Group* (BAIC) no setor de transportes – com capacidade de produção estimada em 50.000 carros por ano. Porém, a promessa de empregos permaneceu não cumprida: em 17 anos, somente 7.500 postos de trabalho permanentes foram criados no âmbito do empreendimento (Ibid., p. 9). Thompson et. al. (2018) destacam que a Zona *Coega* evidencia como os investimentos atraídos por Zonas Econômicas Especiais tendem a aumentar, cada vez mais, a exploração econômica.

A *Coega* posiciona-se como centro de energia na África do Sul. Próxima a maior cidade do Cabo Oriental, seu espaço está próximo da central elétrica e do corredor de serviço da *Eskom* – a qual recebeu um empréstimo do NDB, em abril de 2016, no valor de U\$180 milhões para desenvolver energias renováveis, na intenção de diminuir a dependência do país sobre combustíveis fósseis⁸⁶. Porém, Thompson et. al. (2018) apontam para diferentes impactos sociais em famílias camponesas, que foram removidas de suas terras em razão do empreendimento, as quais continuam empobrecidas e sem as políticas de responsabilidade social prometidas pela empresa.

CONCLUSÃO

É notório que a atuação da China no continente africano visa a consolidar seu acesso a recursos estratégicos e sua base de articulação política com países do Sul Global na sua busca em endossar-se como poder na economia mundial. Lembramos aqui a afirmação de Carmody (2015), de que a expansão

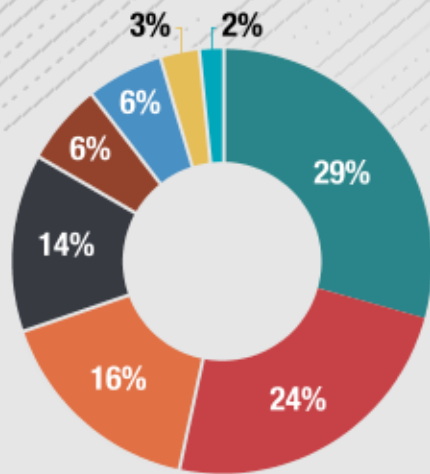
“ No continente africano, a própria África do Sul é uma potência regional que atua sobre as economias mais frágeis da sua região. Para isso, a África do Sul se alia, em muitos casos, à própria China. (...) Capitais sul-africanos e chineses atuam juntos na exploração de recursos naturais e dominação de mercados na África”

e o crescimento da China contaram com o apoio das elites africanas, haja vista que a política de não-interferência buscou a cooperação com essas elites. As grandes corporações da China (e de outros BRICS) se beneficiaram largamente do regime neoliberal e abertura econômica do continente africano, levado a cabo sob os auspícios das instituições financeiras de *Bretton Woods* e da OMC. O mercado africano de *commodities* foi aberto para importações da China e outros países, oferecendo recursos e oportunidades de investimento para corporações chinesas globais. Por outro lado, os trabalhadores chineses e africanos sofrem suas piores consequências.

No continente africano, a própria África do Sul é uma potência regional que atua sobre as economias mais frágeis da sua região. Para isso, a África do Sul se alia, em muitos casos, à própria China. Como apresentado acima, o maior IED na história da África foi do Banco Industrial e Comercial da China ao *Standard Bank* da África do Sul em 2008. Carmody (2015) aponta que capitais sul-africanos e chineses atuam juntos na exploração de recursos naturais e dominação de mercados na África, como é o caso da Zâmbia. Nesse país, a varejista sul-africana *Shoprite*, que é também controlada por capitais chineses, juntamente com capitais sul-africanos, dominam o mercado a tal ponto que os produtores locais não têm margem para entrar. Nesse sentido, podemos concluir que a África do Sul, enquanto uma potência regional, ocupa um lugar ambíguo, uma vez que é ao mesmo tempo explorada por capitais estrangeiros, como o chinês, ao passo em que explora economias vizinhas, como Zâmbia e Moçambique.

86. <https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>

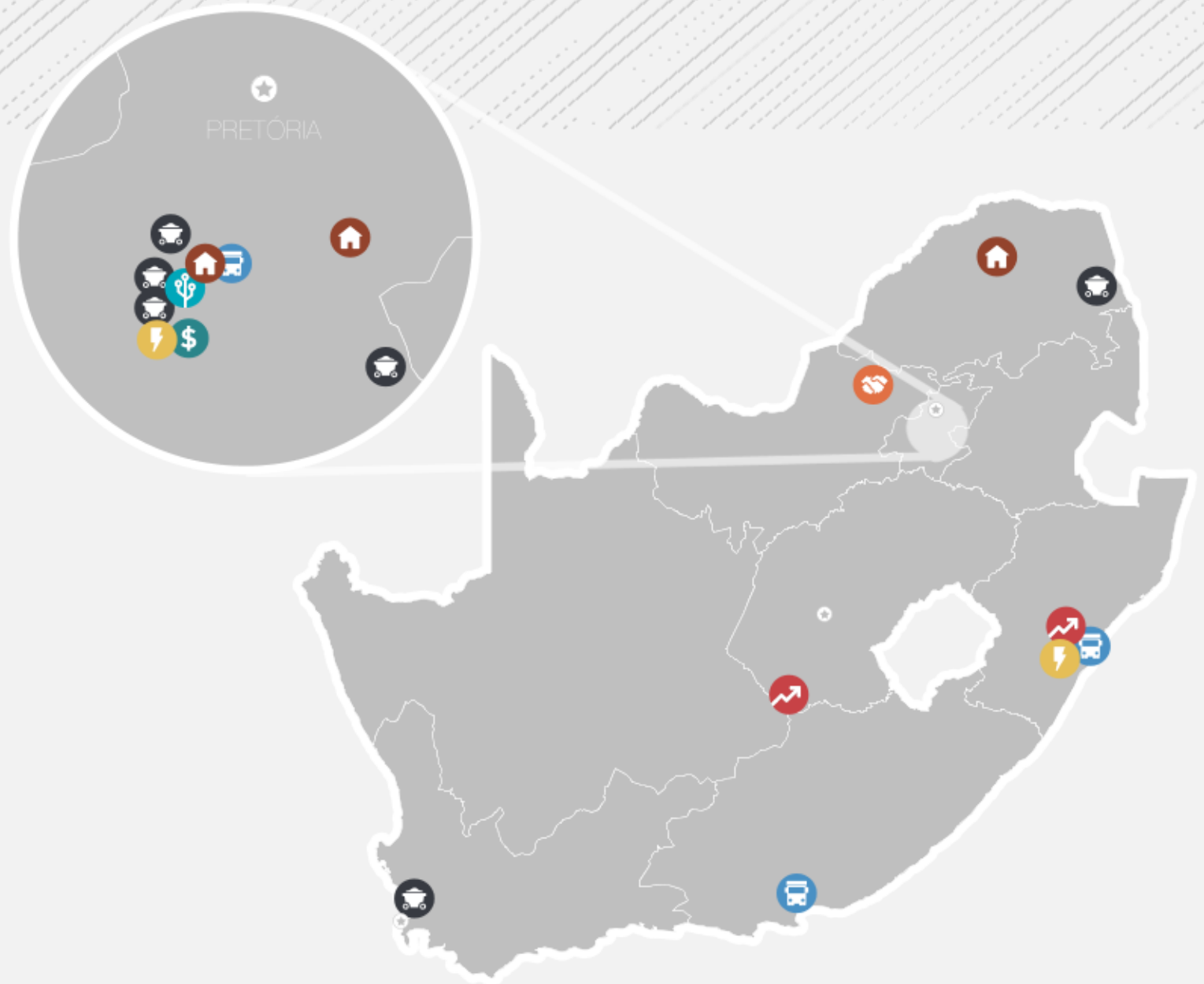
INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁFRICA DO SUL



- FINANÇAS
- DESENVOLVIMENTO
- COMERCIAL
- METAIS
- IMOBILIÁRIO
- TRANSPORTE
- ENERGIA
- TECNOLOGIA

PRINCIPAIS INVESTIDORES

- INDUSTRIAL AND COMMERCIAL BANK OF CHINA (ICBC)
- SINOSTEEL
- JINCHUAN GROUP
- BAIC
- CHINA MINSHENG INVESTMENT
- CITIC
- CHINA DEVELOPMENT BANK
- NEW DEVELOPMENT BANK
- BANK OF CHINA
- UBEIJING JINGMEI
- HEBEI IRON AND STEEL, GENERAL DEVELOPMENT E TEWOO
- ZTE



INVESTIMENTOS CHINESES | ÁFRICA DO SUL

ANO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO CHINESA	VOLUME DE INVESTIMENTO	EMPRESA/ INSTITUIÇÃO PARCEIRA	%DE INVESTIMENTO	SETOR	SUBSETOR	REGIÃO DO INVESTIMENTO
2018	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,20	TRANSNET SOC LTD.	-	DESENVOLVIMENTO	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE	DURBAN
2018	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,30	THE DEVELOPMENT BANK OF SOUTHERN AFRICA ("DBSA")	-	ENERGIA	ENERGIA LIMPA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	-
2017	CHINA MINSHENG INVESTMENT	\$1,23	VINCI	-	IMOBILIÁRIO	CONSTRUÇÃO	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA
2016	BAIC	\$0,52	INDUSTRIAL DEVELOPMENT CO	65%	TRANSPORTE	AUTOMÓVEIS	LIMBRO PARK, SANDTON (SEDE DA EMPRESA)
2016	BAIC	\$0,77	INDUSTRIAL DEVELOPMENT CO	-	TRANSPORTE	AUTOMÓVEIS	LIMBRO PARK, SANDTON (SEDE DA EMPRESA)
2016	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,18	ESKOM	-	ENERGIA	ENERGIA RENOVÁVEL; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	SOWETO
2015	QINGDAO HENGSHUN	\$0,11	COAL OF AFRICA	34%	ENERGIA	CARVÃO	JOHANNESBURG
2014	HEBEI ZHONGBO PLATINUM	\$0,23	PLATINUM GROUP METAL	100%	METAIS		ROSEBANK, JOHANNESBURG
2013	CHINA DEVELOPMENT BANK	\$5,00	TRANSNET	-	DESENVOLVIMENTO	TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA
2013	INDUSTRIAL AND COMMERCIAL BANK OF CHINA (ICBC)	\$2,20	STANDARD BANK OF SOUTH AFRICA LTD., PRIVATE SECTOR	-	COMERCIAL	GERAÇÃO E ABASTECIMENTO DE ENERGIA	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA
2013	SHANGHAI ZENDAI	\$0,11	AECI	-	IMOBILIÁRIO	PROPRIEDADE	MODDERFONTEIN, JOHANNESBURG
2012	BEIJING JINGMEI	\$0,10	COAL OF AFRICA	24%	ENERGIA	CARVÃO	JOHANNESBURG (ONDE O ACORDO FOI FIRMADO)
2012	HEBEI IRON AND STEEL, GENERAL DEVELOPMENT E TEWOO	\$0,38	PALABORA MINING	35%,25%,20%	METAIS	COBRE	PHALABORWA, LIMPOPO

INVESTIMENTOS CHINESES | ÁFRICA DO SUL (CONTINUAÇÃO)

ANO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO CHINESA	VOLUME DE INVESTIMENTO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO PARCEIRA	%DE INVESTIMENTO	SETOR	SUBSETOR	REGIÃO DO INVESTIMENTO
2011	CHINA DEVELOPMENT BANK	\$0,65		-	COMERCIAL	INDÚSTRIA, MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO	RUSTENBURG
2011	CIC	\$0,25	SHANDUKA GROUP	25%	FINANÇAS	Investment	PRETORIA (SEDE DA EMPRESA)
2011	CITIC, CHINA DEVELOPMENT BANK, LONG MARCH CAPITAL	\$0,47	GOLD ONE	75%	METAIS		CAPE TOWN (SEDE DA EMPRESA)
2011	GOLD ONE	\$0,25	RAND URANIUM		METAIS		SPRINGS (SEDE DA EMPRESA)
2011	JINCHUAN GROUP	\$1,36	METOREX	100%	METAIS	COBRE	RIVONIA, SANDTON (SEDE DA EMPRESA)
2010	FIRST AUTO WORKS E CHINA DEVELOPMENT BANK	\$0,10		-	TRANSPORTE	AUTOMÓVEIS	COEGA
2010	JINCHUAN GROUP E CHINA DEVELOPMENT BANK	\$0,23	WESIZWE PLATINUM	51%	METAIS		RIVONIA, SANDTON (SEDE DA EMPRESA)
2010	TANGSHAN JIDONG CEMENT E CHINA DEVELOPMENT BANK	\$0,12	WOMEN INVESTMENT PORTFOLIO HOLDINGS	60%	IMOBILIÁRIO	CONSTRUÇÃO	LIMPOPO
2010	ZTE	\$0,38	CELL C	-	TECNOLOGIA	TELECOMUNICAÇÕES	SANDTON, JOHANNESBURG (SEDE DA EMPRESA)
2009	CITIC, BANK OF CHINA, CHINA DEVELOPMENT BANK E ICBC	\$1,00	STANDARD BANK OF SOUTH AFRICA LTD., PRIVATE SECTOR	-	FINANÇAS	BANCÁRIO E SERVIÇOS FINANCEIROS	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA
2009	ICBC, CHINA DEVELOPMENT BANK (CDB), CITIC E BANK OF CHINA	\$1,00	STANDARD BANK OF SOUTH AFRICA LTD., PRIVATE SECTOR	-	COMERCIAL	BANCÁRIO E SERVIÇOS FINANCEIROS	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA
2007	INDUSTRIAL AND COMMERCIAL BANK OF CHINA (ICBC)	\$5,60	STANDARD BANK	20%	FINANÇAS	BANCÁRIO	SEM LOCALIZAÇÃO NO MAPA
2006	SINOSTEEL	\$0,23	SAMANCOR CHROME	50%	METAIS	AÇO	SANDTON, JOHANNESBURG (SEDE DA EMPRESA)
2006	UNSPECIFIED CHINESE GOVERNMENT INSTITUTION, GOVERNMENT AGENCY	\$0,45	JIANGSU CONSTRUCTION ENGINEERING GROUP CO., LTD.	-	DESENVOLVIMENTO	AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA	GARIEP DAM, FREE STATE

INVESTIMENTOS CHINESES NA ÍNDIA

INVESTIMENTOS DA CHINA NO BRASIL, ÁFRICA DO SUL E ÍNDIA

A Índia vem passando por uma crescente liberalização de sua economia desde os anos 1990, combinada a uma relativa estabilidade política. Por essa razão, ela vem sendo classificada pelo mercado internacional entre os dez melhores países para realizar investimento estrangeiro do mundo (Jacobs, 2016). A linha liberal se fortaleceu quando Narendra Modi, do Partido Bharatiya Janata, assumiu o cargo de Primeiro Ministro em 2014. Seu governo buscou avançar investimentos em infraestrutura, como a construção de estradas, ferrovias e energia, e no desenvolvimento de 'cidades inteligentes' (com ênfase em sustentabilidade e tecnologia moderna)⁸⁷, favorecendo um ambiente de negócios aberto a investidores estrangeiros, incluindo os de origem chinesa (The Economist 2016, p. 71). Entretanto, sendo duas potências na região asiática, é inevitável uma relativa concorrência entre China e Índia. Apesar de ter mantido altas taxas de crescimento nos últimos anos (acima de 7%), enquanto o ritmo de crescimento da China desacelerava, a Índia ainda não conseguiu alcançar a escala de dinamismo industrial e econômico chinês para uma disputa de poder regional (Ibid., p.66).

Assim, as relações entre a China e a Índia podem ser caracterizadas por uma combinação entre tensões geopolíticas na região asiática e um crescente interesse comercial (Patil, 2017). Em termos geopolíticos, o megaprojeto chinês *One Belt, One Road* (OBOR)⁸⁸ aumentou os tensionamentos ao estabelecer a rota do Corredor Econômico China-Paquistão, que atravessa o território da Caxemira, região de disputa e conflito entre os países fronteiriços. Tal cenário fez com que a Índia não participasse do fórum do OBOR em Beijing e se ausentasse da reunião da Organização de Cooperação de Shangai em 2018⁸⁹. O ápice da tensão entre os dois países ocorreu em 2017, com a disputa sobre a região de Doklam, no Butão, pequeno país asiático que é histórico aliado da Índia, mas acusou a China de construir uma estrada em seu território, violando sua soberania⁹⁰. China e Índia chegaram a enviar suas tropas para a região, arriscando chegar a um conflito militar. Essas questões têm efeito também em projetos chineses nos países sul-asiáticos, como o Sri Lanka, que, com a mudança de governo em 2015, congelou grandes projetos chineses de infraestrutura em seu território, gerando perdas para o país, e impactando nas relações entre a China e Índia nos países da região do sul da Ásia (The Economist, 2016, p. 67). Não obstante essas tensões, Índia e China firmaram tratados e acordos econômicos e de comércio no volume de US\$ 22 bilhões em 2015 (Ibid., p.66).

87. Um exemplo dessas cidades é a 'Mahindra World City'. Cf. <https://www.mahindraworldcity.com/>

88. O projeto chinês consiste em uma plataforma de co-operação econômica transnacional que toma forma em dois eixos: o terrestre, chamado cinturão que vai da China até a Escandinávia, e o corredor marítimo, seguindo rotas comerciais. Essa iniciativa passa por cerca de setenta países na Ásia, África e na Europa, englobando um terço do PIB mundial e 65% da população do planeta. Estima-se que um quarto de todos os bens e serviços do mundo irá passar por essa plataforma, promovendo investimentos maciços em transporte e energia, tais como pontes, gasodutos e ferrovias (Abdenur e Mughah, 2017).

89. <https://timesofindia.indiatimes.com/india/india-sticks-to-its-own-path-says-no-to-chinas-belt-road-initiative/articleshow/63903471.cms>

90. <https://www.dw.com/pt-br/estrada-no-himalala-coloca-china-e-%C3%ADndia-%C3%A0-beira-de-conflito/a-39972873>

“Assim, as relações entre a China e a Índia podem ser caracterizadas por uma combinação entre tensões geopolíticas na região asiática e um crescente interesse comercial”

DADOS GERAIS DO COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nesse sentido, apesar da rivalidade geopolítica, é possível evidenciar crescentes interesses econômicos e comerciais entre China e Índia. No que tange ao comércio, as transações passaram de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 71 bilhões entre 2000 a 2015⁹¹. Entretanto, de acordo com um estudo publicado pelo *Ananta Centre, Institute of Chinese Studies* e o *India International Centre*, as relações comerciais são desiguais: em 2015, houve um déficit US\$ 52 bilhões para a Índia (Ananta Centre et. al. 2016, p.4). Enquanto a Índia exporta, essencialmente, matérias primas e bens intermediários para a China, as exportações chinesas para a Índia compreendem bens manufaturados, equipamentos de energia, produtos de telecomunicação e um grande número de produtos de alta tecnologia. Segundo esse mesmo estudo, existem 322 ações anti-dumping iniciadas pela Índia na Organização Mundial do Comércio (OMC), das quais 177 são contra a China (Ibid.).

No que tange aos investimentos da China para a Índia, os dados mostram uma tendência de crescimento: entre 2011 e 2016, o IED chinês na Índia passou de 35º para 17º lugar (Patil, 2017). Entretanto, ele ainda é pequeno dentro do montante total: de US\$ 200 bilhões em investimentos recebidos pela Índia até 2016, somente US\$ 10 bilhões eram de origem chinesa (Ananta Centre et. al. 2016, p. 4). Isso se dá, segundo referido estudo, pela falta de confiança entre os dois países, bem como pela relutância das companhias chinesas em investir em companhias de infraestrutura indianas endividadas (Ibid.). Investimentos chineses para a Índia foram impulsionados, em boa parte, por pequenas e médias empresas chinesas, que buscaram oportunidades de mercado na Índia diante de queda dos lucros dentro da China (Ibid., p. 5).

De acordo com Patil (2017), os dados oficiais do governo indiano sobre o IED chinês no país entre 2000 e 2016 (que foi de US\$ 1,6 bilhões) estaria subestimado, uma vez que as estatísticas oficiais do governo indiano somariam somente os investimentos oriundos da China continental, deixando de fora os fluxos que vêm de Hong Kong ou de paraísos fiscais. Há maior concentração de investimentos na indústria automobilística (60%), mas crescente interesse no setor e eletrônicos e químicos. Uma das principais aquisições anunciadas é a compra da farmacêutica *Gland Pharma* pela *Shanghai Fosum Pharmaceutical* (Ibid.). Segundo Patil (2017), os custos da força de trabalho indiana seriam até três vezes mais baixos do que na China, o que representaria um atrativo ao investimento de multinacionais chinesas (Ibid.).

Nos últimos anos, uma característica do investimento chinês na Índia foi o direcionamento para *startups*, principalmente ligadas ao e-commerce, chegando ao volume de cerca de US\$ 3,7 bilhões entre 2015 e 2017. Entre as 25 *startups* mais beneficiadas estão *Truebil, Ixigo, Paytm, Flipkart e MakeMyTrip* (Banerjee, 2018). Os setores em que startups atuam são, em sua maioria, serviços, como empresas de alugueis e vendas de carros, lojas de produtos online, sites de reservas de passagens e hotelaria, e empresas de pagamentos e transferência bancária online. Estão majoritariamente sediadas nos grandes centros urbanos de Bangalore e Nova Deli, locais onde a possibilidade de crescimento é mais garantida. Contudo, respondendo às expectativas dos investidores, essas empresas estão procurando cada vez mais penetrar nos mercados mais populares e interioranos (Ibid.).

Além desses, podemos destacar outros investimentos chineses na Índia. Segundo o *World Investment Report* da UNCTAD, em 2015 e 2016, a empresa estatal chinesa CRRC Corporation investiu US\$ 53 milhões em uma *joint-venture* para produzir equipamentos de transporte ferroviário (UNCTAD 2017, p. 19). Além disso, as multinacionais chinesas *Alibaba, Xiaomi e Didi Chuxing* também investiram na Índia. A empresa chinesa OPPO, que atua nos setores de comunicação e tecnologia, entrou no mercado indiano, estabelecendo uma unidade na região de Noida em 2014, anunciando em 2016 um investimento de US\$216 milhões em Andhra Pradesh (Ibid., p. 55). Por fim, o relatório aponta que quatro marcas chinesas ficaram ranqueadas entre o segundo e quinto lugar, juntas somando 46% do mercado indiano (Ibid., p. 55).

91. <https://sptnlne.ws/ehNe>

Um outro exemplo de destaque é a parceria envolvendo a empresa de *Wang Jianlin*, parte do *Dalian Wanda Group*, que atua majoritariamente no setor imobiliário e realizou dois acordos. O primeiro, de 2012, está estimado em US\$ 1,5 bilhões entre a empresa e o *Reliance Group*, na criação de uma *startup* para desenvolver projetos no setor imobiliário (Ying, 2012). O segundo, de 2016, no valor de US\$ 10 bilhões e foi assinado entre a empresa e o governo de Haryana, sendo destinado para a construção de cinco parques industriais e temáticos, além da construção de shoppings centers⁹².

Os investimentos chineses na Índia também se evidenciam no setor de infraestrutura. Localizados em diversas áreas do país, objetivam a construção de novas infraestruturas para produção e novas bases para as empresas. Nesse campo é muito comum observar um crescente número de Memorandos de Entendimentos (MoU, em inglês) entre empresas e instituições com órgãos do governo e províncias indianas. Os principais exemplos de MoU estão entre os projetos de investimentos aprovados pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em inglês), dos BRICS, e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, em inglês), que podemos considerar como investimento chinês indireto. Segundo um relatório da *The Economist* (2016, p. 66), a adesão da Índia ao AIIB, que é liderado pela China, mostra que, apesar das rivalidades no campo da segurança e da geopolítica, há abertura para maior atuação política e capacidade de barganha com o governo chinês, sobretudo considerando que a Índia é o segundo país com mais cotas de ações no AIIB, somente atrás da própria China.

O NDB aprovou três projetos na área de energias renováveis e dois na área de infraestrutura sustentável para a Índia. O primeiro foi um empréstimo ao *Canara Bank* (banco do governo indiano) em 2016, no valor de US\$ 500 milhões, com o objetivo de aumentar a capacidade do banco de financiar projetos de energias renováveis⁹³. Já o segundo empréstimo, também no valor de US\$ 500 milhões, realizado em novembro de 2016 ao governo da província de Madhya Pradesh (segunda maior província da Índia), teve o objetivo de melhorar e aumentar o número de entradas e rodovias da região⁹⁴. Um outro empréstimo também foi dado a Madhya Pradesh, em agosto de 2017, no valor de US\$ 670 milhões, teve o objetivo

“ Os investimentos chineses na Índia também se evidenciam no setor de infraestrutura. Localizados em diversas áreas do país, objetivam a construção de novas infraestruturas para produção e novas bases para as empresas ”

de melhorar o acesso à água potável nas zonas rurais e apoiar o governo provincial a estabelecer conexões de água para os lares das vilas rurais⁹⁵. Em 2017, foi aprovado um empréstimo no valor de US\$ 495 milhões ao governo da província de Rajasthan, região mais seca da Índia, com o objetivo de reabilitar o sistema do Canal Indira Gandhi e melhorar a eficiência de utilização da água e do sistema de irrigação⁹⁶. Por fim, em 2018, foi aprovado um empréstimo para o governo da província de Bihar no valor de US\$ 500 milhões com o objetivo de aprimorar a infraestrutura e a conectividade das estradas rurais dessa região⁹⁷.

Por sua vez, os desembolsos do AIIB se concentram no setor de energia e infraestrutura, através dos quais o banco contribui com uma parte do montante total do projeto. Até agora, o AIIB aprovou sete projetos para a Índia. Em 2017 foi aprovado, no setor de energia, um empréstimo de US\$ 160 milhões para o governo de Andhra Pradesh com o objetivo de aumentar o fornecimento de eletricidade em áreas selecionadas ao estado⁹⁸. No mesmo ano, o segundo desembolso no valor de US\$ 100 milhões foi para a construção e instalação de cinco linhas de transmissão de energia na região Sul da Índia⁹⁹. No que tange à infraestrutura, em 2017 foi realizado o empréstimo ao governo da província de Gujarat para um projeto de melhoria da conectividade e o transporte rodoviário das estradas rurais no valor de no valor de US\$ 658 milhões, cuja metade é financiado pelo AIIB¹⁰⁰. No mesmo ano foi feito um empréstimo no valor de US\$ 335 milhões com o objetivo de melhorar e expandir a capacidade do metrô de Bangalore¹⁰¹. Em 2018, foi aprovado o empréstimo de US\$ 140 milhões ao governo de Madhya Pradesh para obras de acessibilidade e durabilidade das estradas rurais da província¹⁰². Por fim, o mais recente projeto aprovado foi para o Fundo Nacional de

92. <https://economictimes.indiatimes.com/wealth/real-estate/equity-sharing-row-hits-dalian-wandas-haryana-project/articleshow/58407493.cms>

93. <https://www.ndb.int/canara-india/>

94. <https://www.ndb.int/madhyapradesh-india/>

95. <https://www.ndb.int/mp-water-india/>

96. <https://www.ndb.int/rajasthan-water-india/>

97. <https://www.ndb.int/projects-biharindia/>

98. <https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/india-andhra-pradesh.html>

99. <https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/india-transmission-system.html>

100. <https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/gujarat-rural-roads-project.html>

101. <https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/bangalore-metro-rail-project.html>

102. <https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/india-madhyapradesh.html>

Investimento e Infraestrutura da Índia, em junho de 2018, no montante de US\$ 100 milhões, para alavancar recursos de apoio ao capital privado para investimento em infraestrutura¹⁰³. Todos os investimentos acima estão apresentados de forma sintética na tabela 3.

ACORDOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O aumento significativo dos investimentos chineses na Índia nos últimos anos se deu, em grande medida, devido às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial e à atração de investimento externo, principalmente aos programas *Make in India* e *Invest India*¹⁰⁴. *Make in India* é um programa do governo indiano lançado em 2014, coordenado pelo Departamento de Política e Promoção Industrial (DIPP) do Ministério do Comércio e Indústria, com o objetivo de tornar o país em um centro global de design e manufaturas. Segundo as informações oficiais, tal programa foi uma resposta do governo de Modi à baixa taxa de crescimento que a Índia teve em 2013, diante do debate entre investidores globais em relação ao país ser um risco ou uma oportunidade para investimentos¹⁰⁵. A intenção é de que a produção passe a representar 25% do PIB e crie 100 milhões de empregos adicionais até 2022¹⁰⁶. O programa tem onze áreas de concentração e vinte e cinco setores de foco específicos para os quais o governo liberalizou a política de IED, permitindo rota automática¹⁰⁷ de mais de 50% dos investimentos. Consequentemente, o fluxo de IED vem crescendo desde 2014, sendo maior no setor manufatureiro, com aumento em 38% em 2016-17. Grande parte desse crescimento está concentrado em Karnataka, Madhya Pradesh e Maharashtra, províncias que já tinham bases de produção previamente estabelecidas¹⁰⁸.

O 'Comitê Permanente do Comércio' do parlamento indiano publicou em 2017 um relatório que questionava o real impacto e implementação da iniciativa, pedindo que as "iniciativas acontecessem de forma mais robusta"¹⁰⁹. Em 2015, quase 23% do total de IED que chegou ao país foi investido em projetos *brownfield*¹¹⁰, aumentando para 48% em 2016. Entre outras empresas globais que chegaram ao

país nesse momento, a chinesa *Shanghai Fosun Pharmaceutical* criou joint ventures na Índia para comprar "ativos estressados"¹¹¹.

Segundo noticiário indiano, o programa também contribuiu para que o país tivesse uma classificação melhor no *Ease of Doing Business* do Banco Mundial, mas poucos empresários afirmam que realizar investimentos no país se tornou mais fácil e confiável. Essa leitura se dá também pelo número de atividades paralisadas pela falta de autorizações do governo, fundos, matérias-primas e outros recursos. Em setembro de 2017, o valor dos projetos paralisados estaria em US\$ 204,26 bilhões, que representam 13% do total de projetos, dos quais dois terços são investimentos do setor privado. As reformas de 'desmonetização'¹¹² e mudanças nos impostos sobre bens e serviços, consideradas mal implementadas, também contribuiriam para que investidores estrangeiros se sentissem inseguros para a realização de investimentos¹¹³.

A outra iniciativa, *Invest India*¹¹⁴, é um programa para promoção e facilitação de investimentos, com a atuação de uma agência para simplificação do ambiente de negócios. O programa almeja ser a referência para os investidores na Índia, disponibilizando especialistas formados em diferentes países e setores, que orientam as melhores entradas de mercado, disponibilizam análises sobre a indústria, localizam parceiros e advocacia política com os tomadores de decisão. Segundo Banerjee (2018), o programa pretende promover o país como "melhor destino para investimentos", com uma lista de 600 companhias estrangeiras que planejam investir um total de US\$ 85 bilhões no país nos próximos cinco anos. Além disso, foram listadas outras 200 companhias globais que ainda não atuam no país, a fim de aproximá-las – grande parte delas de origem chinesa (Banerjee, 2018).

O programa publicou um relatório em 2018, onde afirma que *Invest India* trabalha para reforçar as relações dos processos de promoção de investimento (chamados de Intermediários de Promoção de Investimento, IPI em inglês) no nível das províncias e governos locais (Invest India 2018, p. 2). Esse fortalecimento da descentralização se dá de acordo com as diferentes necessidades de cada província, ligadas às suas capacidades competitivas de atração e fixação do investimento em seu território. Nesse sentido, o programa trabalharia para compreender melhor e trabalhar

111. Ativo estressado é como são chamados os ativos não rentáveis, os empréstimos reestruturados e ativos baixados (aqueles que o banco não conta o valor que o mutuário lhe deve e que será compensado de alguma outra forma). Cf. <https://www.indianeconomy.net/spiclassroom/what-is-stressed-assets/>

112. A "desmonetização" é o processo de diminuição, redução ou retirada de moedas de circulação. Nesse caso, a medida foi tomada na intenção de combater a circulação de moedas falsas e de controlar a inflação na Índia. Cf. <https://www.india-briefing.com/news/indian-government-bans-500-1000-currency-denominations-bla-ch-money13039-13039.html/>

113. <https://www.india-briefing.com/news/mahe-in-india-still-falling-short-after-three-years-15471.html/>

114. <https://www.investindia.gov.in/about-us>

103. <https://www.aib.org/en/projects/approved/2018/national-investment-and-infrastructure-fund.html>

104. Não constam nos sites dos programas *Mahe in India* e *Invest India* projetos realizados em cooperação com a China. Entretanto, segundo o site de notícias Sputnik News, a China aumentou os investimentos nesse programa em 2015. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201509152130750/>

105. <http://www.maheinindia.com/about>

106. <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/policy/view-mahe-in-india-will-not-work-unless-there-is-a-strategic-plan/articleshow/63759186.cms>

107. A entrada de investimento estrangeiro direto por não residentes na Índia é regulada através de duas rotas - rota automática e rota de aprovação. A rota automática é destinada a setores e níveis de investimento menos restritos. Já a rota de aprovação é regulada por agências governamentais que examinam o investimento estrangeiro enquanto o aprova. Disponível em: <https://www.indianeconomy.net/spiclassroom/what-is-automatic-route-and-approval-route-in-fdi/>

108. <https://www.india-briefing.com/news/mahe-in-india-still-falling-short-after-three-years-15471.html/>

109. <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/policy/view-mahe-in-india-will-not-work-unless-there-is-a-strategic-plan/articleshow/63759186.cms>

110. Investimentos conhecidos como *brownfield* são os realizados em projetos já existentes.

“O tratado entre a China e Índia segue o modelo tradicional, com definição de investimento que inclui também serviços, bens de propriedade intelectual e concessões empresariais”

junto a esses IPI locais (Ibid.). O relatório, elaborado em conjunto com a *International Finance Corporation* (IFC), braço de financiamento privado do grupo Banco Mundial, traz diversos exemplos de programas similares em outros países, que são ilustrativos como 'boas práticas', sendo um deles o programa de Hong Kong (Ibid., p. 8).

Em 2017, o Ministro do Comércio e Indústria da Índia declarou que estão sendo estudadas formas de combinar os dois programas nacionais. Para isso estariam sendo realizadas conversas com o Ministério da Fazenda, além de modificações no próprio *Make in India*, adicionando novos setores, produtos e territórios. O objetivo é que os setores de produção e exportação recebam um grande impulso do governo central e cresçam globalmente, contribuindo para maior projeção do país¹¹⁵.

Outro aspecto relevante ao olharmos para as relações entre China e Índia é o marco jurídico que protege os investimentos por meio de um Tratado Bilateral de Investimento (TBI). O tratado entre a China e Índia, com início em 2006 e fim em 2017, segue o modelo tradicional, com definição de investimento que inclui também serviços, bens de propriedade intelectual e concessões empresariais. Além disso, garante tratamento igualitário entre investidor internacional e estrangeiro e princípio de nação mais favorecida. Expropriações, nacionalizações ou medidas de efeito equivalente somente estão previstas em casos de interesse público, de acordo com a lei doméstica, sem discriminação e mediante compensação. Em casos de disputas, se o acordo entre as partes nas primeiras instâncias não for viável, as regras da comissão das Nações Unidas para o direito comercial internacional (UNCITRAL) ou o recurso de *Additional Facility* do Centro Internacional para a Arbitragem sobre Disputas sobre os Investimentos (CIADI) são previstas. Apesar de terminado, as regras têm quinze anos de efeito residual e não há previsão de renovação ou nova elaboração do acordo¹¹⁶.

115. <https://www.thehindu.com/business/govt-may-meld-make-in-india-will-invest-india-says-prabh/article21117141.ece>

116. Informações retiradas do Tratado Bilateral de Investimento entre a China e a Índia. Cf. <http://investmentpolicyhub.unctad.org/IIA/country/96/treaty/912>

Por fim, é relevante mencionar o Diálogo Econômico Estratégico entre China e Índia (SED, em inglês), iniciado em 2011, com rodadas anuais para estreitar as relações econômicas. O SED é composto por grupos de trabalho em diferentes setores: energia, infraestrutura, meio ambiente, tecnologias. Havia expectativa que o SED aumentasse a presença de empresas chinesas na Índia¹¹⁷, mas ele foi além e estabeleceu diálogos específicos sobre defesa, segurança e finanças (Panda 2014). Para Panda (2014), esse mecanismo reforçaria os espaços de cooperação já existentes (BRICS, G20, e as iniciativas regionais, como o RCEP) e precisaria solucionar problemas, como déficit comercial entre Índia e China. Vale notar que, até 2012, a China mantinha esse tipo de diálogo somente com os EUA, além da Índia (Singh, 2012)¹¹⁸. O último encontro ocorreu em 2018 e serviu para restabelecer a intenção de cooperação após as tensões geopolíticas em Doklam.

CONCLUSÃO

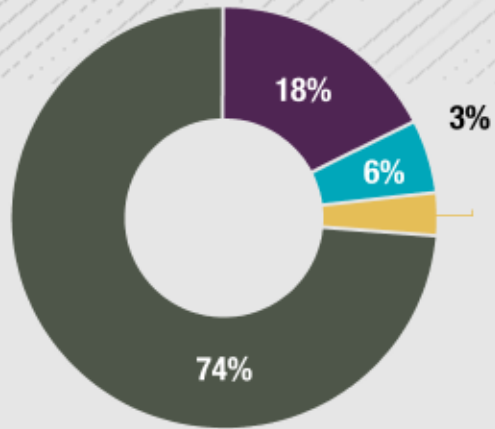
Concluimos que as relações econômicas entre Índia e China se dão num marco tênue entre cooperação e competição. A competição não se dá somente no âmbito geopolítico, como apresentado no início, mas também no âmbito econômico, como duas potências emergentes de peso econômico na região asiática. Diferentemente dos outros BRICS, Brasil e África do Sul, as negociações entre China e Índia se dão numa estrutura relativamente mais horizontal de barganha. Ainda assim, com a inclinação mais liberal do governo Modi, o mercado da Índia tem oferecido grandes atrativos para a entrada de investidores chineses, muito embora a Índia venha crescentemente reivindicando, em contrapartida, mais abertura do mercado chinês para seus investidores. Impactos sociais e ambientais de projetos chineses na Índia não estão em evidência como em outros lugares, apesar de a Índia ser um país conhecido por conflitos ambientais, raciais e de gênero¹¹⁹. É possível estimar que, especialmente em questões trabalhistas, com salários rebaixados e regulação frouxa como no setor de serviços, os investimentos chineses podem acelerar uma corrida para baixo nos padrões trabalhistas, que já são frágeis na Índia.

117. <https://www.hindustantimes.com/world/sino-india-dialogue-looking-at-investment-story-Yr540sUaPNrhN-CXL91uAP.html>

118. A Índia também mantém um acordo de Diálogo Econômico Estratégico com a Rússia. Cf. <https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/indo-russian-economic-dialogue-in-july/articleshow/64314240.cms>. Por sua vez, China e Rússia deram início a um 'Innovation Dialogue', na área de Defesa e Ciência e Tecnologia. Cf. http://en.safea.gov.cn/2018-11/02/content_37188963.htm

119. <https://news.mongabay.com/2016/02/india-has-most-cases-of-social-and-environmental-conflict-according-to-environmental-justice-atlas/>

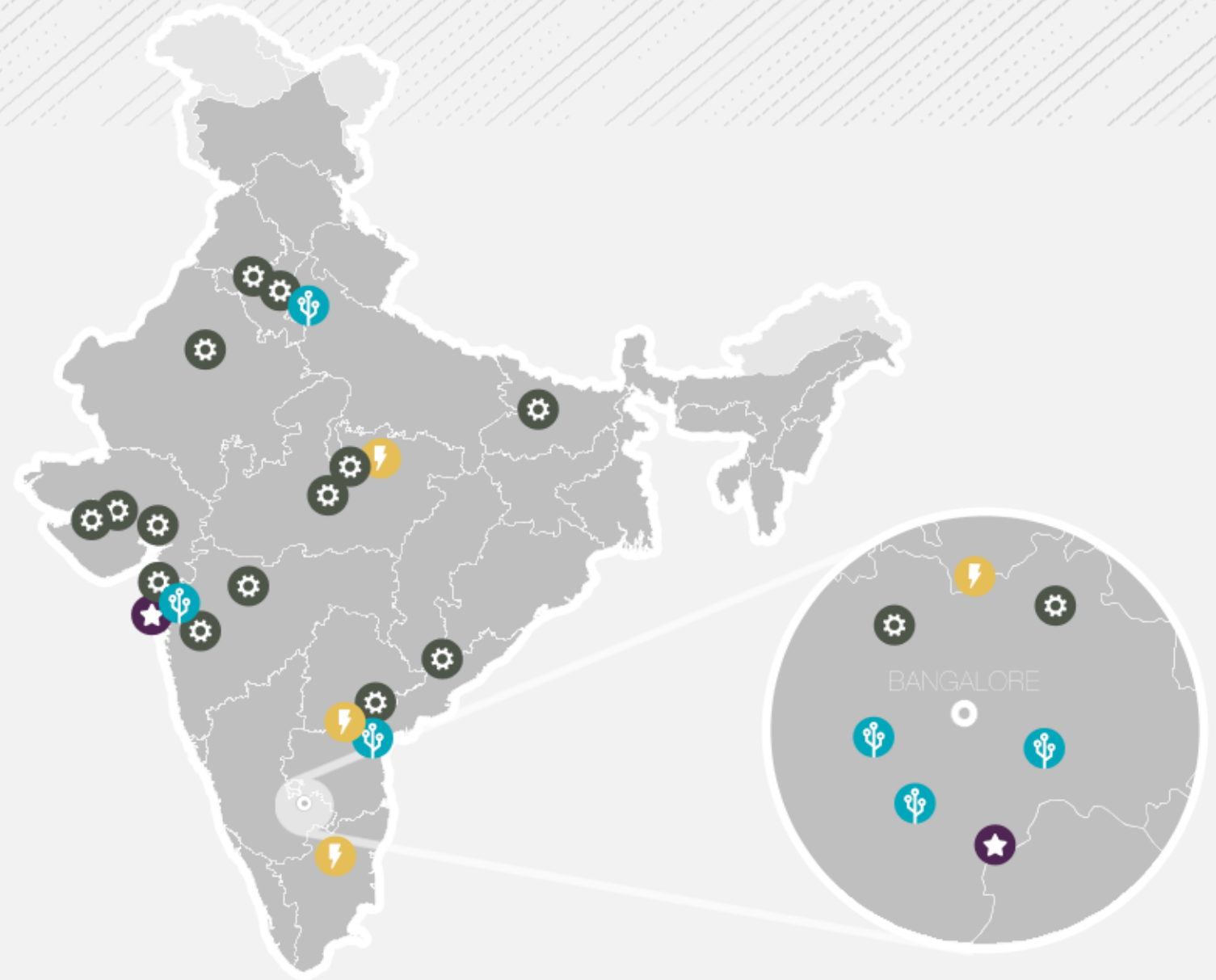
INVESTIMENTOS CHINESES NA ÍNDIA



-  INFRAESTRUTURA
-  SERVIÇOS
-  TECNOLOGIA
-  ENERGIA

PRINCIPAIS INVESTIDORES

- _____ DALIAN WANDA GROUP
- _____ PACIFIC CONSTRUCTION GROUP (CPCG)
- _____ DIDI KUAIDI
- _____ ASIAN INFRASTRUCTURE AND INVESTMENT BANK
- _____ NEW DEVELOPMENT BANK
- _____ ALIBABA GROUP HOLDING LTD.
- _____ XIAOMI



INVESTIMENTOS CHINESES | ÍNDIA

ANO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO CHINESA	VOLUME DE INVESTIMENTO	EMPRESA/ INSTITUIÇÃO PARCEIRA	%DE INVESTIMENTO	SETOR	SUBSETOR	REGIÃO DO INVESTIMENTO
2018	ASIAN INFRASTRUCTURE AND INVESTMENT BANK	\$0,14	-	-	INFRAESTRUTURA	RODOVIÁRIO	MADHYA PRADESH
2018	MEITUANG-DIANPING	\$0,10	SWIGGY	-	T.I.	SERVIÇOS	BANGALORE
2018	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,35	-	-	INFRAESTRUTURA	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	BIHAR
2017	ALIBABA GROUP HOLDING LTD.	\$0,28	BIGBASKET	-	T.I.	COMUNICAÇÃO	BANGALORE
2017	ASIAN INFRASTRUCTURE AND INVESTMENT BANK	\$0,16	-	-	ENERGIA	INFRAESTRUTURA	ANDHRA PRADESH
2017	ASIAN INFRASTRUCTURE AND INVESTMENT BANK	\$0,10	-	-	ENERGIA	INFRAESTRUTURA	SUL DA ÍNDIA
2017	ASIAN INFRASTRUCTURE AND INVESTMENT BANK	\$1,78	-	-	INFRAESTRUTURA	FERROVIÁRIO	BANGALORE
2017	ASIAN INFRASTRUCTURE AND INVESTMENT BANK	\$0,33	-	-	INFRAESTRUTURA	RODOVIÁRIO	GURAJAT
2017	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,47	MADHYA PRADESH JAL NIGAM MARYADIT	-	INFRAESTRUTURA	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	MADHYA PRADESH
2017	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,35	DEPARTAMENTO DE RECURSOS DE ÁGUA DE RAJASTHAN	-	INFRAESTRUTURA	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	RAJASTÃO
2017	SHUNWEI CAPITAL	\$0,03	TRUEBIL	-	SERVIÇOS	AUTOMOBILÍSTICO	MUMBAI/DELHI/BANGALORE
2016	PACIFIC CONSTRUCTION GROUP (CPCG)	\$5,00	-	-	INFRAESTRUTURA	-	GURAJAT
2016	DALIAN WANDA GROUP	\$10,00	-	-	INFRAESTRUTURA	-	HARYANA
2016	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,25	CANARA BANK	-	ENERGIA	ENERGIA RENOVÁVEL	BANGALORE
2016	NEW DEVELOPMENT BANK	\$0,35	-	-	ENERGIA	ENERGIA RENOVÁVEL	MADHYA PRADESH

INVESTIMENTOS CHINESES | ÍNDIA (CONTINUAÇÃO)

ANO	EMPRESA/INSTITUIÇÃO CHINESA	VOLUME DE INVESTIMENTO	EMPRESA/ INSTITUIÇÃO PARCEIRA	%DE INVESTIMENTO	SETOR	SUBSETOR	REGIÃO DO INVESTIMENTO
2016	OPPO	\$0,22	-	-	T.I.	COMUNICAÇÃO	ANDHRA PRADESH
2016	XIAOMI	\$0,03	HUNGAMA.COM	-	T.I.	COMUNICAÇÃO	MUMBAI
2015/2016	XIAOMI	\$0,50	FOXCONN	-	INFRAESTRUTURA	AUTOMOBILÍSTICO	ANDHRA PRADESH
2015	ALIBABA GROUP HOLDING LTD.	\$0,50	PAYTM/ANT FINANCIAL SERVICES GROUP	-	T.I.	SERVIÇOS	NOIDA
2012	CHINA STEEL CORPORATION (CSC INDIA)	\$0,18	-	-	INFRAESTRUTURA	MANUFATURA DE EQUIPAMENTOS AUTOMOBILÍSTICOS	DAHEJ INDUSTRIAL ESTATE/ SUL DE GURAJAT
2012	DALIAN WANDA GROUP	\$1,50	RELIANCE GROUP	-	INFRAESTRUTURA	IMOBILIÁRIO	NAVI MUMBAI
2012	SANY HEAVY INDUSTRY	\$0,06	-	-	INFRAESTRUTURA	MANUFATURA DE EQUIPAMENTOS AUTOMOBILÍSTICOS	PUNE, MAHARASHTRA
-	AGTECH HOLDINGS LTD	\$0,02	PAYTM	-	T.I.	JOGOS	NOIDA
-	ALIBABA GROUP HOLDING LTD.	\$0,45	PAYTM/SOFTBANK	-	T.I.	COMUNICAÇÃO	NOIDA
-	CRRC CORPORATION	\$0,06	-	-	INFRAESTRUTURA	FERROVIÁRIO	HARYANA/NOVA DELHI
-	DIDI KUAIDI	\$5,00	OLA	-	SERVIÇOS	AUTOMOBILÍSTICO	BANGALORE
-	HUAWEI TECHNOLOGIES CO LTD	\$0,17	-	-	INFRAESTRUTURA	COMUNICAÇÃO	BANGALORE
-	SANY HEAVY INDUSTRY	\$0,10	-	-	INFRAESTRUTURA	MANUFATURA DE EQUIPAMENTOS AUTOMOBILÍSTICOS	PUNE, MAHARASHTRA
-	SOYUZ TALIB ARCHITECTS	\$0,05	-	-	INFRAESTRUTURA	IMOBILIÁRIO	MAHARASHTRA
-	XIAOMI	-	SHARECHAT	-	T.I.	SERVIÇOS	BANGALORE
-	YELLOW 7	\$0,03	INHOUSE	-	INFRAESTRUTURA	IMOBILIÁRIO	EAST GODAVARI, ANDRA PRADESH

APÊNDICE

INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL, ÍNDIA E ÁFRICA DO SUL: ENTRE O REAL E O IMPOSSÍVEL, MULHERES RESISTEM

POR FABRINA FURTADO

“O que isso tudo significa para mulheres?
São mais mulheres adoecidas e mais mulheres tristes”.
Magnólia Said, Fortaleza, 29 de nov. 2018

1.INTRODUÇÃO

Como evidencia a pesquisa sobre investimentos de empresas e bancos chineses nos outros três países dos BRICS - Brasil, Índia e África do Sul - o papel de potência econômica assumido pelo país dentro dos BRICS é refletido no nível e alcance dos seus investimentos. Voltados para as prioridades do modelo de crescimento interno da China, grande parte dos seus investimentos no Brasil, África e Ásia, são voltados para os setores de energia, indústria extrativa e grandes projetos de infraestrutura relacionados. A vasta literatura disponível sobre essa lógica de desenvolvimento, revela que a mesma tem como forma de expansão, o uso intensivo e extensivo da terra; a sobre-exploração do trabalho; a violação, flexibilização e fragmentação da legislação ambiental e, portanto, o desmatamento, a contaminação das terras, dos solos e dos ares; e processos de grilagem, privatização e expropriação de territórios. Trata-se de um processo que oculta as transformações territoriais que expulsa populações inteiras dos seus locais de produção e reprodução ou torna seus modos de vidas inviáveis.

No entanto, os impactos sociais e ambientais da atuação das corporações ligadas aos grandes projetos, na sua relação com o Estado, não são democráticos; são diferenciados e desigualmente distribuídos. Os conflitos ambientais e os riscos decorrentes para os povos indígenas, tradicionais e camponesas são naturalizados, subestimados ou negligenciados. Por conflitos ambientais queremos chamar atenção para os conflitos em torno do acesso, do uso, da apropriação e da significação do mundo material.

Neste contexto, existe uma crescente percepção de que os impactos desses conflitos são sentidos e vivenciados de formas distintas por homens e mulheres e entre as mulheres. Os conflitos são marcados por relações sociais desiguais que preestabelecem responsabilidades específicas em função do gênero, da classe e da raça. Além disso, as experiências das mulheres influenciam as suas percepções e valores em torno de distintas questões e dos próprios conflitos e formas de resistência.

No entanto, apesar de contarmos com uma ampla produção de pesquisas sobre a indústria extrativa, grandes projetos e conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004; ALMEIDA et al, 2010), e trabalhos sobre ecologia política feminista, ecofeminismo e feminismo territorial e comunitário (BARRAGÁN et al, 2016; CABNAL, 2010; PAREDES, 2010; SEGATO, 2012), crescentes denúncias em torno do aumento da violência e as desigualdades ambientais afetando as mulheres e o seu protagonismo em diversas lutas (CPT 2014), ainda é preciso avançar na análise desta relação, mais especificamente no nosso caso, refletindo sobre o BRICS e investimentos chineses.

Assim sendo, fundamentado em uma perspectiva crítica sobre a atual realidade vivida pelas mulheres impactadas pela indústria extrativa e grandes projetos de infraestrutura e na necessidade de fortalecimento de epistemologias feministas e descoloniais, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os investimentos chineses a partir de uma perspectiva de gênero. Vale ressaltar que em decorrência da ausência, no momento, de pesquisas especificamente voltadas para os projetos chineses e as mulheres, trataremos da lógica de grandes projetos em geral. Essa reflexão é fundamentada nas experiências e vivências “das mulheres”, em especial as negras, pescadoras, agricultoras e indígenas diretamente afetadas, e a partir dos trabalhos já realizados sobre mulheres e BRICS.

Nessa parte do trabalho, faremos uma breve apresentação dos trabalhos realizados por organizações sociais sobre BRICS e mulheres; uma reflexão sobre megaprojetos e as implicações para as mulheres; e alguns apontamentos sobre as resistências, em especial os feminismos popular, comunitário e territoriais. Como metodologia foram utilizadas fontes secundárias em torno da problemática de grandes projetos, conflitos ambientais e mulheres e BRICS, em especial do próprio PACS¹²⁰ e de outras organizações sociais, redes e articulações que monitoram os BRICS como o Instituto Equit, membro da Articulação Brasileira de Mulheres (AMB) e da Rede Brasileira de Integração dos Povos (Rebrip)¹²¹, mas também de pesquisadores/as. Também realizamos conversas com feministas das seguintes organizações: PACS, Instituto Equit, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), AMB, e Esplar. As análises também partem da nossa experiência com o acompanhamento de grandes projetos em diferentes regiões do Brasil, quando foi possível ter contato com diversas mulheres – indígenas, pescadoras e marisqueiras, quilombolas e camponesas – em luta pela defesa dos seus territórios-corpos-terras.

Esperamos com essa pesquisa avançar não só na necessária reflexão sobre os impactos diferenciados dos grandes projetos sobre a vida das mulheres de forma a pensar nos investimentos chineses, mas na produção e disseminação de conhecimento que não seja só sobre ou por mulheres, mas que possa contribuir para as suas (nossas) lutas.

2. REFLEXÕES E AÇÕES EM TORNO DE BRICS E GÊNERO: DISPUTANDO O SABER

São diversas as ações que movimentos e organizações de mulheres vêm implementando em torno dos BRICS. Algumas são mais permanentes em torno das desigualdades de gênero nos países-membros, a necessidade de políticas de igualdade de gênero, os impactos das políticas do bloco sobre as mulheres, a participação das mulheres e a construção de uma agenda feminista para o bloco ou para o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Outras também trazem essas reflexões, mas tem ocorrido em momentos políticos importantes como as cúpulas que se constituem como espaços de visibilização das denúncias e da construção de estratégias.

120. Ver: <https://www.militiva.org.br/>

121. Ver: <http://www.equit.org.br/novo/?p=2350> e <http://www.bricsfeministwatch.org/>

Antes de seguir, vale ressaltar que os conceitos de gênero e mulher/mulheres são acompanhados de profundas complexidades e tensões, contém posturas extremamente variadas e que frequentemente não dão conta dos trânsitos entre masculinidade e feminilidade ou de questões como raça, classe, geração e sexualidade. Não teremos como analisar este processo no contexto deste trabalho, mas afirmar que reconhecendo essa complexidade buscamos, portanto, utilizar os dois conceitos de forma articulada, em especial destacando a diversidade das mulheres, das suas experiências e vivências e os contextos específicos onde relações de poder são operacionalizadas a partir do sistema de diferenciação sexo/gênero.

Neste sentido, o que os trabalhos das organizações e movimentos em torno dos BRICS têm em comum é a constatação de que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos homens em decorrência de um processo que é construído socialmente e que, portanto, não só pode como deve ser modificado. Municiam a categoria heterogênea “mulher” de caráter político, como conceito historicamente construído de forma a negar epistemologicamente qualquer essência à mulher, e possibilitar a prática política a partir de semelhanças e do reconhecimento das diferenças entre as mulheres. Neste sentido, torna-se importante ressaltar também a interação das relações de poder de gênero, raça, classe e sexualidade na produção e reprodução das desigualdades (DAVIS, 2016, HIRATA, 2014).

Além disso, as articulações de mulheres em torno do BRICS, como é o caso do I Fórum de Mulheres dos Países BRICS realizado durante a cúpula do bloco em Fortaleza, Ceará em 2014 ou do Observatório Feminista dos BRICS (*BRICS Feminist Watch*) são processos de enfrentamentos à produção do conhecimento dominante, branco, masculino e ocidental, que reproduz relações de poder/conhecimento e situa as mulheres, em especial, mulheres negras e indígenas, novamente em relações desiguais. São importantes espaços de fortalecimento da reflexão coletiva e do papel de mulheres na construção e legitimação de outros modos de pensar e de vida. Como afirma Magnólia Said do Esplar, uma das organizações do Ceará que participou da organização do Fórum de Mulheres, em decorrência da ausência de mulheres nas cúpulas, os limites impostos às mulheres dos países-membros no que diz respeito

“O Observatório Feminista dos BRICS denuncia o modelo de desenvolvimento extrativista, não só de “recursos naturais”, mas também do trabalho e do corpo das mulheres”

às possibilidades de denúncia e de influenciar a agenda do bloco, e dos próprios projetos implementados e financiados, “o primeiro impacto dessa intervenção chinesa em relação às mulheres está diretamente relacionada com o exercício do pensar, de contribuir, de refletir e de nos valorizar” (entrevista em 29 de nov. 2018).

O Fórum de Mulheres foi organizado com o objetivo de “construir pontes e articulações, assim como trocar informações e experiências entre organizações de mulheres feministas desses países e de outros do chamado Sul Global”, buscando fortalecer a cooperação Sul-Sul, mas também incidir sobre a agenda do bloco (EQUIT, 2014, p.1). Contou com a participação de mais de 130 mulheres brasileiras e aproximadamente 25 dos outros países dos BRICS “de modo a disputar o sentido e o destino do bloco, que precisa necessariamente incluir as mulheres para construir a justiça social e um desenvolvimento com sustentabilidade!” (EQUIT, 2018, p.16).

O Observatório Feminista dos BRICS foi formado em 2016, como uma “aliança feminista dos países do BRICS que traz a força coletiva da análise e ativismo feminista” (2018, p.1). Denuncia o modelo de desenvolvimento extrativista, não só de “recursos naturais”, mas também do trabalho e do corpo das mulheres, e promove os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres. É um coletivo que busca produzir informações, pesquisas e ações concretas de enfrentamento das desigualdades de gênero nos BRICS (EQUIT, 2018).

Portanto, tais articulações giram em torno da necessidade de superar as formas de expressão das desigualdades de gênero no mundo todo, e portanto nos BRICS onde elas se expressam de maneira profunda: a violência doméstica e sexual; violações dos direitos sexuais e reprodutivos; desigualdade no acesso ao trabalho e na remuneração; o não

reconhecimento do trabalho das mulheres em diferentes esferas; e, a desigualdade na participação política, entre outras (EQUIT, 2018). Os países dos BRICS estão entre os mais altos índices de empobrecimento e desigualdade de renda e de gênero do mundo e têm sido frequentemente denunciados nas Nações Unidas por violações de direitos humanos. Para Said, são países onde “a cultura é profundamente machista, onde a maioria da população ainda acredita que o lugar das mulheres é em casa e do homem na rua” (entrevista em 29 de nov. 2018). Além disso, os compromissos em torno da superação das desigualdades e da pobreza, têm se limitado ao discurso.

Uma outra linha de ação que vêm sendo construída pelas organizações de mulheres, em especial o Observatório Feminista dos BRICS, está relacionada com a criação, estrutura e financiamentos do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Lançando mão da narrativa do “crescimento de baixo carbono” e do que seria uma “revolução energética e industrial”¹²² para combater a pobreza e a mudança climática, o Banco foi criado para apoiar projetos de “infraestrutura e desenvolvimento sustentável”, inicialmente nos países do bloco, mas posteriormente em outros “países em desenvolvimento”. A agenda das mulheres em torno deste Banco se dá primeiro para que a instituição reconheça a importância de enfrentar e superar as desigualdades de gênero nos países BRICS. De acordo com Rodrigues (EQUIT, 2018), a infraestrutura precisa ser pensada a partir das necessidades sociais e, portanto, dos serviços públicos. A incorporação da economia feminista na agenda de projetos de infraestrutura evitará a reprodução da lógica dos megaprojetos e os conflitos ambientais e expropriação de territórios decorrentes, como veremos na seção seguinte. A agenda feminista para o Banco também passa pela necessidade de incluir a perspectiva de gênero tanto na conformação da sua equipe, nas condicionalidades aos investimentos e no monitoramento dos projetos aprovados. No entanto, esta pauta vem sendo ignorada tanto pelo Banco como os bancos nacionais responsáveis pela gestão dos investimentos, a exemplo do BNDES.

Assim, além da necessidade de avançar na compreensão desta instituição e seus objetivos e de trabalhar questões como transparência e acesso à informação, critérios de financiamento, fontes dos recursos

e salvaguardas ambientais, uma das perguntas colocadas pelas organizações de mulheres do campo dos BRICS é em torno dos impactos de financiamentos, considerando a ausência da análise de gênero. A partir de experiências de outros investimentos em infraestrutura pelo Brasil, podemos apresentar algumas considerações.

3. INVESTIMENTOS, GRANDES PROJETOS E MULHERES: A PERDA DO TERRITÓRIO-CORPO-TERRA

Talvez uma das principais estratégias das lutas feministas que podemos relacionar com os investimentos chineses em questão, é em torno dos impactos do desenvolvimento extrativista – que extrai “recursos naturais”, corpos, trabalho e a capacidade de ação política – sobre as vidas das mulheres. Trata-se de uma lógica de desenvolvimento que se alimenta de e aprofunda: o acesso e uso desigual e apropriação corporativa dos territórios; os deslocamentos forçados de populações; a violação de direitos humanos e ambientais, a injustiça e o racismo ambiental; a violência; a criminalização dos movimentos sociais e comunidades; e, estratégias ilegítimas e ilegais de controle territorial. São impactos que recaem sobre as mulheres de forma desigual. É o que veremos a seguir.

3.1 AS INJUSTIÇAS E RACISMOS AMBIENTAIS: TERRITÓRIOS EXPROPRIADOS

Nos diversos territórios onde a indústria extrativa e os projetos de infraestrutura relacionados são instalados, os impactos sobre a vida das mulheres são diversos. O enfrentamento das perdas pode ser direto e imediato, através da expulsão dos seus territórios, mas pode também ser gradual e indireta, tendo que conviver com a contaminação do ar, do solo e das terras; da perda do trabalho e por outras violências. A maioria das afetadas deste processo, de forma desigual e portanto vítimas de injustiças e racismo ambiental, são as populações negras, indígenas e quilombolas cujos territórios são apropriados para a implementação de grandes projetos e indústrias.

122. Noção apresentada em artigo de Joseph Stiglitz e Nicholas Stern (2011) “Um Banco de Desenvolvimento Internacional para Incentivar Investimentos Sul-Sul: promovendo uma nova revolução industrial, gerenciando riscos e reequilibrando a poupança global”, utilizado como base no contexto da construção do Banco dos BRICS. Para mais informações ver: <http://www.pacs.org.br/2016/09/12/publicacao-do-instituto-pacs-expoe-as-contradicoes-da-ambientalizacao-do-bndes/>

As mulheres são, portanto, sobrecarregadas. Em decorrência da divisão sexual e racial do trabalho, as mulheres, em especial as mulheres em situação de pobreza, negras e indígenas, assumem as cargas das atividades domésticas e do cuidado da família e muitas vezes da comunidade. Assim, são elas que assumem uma maior carga quando a família é impactada pela contaminação por produtos químicos, a falta de água e saneamento, a poluição industrial e a disseminação de doenças. Nestas situações, as mulheres são responsabilizadas por suprirem e/ou culpabilizadas por não suprirem as necessidades da família, especialmente de crianças, adolescentes, idosos e enfermos. Como afirma uma representante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) da região da Bacia do Rio Doce, falando dos impactos do rompimento da barragem da Samarco, “é a mulher que se preocupa com as questões referentes a má qualidade de água, que busca água em outros lugares como bicas, poços, minas”. É também a mulher “que convive com a falta de água para cozinhar, pois é tarefa dela garantir isso também, que leva os filhos nos postos de saúde e não veem solução para os problemas de coceiras, manchas, feridas, e dores no estômago de toda a família” (entrevista em 21 de junho de 2018).

Este é o caso de diversas siderúrgicas instaladas pelo Brasil¹²³, onde as mulheres são as maiores responsáveis por cuidar das crianças e dos idosos que adoecem por respirar a poeira tóxica e pela sobrecarga do trabalho doméstico, igualmente resultante da poeira liberado pelo processo siderúrgico. Sendo historicamente encarregadas pela alimentação, enfrentam dificuldades também para garantir a segurança e soberania alimentar das suas famílias neste contexto de contaminação do solo e das águas, de perda da atividade da pesca e dos quintais. Elas realizam outros trabalhos invisibilizados, como a coleta de lenha, água e forragem para os animais, o cuidado dos animais e da roça, dos quintais, e a extração de mariscos, que também são afetados. Muitas vezes elas são as únicas responsáveis pelo bem-estar da família. Assim, há um impacto direto na produção realizada pelas mulheres e, portanto, na sua autonomia financeira.

No distrito de Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante no Ceará, por exemplo, onde se instalou o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a presença de comunidades não foi nem visibilizada

no mapeamento local inicial, estratégia utilizada para garantir a instalação da siderurgia, termoelétrica, empresas de petróleo e porto, entre outras. Como afirmou uma indígena da região, onde mais de 300 famílias foram expulsas para abrir espaço para a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), “pra essas pessoas, antes das fábricas chegarem aqui, era tudo mato, mas é mentira!” (PACS, 2017, p.1). As populações tradicionais e indígenas têm sido realocadas na mesma área da siderúrgica, sendo obrigadas a conviver com a poluição da terra, do ar, das águas, a degradação dos solos e perda de flora e fauna resultando em graves problemas de saúde como respiratórios e de pele (MEIRELES; MELO; SAID, 2018).

O Complexo Industrial conta com a participação da multinacional Guangdong Zhenrong Energy, uma das maiores empresas de petróleo da China na área de refinamento, petroquímicos, armazenamento e distribuição de produtos refinados, que está realizando estudos para assumir a implantação da planta de refino na área do Complexo Portuário. Outra empresa chinesa, a Qingdao Xinyutian Chemical, será responsável por construir um polo petroquímico, destinado a produção de derivados do petróleo, além de um terminal petroleiro para receber os navios de abastecimento da planta de refino. O projeto conta com financiamento do Banco de Desenvolvimento Chinês (MEIRELES; MELO; SAID, 2018). Tais projetos serão instalados em um local onde a população já está sendo impactada pela perda de território e das atividades de subsistência.

Os investimentos chineses representam uma disputa por terra e território, onde na maioria dos casos vivem e se reproduzem comunidades tradicionais e indígenas. A produção para a exportação, como é o caso do Complexo do Pecém, afirma Saíd, “exige uma celeridade e seletividade e aquele plantio dos quintais, da produção para agricultura familiar, da produção agroecológica, sob responsabilidade das mulheres, que exige outro tipo de relação com a terra, vai ficando cada vez menor”. E essa produção das mulheres, afetada pela intervenção chinesa, é realizada “sem a mulher ter que se afastar de casa”. Ela produz doce, mel, hortaliças, bolos, pães, queijos, produz roupas, centro de mesa, tapetes... sem se afastar de casa. No entanto, com o aumento da demanda em torno das atividades de cuidado, das atividades de manutenção da vida, contaminada e precarizada, “as mulheres ficam sem tempo para movimentar este

123. Para outros exemplos, como a Ternium, ThyssenKrupp Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) no Rio de Janeiro, ver: <http://violacoesnasiderurgia.pacs.org.br/#topicos>

mercado sobre o qual elas têm domínio”. É um processo que significa uma perda da autonomia financeira da mulher, do seu tempo e de seu poder de decisão. Nos quintais, “o poder decisão sobre o que vai ser produzido é da mulher” (entrevista em 29 de nov. 2018).

Vale ainda ressaltar que além dos impactos diferenciados e as violências vividas em decorrências destes impactos, as mulheres enfrentam mais obstáculos na reconstrução dos seus modos de vida; ainda precisam lutar pelo direito de serem atingidas. Em diversos casos, em processo de indenização e reparação, que já é difícil para os homens, as mulheres não são reconhecidas como atingidas em decorrência da falta de título da terra e das ações de grileiros, como também da informalidade e invisibilização de seus trabalhos. No caso da Bacia do Rio Doce, por exemplo, as mulheres denunciam que “a maioria das pessoas cadastradas para receber indenização é homem, que as mulheres não são ouvidas, quando reconhecida é em um valor menor nas indenizações” (MAB, 2017, p.1); “além da clara injustiça, sabemos o quanto isso é simbólico e perpetua a relação imposta de dependência da mulher sob o homem, reforça essa relação, em que o homem decide, o homem que manda, o homem que é o provedor” (representante do MAB, entrevista em 21 de junho, 2018).

Desta forma, podemos observar que os projetos de desenvolvimento que gera a expropriação dos territórios coletivos, ameaça a relação de bem-estar que as mulheres nas comunidades têm com a natureza e a promoção da vida. Ameaça a existência dos espaços que dignificam a existência dessas mulheres (CABNAL, 2010).

3.2 AUMENTOS DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: CORPOS EXPROPRIADOS

A violência inerente aos conflitos ambientais decorrentes da lógica de desenvolvimento pode também ser associada à violência contra a mulher, em especial contra aquelas que dependem do ambiente para garantir seu sustento, o das suas famílias e de sociedades. Apesar de homens também morrerem e sofrerem violência em decorrência dos conflitos ambientais, no caso do Brasil, o relatório sobre a violência no campo produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) já destacava

“As mulheres são as maiores responsáveis por cuidar das crianças e dos idosos que adoecem por respirar a poeira tóxica e pela sobrecarga do trabalho doméstico”

em 2014 uma tendência de aumento da violência contra as mulheres (e indígenas). Com o maior número de assassinatos de lideranças em luta pela terra e por seus territórios, pelo segundo ano consecutivo levantamento realizado pela organização Britânica Global Witness aponta o Brasil como o lugar mais perigoso para defensores e defensoras da terra e do meio ambiente (GLOBAL WITNESS, 2018). Desde 2016 temos visto os números mais elevados desde o registro dos assassinatos em decorrência de conflitos do campo relacionados ao agronegócio. Em 2017 foram 71 assassinatos, o maior número registrado desde 2003 (CPT, 2018). Também cabe destacar que as mulheres são as principais vítimas das violências praticadas contra as comunidades indígenas no mundo, sendo considerada como uma estratégia de desmoralização da comunidade ou de “limpeza étnica” (ROSA, 2016). É neste contexto que os investimentos chineses estão inseridos!

Em decorrência dos conflitos, ocorre também um aumento da violência doméstica; a instalação de grandes projetos, a expansão da lógica mercantil para os espaços comunitários não-mercantis, aprofundam e tornam mais perversas e autoritárias as hierarquias anteriormente existentes (SEGATO, 2012). Saíd, que acompanha as mulheres da etnia Anacé, que vive no entorno do Pecém, afirma que “nessa invasão chinesa, tem também uma invasão no corpo das mulheres que já sofrem violência e que esse processo facilita”. Saíd ressalta o aumento da violência doméstica em decorrência da precarização do trabalho sofrido pelos homens: “mais trabalhadores submetidos a essas condições precárias de trabalho, são mais homens violentos em casa” afirma Saíd (em entrevista, 29 de nov. 2018). A defensoria Pública no Espírito Santo, também vem denunciando que a perda da utilidade que os homens tinham no trabalho, perdido por causa do rompimento da barragem da Samarco, aumenta a violência doméstica, “em quem recai essa fúria? Na mulher que resiste às violências para manter o que restou do lar” (2018, p.1).

A exploração sexual é também um dos aspectos evidentes em relação às empresas extrativistas e aos projetos de infraestrutura. O início das obras, em geral, suscita processos de exploração sexual de adolescentes e crianças em situação de vulnerabilidade, muitas vezes incentivado pelas próprias empresas. Isso se dá em decorrência do grande fluxo de trabalhadores terceirizados, muitos de outros estados, que chega para atuar nas obras de instalação e ampliação dos empreendimentos. A exploração sexual emerge e/ou se agrava como “possibilidade” subordinada e marginalizada de inclusão das mulheres e meninas no entorno das cadeias produtivas. É assim que nascem os filhos e as filhas do petróleo, das barragens, do vento (eólicas). Miriam Nobre da organização feminista SOF e da MMM também reforça este argumento:

A gente ver nessas obras de estradas de empresas chinesas, por exemplo, a mão de obra é toda de chineses, vindo direto da China, descolados de qualquer relação de afeto. Isso sendo tratado ou com provimento de tudo, até estruturar casas de prostituição, colocando as mulheres no lugar de controle dessa força de trabalho, das suas emoções, de subordinação a eles. Ou se relacionando com meninas das comunidades sem nenhum compromisso com a paternidade. A gente ver as meninas se engravidando e muitas comunidades falando que as crianças são órfãos da obra tal e tal (entrevista em 26 de nov. 2018).

Além disso, Nobre continua, a violência contra a mulher “é também uma forma de humilhar a mulher e com ela toda a comunidade”. A mineração, por exemplo, “atua de forma violenta para desmontar as comunidades que estão ali para subordinar aquele território à mineração e nesses processos violentos o corpo das mulheres sendo utilizados também como território dominado”.

“A violência contra as mulheres relacionada aos grandes projetos se dá como consequência da ideologia de dominação masculina e racista que incide sobre o corpo da mulher”

Ao mesmo tempo, a exploração sexual é marcada pela impunidade, negligenciada por limitações na estrutura de defesa e proteção das vítimas, pela profunda relação com a política, as forças policiais e empresários locais, como também pela histórica naturalização da problemática. Como avaliou Nara de Moura, articuladora institucional da Associação da Barraca da Amizade, em torno do CIPP no Ceará, “o fenômeno existe, mas os casos nem chegam a ser denunciados, porque se entende que são coisas das famílias, do desenvolvimento chegando”. Além disso, “os equipamentos de atendimento são insuficientes ou nem existem [...]” (NOGUEIRA, 2015)

A violência contra as mulheres relacionada aos grandes projetos se dá como consequência da ideologia de dominação masculina e racista que incide sobre o corpo da mulher. É resultado da objetificação da mulher cujo objetivo é dominar, explorar e oprimir e avança a medida que a lógica de desenvolvimento se expande e vai incorporando novas fronteiras (SEGATO, 2012). Mulheres, meninas, negras e indígenas são discriminadas, estigmatizadas, desamparadas, desumanizadas e vítimas de morte física e simbólica. Se não perdem a vida, perdem o direito de ir e vir, de se sentir segura, de ter confiança, de construir relações e de lutar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESISTÊNCIAS, FEMINISMOS TERRITORIAIS E A POLÍTICA QUE NÃO SE DEIXA SER EXPROPRIADA

“desiguais, porém distintas”...

Apesar deste contexto de reais violações, tentativas de expropriação de territórios, identidades e de modos de vida, e do que parece ser impossível de enfrentar, as mulheres resistem. Reinventam-se e reinventam os seus meios. Queremos chamar atenção aqui em especial para os feminismos contra-hegemônicos, popular, comunitário e territorial que criticam as lógicas patriarcais, racistas e capitalistas e que questionam, por um lado, a representação clássica homogênea da “mulher” como sendo branca, ocidental, de classe média e heterossexual, e por outro, promovem as coletividades e a superação dos individualismos.

São diferentes mulheres, com diferentes identidades, sejam elas étnicas, de ocupação, de identidade política ou de luta: “sou mulher, sou atingida” afirma a pescadora da Bacia do Rio Doce; “sou indígena e sou feminista comunitária” diz Lorena Cabnal; “sou mulher, sou negra, quebradeira de coco, eu sou várias” dizia Dona Dijé; “sou pescadora, sou quilombola, sou negra, quebradeira de coco”, afirma Duciene. São mulheres que defendem seus territórios não só porque precisam dos “recursos naturais” para viver, mas porque existe uma profunda conexão entre o território e o corpo, entre a violência decorrente da expropriação dos territórios e a destruição dos modos de vida tradicional e a violência contra os corpos das mulheres. Um território-corpo que “gera vida, alegria, vitalidade, prazeres e construção de saberes libertadores”, e um território-terra do qual a mulher precisa para garantir a subsistência e reprodução material e cultural de suas comunidades e dignificar a sua própria existência e promover a vida (CABNAL, 2010, p.23).

O reconhecimento de que exploração sexual e as agressões de outras naturezas contra as mulheres de comunidades indígenas e tradicionais se acentuam na medida em que elas afirmam a sua liderança em defesa dos seus povos e territórios, torna ainda mais importante a construção e o fortalecimento de alianças de mulheres atingidas por grandes projetos. Assim, as mulheres promovem e demandam diversas pautas, as quais se fundamentam em feminismos antiracista e descolonial; na justiça ambiental; nos saberes e práticas tradicionais; na economia feminista; na agroecologia; e na luta em defesa dos territórios. Trata-se de reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelas mulheres, bem como sua participação na geração e apropriação da riqueza social. Superar a divisão sexual e racial do trabalho e do patriarcado; elementos culturais e ideológicos que estruturam relações econômicas dominantes nas esferas pública e privada. A defesa das atividades de subsistência, da soberania alimentar e dos modos de vida das comunidades indígenas, tradicionais e camponesas. Saberes, práticas e movimentos sociais que transformam o sistema dominante de produção, distribuição e consumo; promove princípios ecológicos, conhecimentos tradicionais,

sementes nativas e tradicionais e economias solidárias; transforma as relações de poder, a distribuição social da riqueza e a apropriação desigual do mundo material.

Para finalizar, acima de tudo é preciso transformar as mentalidades. “Desiguais, porém distintos” e não “diferentes, porém iguais”, uma diferenciação que o mundo indígena nos apresenta para pensar a luta feminista não como uma substituição das hierarquias que ordenam as relações entre homens e mulheres por relações igualitárias, mas como o reconhecimento das multiplicidades, das distinções. Em fundamentar as lutas por igualdade de gênero na noção de “diferentes, porém iguais”, afirma Segato (2012), estamos buscando superar os males criados pela modernidade com soluções da modernidade, “entregando com uma mão o que já foi retirada com outra”. No entanto, como dizem mulheres indígenas como Julieta Paredes (2013), “desiguais, porém distintas”, não só elimina o imperativo da equiparação como afirma que o outro, distinto, não é um problema a ser resolvido. As mulheres não são um problema a ser resolvido ou um mini setor entre tantos outros setores ou um tema entre tantos outros a ser tratado dentro das comunidades e dos povos, uma minoria; elas também são essas comunidades e povos; “as mulheres somos a metade de tudo” (p.49).

Uma perspectiva que talvez seja difícil compreendermos quando somos formadas no mundo branco, masculino e ocidental, com a epistemologia, estruturas de pensamento, premissas, paradigmas e categorias do mundo branco, masculino e ocidental. Mas um exercício necessário para romper com os reducionismos, de olhar para os diferentes lugares, vivências e experiências das mulheres nas suas lutas não só contra a lógica de desenvolvimento dominante, os grandes projetos, a mineração, o petróleo, a siderurgia, hidrelétricas e tantos outros projetos que invadem os seus territórios, seus corpos e suas vidas, mas que combatem as estruturas machistas e racistas dentro e fora das suas comunidades. Necessário para de fato construirmos reflexões e práticas libertárias e transformadoras.

Feministas sempre!

CONCLUSÃO

Neste trabalho, mostramos um panorama geral dos investimentos da China em outros três países dos BRICS, Brasil, África do Sul e Índia. Em nossa leitura, os BRICS configuram um marco do início do século XXI e geraram a expectativa de construção de uma ordem mundial diferenciada à ordem baseada nos EUA como potência hegemônica. Consideremos que a capacidade real de os BRICS moldarem uma nova ordem mundial com bases mais justas foi limitada. Mostramos que, apesar de terem construído, na última década, diferentes espaços de cooperação e instituições comuns, a relação entre os BRICS é assimétrica, tendo em vista particularmente o peso econômico da China. Esta ascende enquanto uma potência econômica global em termos de comércio, investimentos, capacidade produtiva e tecnologia, se expandindo para outros países e regiões do mundo, dentre elas as regiões historicamente superexploradas no Sul Global: a África, América Latina e a Ásia.

Nesta pesquisa, buscamos evidenciar alguns padrões gerais da inserção dos investimentos chineses no Brasil, África do Sul e Índia, mostrando as principais empresas e bancos investidores, volumes de investimentos e setores prioritários, empresas e instituições locais parceiras, o arcabouço político e jurídico que facilita o investimento chinês em cada um desses países, bem como possíveis impactos sociais, ambientais e trabalhistas que possam estar envolvidos nesses projetos. Longe de poder esgotar o tema, tendo em vista a dinâmica dos investimentos chineses e a complexidade de cada dos países, o trabalho procurou dar pistas e levantar informações que possam indicar aspectos e tendências relevantes.

A entrada de investimentos chineses no Brasil se acelerou a partir de 2010, concentrando-se especialmente no setor de energia, mas com expansão mais recente para outros segmentos, como da agricultura. Mostramos um conjunto de atores e mecanismos políticos e financeiros que apoiam essa expansão. O Brasil mantém um superávit comercial com a China, porém, essas relações comerciais reproduzem a clássica 'divisão internacional do trabalho' entre a exportação de *commodities* dos setores primários (essencialmente grãos e minério) e importação de manufaturados e semi-manufaturados. As recentes mudanças políticas no Brasil, com o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, geraram um quadro de incertezas com relação

“ Tanto no Brasil como da África do Sul, os investimentos externos diretos em setores relacionados aos recursos naturais, energéticos e na infraestrutura têm impactos sobre as populações locais”

à posição do Brasil nos BRICS e sua relação com a China. Percebe-se, porém, que os setores do agronegócio e da mineração, que apoiaram esses processos políticos recentes, não podem prescindir do comércio e das relações com a China e, por isso, contam com certo pragmatismo. Contraditoriamente ao discurso e à posição ideológica de aproximação com o governo de Donald Trump nos EUA, a agenda do governo eleito em 2018, que envolve a abertura dos setores estratégicos brasileiros para a entrada de empresas multinacionais, como no caso do petróleo (continuando a política iniciada por Michel Temer), bem como os processos de privatizações de empresas e ativos públicos, poderá acelerar ainda mais os investimentos chineses no Brasil.

Por sua vez, a entrada de investimentos chineses na África tem início no período anterior, a partir do início dos anos 2000, motivada também pela busca por recursos naturais e energéticos, conduzida majoritariamente, naquele momento, por grandes empresas estatais chinesas e apoiada por linhas de crédito específicas do Banco de Desenvolvimento da China. Nesse processo, a África do Sul foi fundamental, tendo em vista sua estrutura econômica e política enquanto uma potência regional. Não é por acaso que a maior aquisição chinesa na África foi a do Standard Bank sul-africano, conforme mostramos. Hoje, o quadro geral dos investimentos chineses no continente africano é mais diversificado: além dos setores da mineração e infraestrutura, investidores chineses já avançaram para as finanças, varejo, telefonia e manufatura, como demonstramos no caso das Zonas Econômicas Especiais. Tudo isso vem sendo amplamente apoiado e legitimado nos encontros do Fórum China-África, o FOCAC, como principal espaço de articulação entre os investimentos, os créditos

e financiamento e a ajuda chinesas para a África. Nesse sentido, a África do Sul continua sendo a ‘porta de entrada’ para investidores chineses no continente, reforçando seu papel intermediário entre as grandes potências e as economias mais frágeis africanas.

Tanto no caso do Brasil, quanto no caso da África do Sul, os investimentos externos diretos em setores relacionados aos recursos naturais, energéticos e na infraestrutura têm impactos sobre as populações locais que vivem de seu trabalho nos territórios. São gerados questionamentos quanto ao próprio modelo de desenvolvimento que coloca o trabalho e a natureza como mercadorias para acumulação de capital concentrada nas mãos de alguns poucos grupos econômicos voltados para o mercado externo. O modelo chinês de troca de empréstimos financeiros por exportação de *commodities* (apontado na literatura como *loans-for-oil*) tende a reforçar esse mesmo modelo, gerando novas formas de endividamento entre países ‘do Sul’. Esse endividamento traz consigo uma forma indireta de condicionalidade, que é a estrutura das matrizes produtivas das economias africanas e latino-americanas condicionadas à produção e exportação desses bens minerais e energéticos, dificultando as possibilidades de diversificação das matrizes produtivas para as futuras gerações. Com a queda do preço das *commodities*, essas economias periféricas, historicamente dependentes, que passaram por programas de ajuste estrutural conduzido pelas instituições financeiras internacionais, voltam a entrar em crise e a tomar empréstimos das mesmas instituições financeiras, tendo em vista a desaceleração da economia chinesa¹²⁴. Esta pesquisa levantou esse aspecto sem poder aprofundá-lo, ficando como um importante tema para pesquisas futuras.

O caso dos investimentos chineses na Índia revelou-se distinto dos casos do Brasil e África do Sul. As relações entre as duas potências asiáticas estão permeadas por tensões geopolíticas, de um lado, e um crescente interesse econômico, de outro. O megaprojeto *One Belt, One Road*, que envolve parceiros econômicos da Índia, bem como seus rivais históricos, como o Paquistão, gerou tenciosamentos regionais evidentes entre os dois países. A Índia liberalizou sua economia nos últimos anos e abriu ainda mais seu mercado para a entrada de capital estrangeiro. Apontamos dois programas nacionais relevantes nesse aspecto, o *Make in India* e o *Invest India*, porém a entrada de empresas chinesas ainda é mais lenta. Elas se concentram no

124. Esse é o caso, por exemplo, de Angola e Zâmbia, na África. Cf. ‘Endividados com a China, países recorrem ao FMI’, em Valor Econômico, 23/11/2018, <https://www.valor.com.br/internacional/5995643/endividados-com-china-paises-recorrem-ao-fmi>

setor de infraestrutura, e alguns investimentos em *startups* tecnológicas e na indústria farmacêutica. Apesar disso, dois espaços recentes de aproximação entre China e Índia foram os dois novos bancos multilaterais criados com o peso econômico da China. Assim, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura têm sido mecanismos de entrada de capitais chineses em projetos na Índia.

Por fim, trouxemos, em nosso apêndice, uma análise que resulta da *expertise* e acúmulo do Instituto PACS em seu trabalho junto a mulheres atingidas por megaprojetos e sua inserção nas economias locais. A partir do trabalho já realizado em torno da problemática dos BRICS, grandes projetos e o papel das mulheres, tratamos da importância das articulações de organizações e movimentos feministas em torno dos BRICS e na luta contra grandes projetos na disputa do saber produzido e disseminado sobre a problemática do desenvolvimento e investimentos. Iniciativas como o Observatório Feminista dos BRICS, ações em torno das Cúpulas e uma agenda feminista para o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS foram apresentadas.

Através da experiência territorial e de entrevistas com feministas, trouxemos o exemplo do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que conta com a participação de empresas e instituições financeiras chinesas, para demonstrar como a existência de conflitos ambientais – ou seja, conflitos relacionados ao acesso, ao uso e à apropriação material e simbólica do ambiente – em decorrência da instalação de grandes projetos, gera um processo de expropriação de territórios e de alteração negativa de modos de vida de populações negras, tradicionais e indígenas, com

“ A participação das mulheres nas diversas lutas sociais não só representa uma disputa em torno das reflexões e ações, como permite que elas redefinam sua posição social dentro da própria comunidade ”

implicações diferenciadas para as mulheres. A sobrecarga de trabalhos domésticos e com os cuidados das famílias em decorrência do agravamento da saúde por causa dos projetos de desenvolvimento, a violação e a exploração dos corpos de mulheres e meninas e a negação das mulheres como sujeitos políticos demonstram como as desigualdades de gênero são reforçadas por estes tipos de investimentos.

Podemos concluir afirmando que a participação das mulheres nas diversas lutas sociais não só representa uma disputa em torno das reflexões e ações, como permite que elas redefinam sua posição social dentro da própria comunidade, suas identidades, como também desafiam as estruturas de dominação na sociedade como um todo. Como bem coloca Marina Praça, do Instituto PACS, “estas mulheres subvertem a realidade para dar conta de todas as negações e violências vividas. São a maior potência que temos para re-existir e acreditar que é possível transformar a realidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INVESTIMENTOS DA CHINA NO BRASIL, ÁFRICA DO SUL E ÍNDIA

ABDENUR, A. Erthal; MUGGAH, Robert. *A Nova Rota da Seda e o Brasil*. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 12 jun. 2017. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/a-nova-rota-da-seda-e-o-brasil/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

ACSELRAD, Henri (org). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AGUIAR, Diana. *A Geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: Um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira*. Action aid e FASE. Rio de Janeiro, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

AMORIM, Fernando. *Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva e o Financiamento de Longo Prazo no Brasil*. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Mai, 2018.

AMERICAN HERITAGE FOUNDATION. *China Global Investment Tracker*. Washington, DC, 2018. Disponível em: <<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em Novembro, 2018.

ANANTA CENTRE. *India-China Economic Ties: The Way Forward*. Janpath, Nova Delí. 23 mar. 2016. Disponível em: http://www.anantacentre.in/pdf/India_china_economic_ties_web.pdf

APEX BRASIL. *A Internacionalização da Economia Chinesa – A Dimensão do Investimento Direto*. Análise Apex Brasil Conjuntura & Estratégia. Jan. 2012.

ASIA INFRASTRUCTURE AND INVESTMENT BANK. Andhra Pradesh 24x7 – Power For All. Pequim, 26 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/india-andhra-pradesh.html>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

_____. Bangalore Metro Rail Project – Line R6. Pequim, 8 dec. 2017. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/bangalore-metro-rail-project.html>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

_____. Gujarat Rural Roads (MMGSY) Project. Pequim, 4 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/gujarat-rural-roads-project.html>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

_____. Madhya Pradesh Rural Connectivity Project. Pequim, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/india-madhya.html>>. Acesso em: 27 mai. 2018

_____. National Investment and Infrastructure Fund. Pequim, 24 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/projects/approved/2018/national-investment-and-infrastructure-fund.html>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

_____. Transmission System Strengthening Project. Pequim, 27 set. 2017. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/projects/approved/2017/india-transmission-system.html>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. *BNDES será operador preferencial do Fundo Brasil-China*. Institucional, 30 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-sera-operador-preferencial-do-fundo-brasil-china>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. *Programa de Parcerias para Investimentos (PPI)*. Transparência, Infraestrutura. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/ppi>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BANERJEE, Nanto. *China's investment in India*. Millennium Post, Nova Deli, 26 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.millenniumpost.in/opinion/chinas-investment-in-india-286998>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BARRAGÁN, Margarita A et. al. 'Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento'. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam e PEREIRA FILHO, Jorge. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Elefante, 2016.

BOND, Patrick. *BRICS and frustrated global financial governance seen from South Africa: Rising subimperial geopolitical-economy, declining eco-socio economic conditions and coming 'brics-from-below' resistances*. Paper presented to the Institute of International Relations, Nerudova 3, Prague 19 September 2013

_____. What are the BRICS? In: *Brics Politricks: New subimperial power plays. A brics-from-below reader for the Johannesburg Teach-In, July 23-24, 2018*, pp. 1-12. Disponível em <https://peoplesbrics.files.wordpress.com/2018/07/brics-politricks-for-july-2018-johannesburg-teach-in.pdf>

BOND, Patrick e GARCIA, Ana (eds.). *BRICS, an anti-capitalist critique*. Johannesburg: Jacana Media, 2015.

BOND, Patrick. State of the BRICS class struggle: 'Social Dialogue' reform frustration. *Counterpunch*, 19 de julho de 2018. Disponível em <https://www.counterpunch.org/2018/07/19/state-of-the-brics-class-struggle-social-dialogue-reform-frustrations/>

BRAINARD, Lawrence; WELCH, John H. *Brazil and China: Clouds on the Horizon*. Americas Quarterly, 24 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/node/3255/1346511020000>>. Acesso em: 19 ago. 2018

BRASIL, Cristina Indio do. ANP: *Brasil produz 3,31 milhões de barris de óleo equivalente por dia em outubro*. Agência Brasil – EBC, Rio de Janeiro: 01 dez. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-12/anp-brasil-produz-331-milhoes-de-barris-de-oleo-equivalente-por-dia-em>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRAUTIGAM, D., & TANG, X. "Going Global in Groups": Structural Transformation and China's Special Economic Zones Overseas, *World Development* (2013), <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.010>

BRICS FEMINIST WATCH. About us. 2018. Disponível em: <http://www.bricsfeministwatch.org/about-us.html>. Acesso em 20 de nov. 2018.

BROOKINGS. *Figure of the week: trend and determinant in Chinese FDI in Africa*. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2018/07/25/figures-of-the-week-trends-and-determinant-in-chinese-fdi-in-africa/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BUSTELO, Santiago; CARIELLO, Tulio; FRAGOSO, Gabriel. *Investimentos Chineses no Brasil 2016*. Conselho Empresarial Brasil-China. Rio de Janeiro, Maio 2017.

CABNAL, Lorena. *Feminismo diversos: El Feminismo Comunitario*. ACSUR: Las segovias, 2010. Disponível em: <http://www.calameo.com/books/002488953253b6850c481> [Acesso em jun. 2018].

CADFUND. *Projects requirements*. Disponível em: http://www.cadfund.com/en/article_list.aspx?columnid=185. Acesso em: 05 ago. 2018.

_____. *The company overview*. Disponível em: <http://www.cadfund.com/en/newsinfo.aspx?nid=48>. Acesso em: 05 ago. 2018.

CARMODY, Pdraig. *The New Scramble for Africa*. Jacobin Magazin, Issue 19, Uneven and Combined. At <https://www.jacobinmag.com/2015/12/china-south-africa-imperialism-zambia-brics-globalization/>

CELAC. *Basic Information about China-CELAC Forum*. Departamento das Relações entre América Latina e Caribe. Ministério de Relações Exteriores da China, Abril 2016.

CEPAL. *Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China*. Segunda Reunión Ministerial do Fórum da Comunidade de Estados Latino Americanos e China. Santiago, Chile, Janeiro 2018.

_____. *La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe*. Santiago, Chile, 2017.

CHEN, Wenjie; NORD, Roger. China and Africa: Crouching lion, retreating dragon?. In: *Reassessing Africa's global partnerships: Approaches for engaging the new world order*. 2018, pp. 102-115. Disponível em https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/01/foresight-2018_chapter-6_web_final.pdf

CHERU, Fantu; OBI, Cyril. Introduction. In: CHERU; OBI (ed.). *The rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions*. London, New York: Zed Books, 2010.

CHINA AFRICA INVESTMENT FORUM. *The strategic meeting of Chinese and African economic decision-makers*. Disponível em: <http://chinaafricaninvestmentforum.com/en/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CHINA DAILY. *Sinosteel founds joint venture in South Africa*. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/business/2006-12/22/content_765597.htm. Acesso em: 17 ago. 2018.

CHINA DEVELOPMENT BANK. *About CDB*. Pequim, 2015. Disponível em: http://www.cdb.com.cn/English/gykh_512/khjj/. Acesso em Novembro, 2018.

CHITRAVANSI, Ruchika. Dalian Wanda's \$10-billion Haryana project on the verge of being pulled out over equity share row. *Economic Times*, 28 abr. 2017 Disponível em: https://economictimes.indiatimes.com/wealth/real-estate/equity-sharing-row-hits-dalian-wandas-haryana-project/articleshow/58407493.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst >. Acesso em: 17 jun. 2018.

COLOMBINI NETO, Iderley. *Dinâmica Capitalista dos Investimentos Chineses no Brasil*. Action Aid Brasil e Mott Foundation. Rio de Janeiro: 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Caderno Conflitos no Campo Brasil 2015*. Brasília: CPT, 2015 [online]. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3175-conflitos-no-campo-brasil-2015> [Acesso em ago. 2018].

_____. *Caderno Conflitos no Campo Brasil 2017*. Brasília: CPT, 2017 [online]. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/category/3-cadernoconflitos> [Acesso em nov. 2018].

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. *Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (2010-2014)*. Disponível em: http://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano_de_acao_conjunta_2010_-_2014_2_.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

CONSULATE-GENERAL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN CAPE TOWN. *China, South Africa upgrade relations to "comprehensive strategic partnership"*. Disponível em: <<http://capetown.china-consulate.org/eng/xwtd/t726883.htm#>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

COSTA, Fabiana Kenia Silva; MENDONÇA, Talles Girardin de. *Evolução do comércio bilateral entre Brasil e China: Análises das relações comerciais*. Revista Economia e Desenvolvimento. ed. 29, vol. 2, Jul/Dez 2017.

CRAVEIRO, Luiz. *O que esperar de um governo Bolsonaro em relação à China*. Valor Econômico, 18/10/2018. Disponível em <https://www.valor.com.br/opiniaio/5933717/o-que-esperar-de-um-governo-bolsonaro-em-relacao-china>

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'SA, Desmond; BOND, Patrick. New Development Bank should have consulted before lending corrupt Transnet \$200 million for Durban port. In: *Brics Politricks: New subimperial power plays. A brics-from-below reader for the Johannesburg Teach-In, July 23-24, 2018*, pp. 180-185. Disponível em <https://peoplesbrics.files.wordpress.com/2018/07/brics-politricks-for-july-2018-johannesburg-teach-in.pdf>

DASGUPTA, Saibal. India sticks to its own path, says no to China's Belt & Road initiative. *Times of India*, 25 abr. 2018. Disponível em: <http://timesofindia.indiatimes.com/articleshow/63903471.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst>. Acesso em: 26 jul. 2018.

DREHER, Axel; FUCHS, Andreas; HODLER, Roland; PARKS, Bradley C.; RASCHKY, Paul A.; and TIERNEY, Michael J. *Aid on Demand: African Leaders and the Geography of China's Foreign Assistance*. Aid Data, Working Paper 3 Revised, October 2016.

DEPARTMENT OF TRADE AND INDUSTRY (DTI). *Industrial development*. Disponível em: <http://www.dti.gov.za/industrial_development/industrial_development.jsp>. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. *Industrial policy action plan 2017/18 - 2019/20*. Disponível em: https://www.thedti.gov.za/parliament/2017/IPAP_13June2017.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018.

EQUIT. *I Fórum de Mulheres dos Países BRICS*. Rio de Janeiro: EQUIT, 2014. Disponível em: <http://www.equit.org.br/novo/?p=1411>. Acesso em: 22 de nov. 2018.

EQUIT; REBRIP; OXFAM. *BRICS e o Desenvolvimento com Equidade de Gênero*. Rio de Janeiro, 2018.

EOM, Janet; HWANG, Jyhjong; ATKINS, Lucas; CHEN, Yunnan; and ZHOU, Siqi. *The United States and China in Africa: What does the data say?*. China-Africa Research Initiative. Policy Brief 18, 2017.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John; PEREIRA, Paulo Rodrigues F. *Causas e Implicações dos Investimentos Chineses no Agronegócio Brasileiro*. In: JAGUARIBE, Anna (Org.). *Direction of Chinese global investments: implications for Brazil*. Brasília: FUNAG, 2018. P. 289 – 336.

ESTEVES, Paulo, ZOCCAL, Geovana e TORRES, Gabriel. *Multilateral development banks and socio-environmental safeguards*. BPC Policy Brief, V. 6, N. 3, 2016.

ESTEVES, Paulo. "Preface", em BORGES, Caio e CORTES, Julia. *Country Systems and Environmental and Social Safeguards in Development Finance Institutions: Assessment of the Brazilian System and Ways Forward for the New Development Bank*. Conectas Direitos Humanos, 2018.

FERNANDES, Luis; GARCIA, Ana; CRUZ, Paula. *Desenvolvimento desigual na era do conhecimento: a participação dos BRICS na produção científica e tecnológica mundial*. *Contexto Internacional*, vol. 37, nr. 1, jan-jun/2015

FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. *Focac*. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/ljhy_1/dyjbzjhy_1/ci12009/>. Acesso em: 21 jul. 2018.

FUMOTO, Victor. *One Belt, One Road: a Nova Rota da Seda e Xi Jinping*. China Link, Shenzhen, 20 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.chinalinktrading.com/blog/one-belt-one-road-rotas-seda-xi-jinping/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

GARCIA, Ana. *Brics na África: mais do mesmo?* Um estudo comparativo dos acordos de investimento dos BRICS com países africanos. Instituto PACS, Março 2016. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2016/11/Publicacao-Africa-BRICS-PT_BR.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

GARCIA, Ana. BRICS investment agreements in Africa: more of the same? *Studies in Political Economy* 98:1, 2017, pp. 24-47.

GLOBAL WITNESS. *¿A Qué Precio? Negocios irresponsables y el asesinato de personas defensoras de la tierra y del medio ambiente en 2017*. 2018. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/a-qu%C3%A9-precio/>. Acesso em nov. 2018.

GRANER, Fabio. Temer: Competitividade depende de maior abertura de investimentos. *Valor Econômico*, 26/07/2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5688963/temer-competitividade-depende-de-maior-abertura-investimentos>. Acesso em: 29 jul. 2018.

HAGE, Fábio Augusto S.; PEIXOTO, Marcus; VIEIRA FILHO, José Eustáquio R. *Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil: Uma Avaliação Jurídica e Econômica*. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, jun. 2012.

HE, Canfei; ZHU, Shengjun. China's Foreign Direct Investment into Africa. In: *The state of African cities 2018: The geography of African investment*. EUR, UN-Habitat, 2018. Disponível em <https://unhabitat.org/books/the-state-of-african-cities-2018-the-geography-of-african-investment/>

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.* [online]. vol.26, n.1, 2014. pp.61-73.

HUANG, Zheping. Your guide to understanding OBOR, China's new Silk Road plan. Quartz, 15 mai. 2017. Disponível em: <<https://qz.com/983460/obor-an-extremely-simple-guide-to-understanding-chinas-one-belt-one-road-forum-for-its-new-silk-road/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

HUMAN RIGHTS WATCH. *World Report 2011: South Africa*. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2011/country-chapters/south-africa>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

INVEST INDIA. *National Report: An Assessment of State Investment Promotion Preparedness*. Invest India, Gujarat, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://static.investindia.gov.in/s3fs-public/2018-06/An%20assessment%20of%20state%20investment%20promotion%20preparedness_1.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

INSTITUTO PACS. *Quintais e Usina*. O dia dia de violações da produção de aço no Brasil. Rio de Janeiro: PACS, 2017. Disponível em: <http://violacoesnasiderurgia.pacs.org.br/#topicos>. Acesso em: nov 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. *BRICS: think tanks analisarão crescimento de longo prazo*. Brasília, 17 jul. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22930>. Acesso em Novembro, 2018

_____. *Ipea lidera a delegação do Brasil no Fórum Acadêmico dos BRICS*. Brasília, 30 maio. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33351&Itemid=4>. Acesso em Novembro, 2018

JINPING, XI. For a new era of China-AS friendship. *Sunday Independent*, July 22, 2018. Disponível em: <<https://www.iol.co.za/sundayindependent/for-a-new-era-of-china-sa-friendship-16176566>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

JACOBS, Sarah. 20 best countries around the world to invest in now. *Business Insider*, Nova Iorque, 5 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/us-news-best-countries-to-invest-in-now-2018-3>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

JAGUARIBE, Anna. Characteristics and Directions of China's Global Investment Drive. In: JAGUARIBE, A. (ed.). *Directions of Chinese Global Investments*. Implications for Brazil. Brasília: FUNAG, 2018.

KIELY, Ray. *The BRICS, U.S. 'decline' and Global Transformations*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

KIM, Y. et al. *Increased Chinese engagement in South Africa's economy – strategies, opportunities and future implications*. Centre for Chinese studies, [S.L.], mar. 2015.

KOLLAMPARAMBIL, Umakrishnan; JOGEE, Rubina. Johannesburg: Interlinked Narratives and Investment by Foreign Firms. In: *The state of African cities 2018: The geography of African investment*. EUR, UN-Habitat, 2018. Disponível em <https://unhabitat.org/books/the-state-of-african-cities-2018-the-geography-of-african-investment/>

KUPFER, David; ROCHA, Felipe. Direções do Investimento Chinês no Brasil 2010-2016: Estratégia nacional ou busca de oportunidades. In: JAGUARIBE, Anna (Org.). *Direction of Chinese global investments: implications for Brazil*. Brasília: FUNAG, 2018. P. 215 – 266.

LOPES, Bárbara; NASCIMENTO, Daniele; VADELL, Javier. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional*, v. 8, p. 81-99, jul./dez. 2013.

LOURENÇO, Luana. Apesar da resistência de movimentos sociais, Belo Monte será construída, diz ministro. *Carta Capital*, 17 mar. 2011. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/apesar-da-resistencia-de-movimentos-sociais-belo-monte-sera-construida-diz-ministro> >. Acesso em: 27 ago. 2018.

LUCENA, Andréa Freire de; BENNETT, Isabella G. China in Brazil: the quest for economic power meets Brazilian strategizing. *Carta Internacional*. vol. 8, n.2, jul-dez. 2013.

LUZ JUNIOR, José Ricardo. A OMC e o desenvolvimento do comércio sino-brasileiro. *Valor Econômico*, 05/01/2012. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/opiniao/1168716/omc-e-o-desenvolvimento-do-comercio-sino-brasileiro>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MAB. *O crime ambiental da Samarco e as mulheres*. Entrevista concedida a Fabrina Furtado, em 21 de jun, 2018.

_____. 'Sou mulher, sou atingida e a Samarco não vai me calar'. Vitória: MAB, 2017. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/sou-mulher-sou-atingida-e-samarco-n-vai-me-calar>. [Acesso em: jan. 2018].

MAIL & GUARDIAN. *South Africa and China: behind the smoke and mirrors*. Disponível em: <<https://mg.co.za/article/2016-01-11-south-africa-and-china-behind-the-smoke-and-mirrors>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. MELO, João Alfredo Telles. SAID, Magnólia Azevedo. Environmental Injustice in Northeast Brazil: The Pecém Industrial and Shipping Complex. In. COONEY, Paul; FRESLON, William Sacher. *Environmental Impacts of Transnational Corporations in the Global South*. [Online]. 14 de Nov. 2018; 171-187.

MENDES, Luiz Henrique; NAVARRO, Kauanna. Boas Perspectivas para o campo na próxima década. *Valor Econômico*, 24 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/agro/5680745/boas-perspectivas-para-o-campo-na-proxima-decada>>. Acesso em 27 jul. 2018.

MENDONÇA, Heloisa. China: O debut internacional de o presidente Michel Temer. *EL PAÍS*, 01/09/2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/01/politica/1472682956_242080.html>. Acesso em: 26 jul. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China*. Pequim e Brasília: 12 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2564-comunicado-conjunto-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-pequim-em-12-de-abril-de-2011>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

_____. *Novo Banco de Desenvolvimento*. BRICS. Brasília. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/novo-banco-de-desenvolvimento>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. *BRASIL-BRICS Intercâmbio Comercial*. Brasília, jan. 2018. Disponível em: < http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/IC-Brasil-X-BRICS-JANEIRO10_2018T.pdf>. Acesso em Novembro, 2018

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil (Mar/Abr 2018)*. No 4. Brasília: mai. 2018. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/arquivos/boletim-investimentos-chineses-no-4-pub-1.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China and South Africa*. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/fzs_663828/gjlb_663832/3094_664214/>. Acesso em: 08 ago. 2018.

_____. *The Forum on China – Africa Cooperation Johannesburg Action Plan (2016-2018)*. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1323159.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2018.

MUCHAPONDWA, Edwin; NIELSON, Daniel; PARKS, Bradley; STRANGE, Austin; and TIERNEY, Michael. 'Ground-Truthing' Chinese Development Finance in Africa: Field Evidence from South Africa and Uganda. *The Journal of Development Studies*, 52:6, 780-796, 2016.

NEW DEVELOPMENT BANK – NDB. *Environment and Social Framework*, March 2016. Disponível em <http://ndb.int/pdf/ndb-environment-social-framework-20160330.pdf>

_____. *Development solutions for a sustainable future*. Annual Report 2017. Disponível em https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2018/07/NDB_AR2017.pdf

_____. *Bihar Rural Roads Project*. New Development Bank, Shanghai, 28 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.ndb.int/projects-biharindia/>>. Acesso em: 4 ago. 2018.

_____. *About Us*. Disponível em: <<https://www.ndb.int/about-us/>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

_____. *Canara Renewable Energy Financing Scheme*. Shanghai, 13 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.ndb.int/canara-india/>>. Acesso:

27 mai. 2018.

_____. *List of all projects*. Disponível em: <<https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

_____. *Madhya Pradesh Major District Roads Project*. Shanghai, 16 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.ndb.int/madhya-pradesh-india/>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

NEW SECURITY LEARNING. *China's mighty telecom footprint in Africa*. Disponível em: <<http://www.newsecuritylearning.com/index.php/archive/75-chinas-mighty-telecom-footprint-in-africa>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

NOBRE, Miriam. Entrevista sobre BRICS, Investimentos Chineses e Mulheres. Concedido à Fabrina Furtado. 26 de nov. 2018.

NOGUEIRA, Edwrigues. Especialistas dizem que combate à exploração sexual esbarra na invisibilidade. *Agência Brasil*. 18/05/2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-05/especialistas-dizem-que-combate-exploracao-sexual-esbarra-na>. [Acesso em: 29 de nov. 2018].

PANDA, Jagannath. India-China Strategic Economic Dialogue (SED): Progress and Prognosis. *IDSA Issue Brief*, April 3 2014. Disponível em https://idsa.in/issuebrief/IndiaChinaStrategicEconomicDialogue_jppanda_030414

PATIL, Reshma. China set to be India's fastest growing FDI partner; leaps from 35th to 17th spot in 5 years. *First Post*, 10 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.firstpost.com/business/china-jumps-from-35th-to-17th-position-in-indias-official-fdi-rankings-between-2011-and-2016-3376492.html>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaio. Brasil e China e os diferentes projetos nacionais. *Pontes*, vol. 12, n. 9. 20 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/brasil-e-china-e-os-diferentes-projetos-nacionais>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

PECEQUILO, Cristina; JUNQUEIRA, Emerson. Uma Visão Comparada das Relações Brasil-China: O Plano Decenal (2012) e o Plano de Ação Conjunta (2015). *Mundorama*, Fev, 2016. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=18392>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

POLITY. *Strategising China–South Africa Relations*. Disponível em: <<http://www.polity.org.za/article/strategising-chinasouth-africa-relations-2013-03-26>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

PORTAL BRASIL. *Brasil e China lançam Fundo para expandir capacidade produtiva no País*. Governo do Brasil. Brasília: 30 mai 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/infraestrutura/2017/05/brasil-e-china-lancam-fundo-para-expandir-capacidade-produtiva-no-pais>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

PRASHAD, Vijay. *Neoliberalism with Southern Characteristics: The rise of the BRICS*. Rosa Luxemburg Foudation – New York Office. May, 2013

PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS. *Sobre o Programa*. Disponível em: <<https://www.ppi.gov.br/sobre-o-programa>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

RAMOS, Leonardo, GARCIA, Ana, PAUTASSO, Diego, RODRIGUES, Fernanda. A decade of emergence: the BRICS institutional densification process. *Journal of China and International Relations*, v. 6, n. 1, 2018.

RAY, Rebecca. *China-Latin America Economic Bulletin 2018 Edition*. Boston University. Global Development Policy Center, Discussion Paper. Boston: 2018.

REUTERS. China signs \$10 bln loan-for-oil deal with Brazil. *Market News*, 19 mai. 2009. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/china-brazil-oil/update-2-china-signs-10-bln-loan-for-oil-deal-with-brazil-idUSPEK26898520090519>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

RITTNER, Daniel. Fundo Brasil-China escolhe projetos para aportes de US\$ 2,4 bi. *Valor Econômico*, 09 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5512609/fundo-brasil-china-escolhe-projetos-para-aptos-de-us-24-bi>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

ROSA, Ana Beatriz. Por que a violência contra mulheres indígenas é tão difícil de ser combatida no Brasil. *HuffPostBrasil*. 25 de novembro, 2016. Disponível em http://www.huffpostbrasil.com/2016/11/25/por-que-a-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-tao-dificil-de-s_a_21700429/. Acesso em set. 2017

SAID, Magnólia Azevedo. Entrevista sobre BRICS, Investimentos Chineses e Mulheres. Concedido à Fabrina Furtado. 20 de nov. 2018.

SEGATO, Rita L. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. E-caderno ces. 18/2012.

SHEN, Xiaofang. Private Chinese Investment in Africa. Myths and Realities. The World Bank, Policy Research Working Paper 6311, January 2013.

SHOUJUN, Cui; MIRANDA, Otávio Costa. Enquadrando a cooperação energética Sino-Brasileira: perspectivas chinesas. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, vol.5, n.10, Jul./Dez. 2016.

SINGH, Teshu. Sino-Indian Strategic Economic Dialogue. An analysis. *IPCS Issue Brief*, nr. 184, March 2012.

SOBRAL, Mariana. *As mulheres do rio doce existe, lutam e resistem*. 2018. Disponível em: <http://www.defensoria.es.def.br/site/index.php/2018/03/08/mulheres-do-rio-doce-existem-lutam-e-resistem/>. Acesso em jun. 2018.

SONGTIAN, Lin. Journey towards a brighter future. *Pretoria News*, January 2, 2018. Disponível em: <<https://www.iol.co.za/pretoria-news/journey-towards-a-brighter-future-12587359>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

SOUTH AFRICA GOVERNMENT. *National development plan 2030*. Disponível em: <<https://www.gov.za/issues/national-development-plan-2030>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SOUTH CHINA MORNING POST COMPANIES. Minsheng investment's building garm seals US\$1.29bn South African affordable homes deal. Disponível em: <<https://www.scmp.com/business/companies/article/2115439/minsheng-investments-building-arm-seals-us129bn-south-african>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SPUTNIK NEWS. China bate recordes de investimentos na Índia. Rio de Janeiro, 19 set. 2015. Disponível em: <<https://sptnkne.ws/jjPT>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

STANDARD BANK. *Africa is our home, we drive her growth*. Disponível em: <<http://reporting.standardbank.com/about.php>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

STATE GRID. *Linhas de Transmissão*. Disponível em: <<http://www.stategrid.com.br:8080/stategrid/linhas-de-transmissao>>. Acesso em: 19 jul. 2018

SUN, Yun. *Africa in China's Foreign Policy*. Brookings: John L. Thornton China Center and Africa Growth Initiative, April 2014.

THE ECONOMIST. *One Belt, One Road: an economic roadmap*. Intelligence Unit: Economist Corporate Network, 2016.

THE NEW YORK TIMES. ICBC to buy \$5.6 billions take in South African bank. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2007/10/26/business/worldbusiness/26iht-26icbc.8062473.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

THE STATE COUNCIL THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's foreign aid (2014)*. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.

THE HINDU BUSINESS LINE. *China keen to negotiate bilateral investment treaty, set up industrial park*. Chennai, 28 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.thehindubusinessline.com/news/national/china-keen-to-negotiate-bilateral-investment-treaty-set-up-industrial-parks/article23375699.ece>>. Acesso em Novembro, 2018.

THOMPSON, Lisa; WET, Pamela; AWASEH, Franklin. In: *Brics Politricks: New subimperial power plays. A brics-from-below reader for the Johannesburg Teach-In, July 23-24, 2018*, pp. 200-205. Disponível em <https://peoplesbrics.files.wordpress.com/2018/07/brics-politricks-for-july-2018-johannesburg-teach-in.pdf>

UNCTAD. *South Africa Protection of Investment Act (2015)*. Disponível em: <<http://investmentpolicyhub.unctad.org/InvestmentLaws/laws/157>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. *Agreement between the government of the Republic of India and the People's Republic of China*. United Nations, Geneva. Disponível em: <<http://investmentpolicyhub.unctad.org/IIA/country/96/treaty/912>>. Acesso em: 7 jul. 2018.

_____. *World International Report 2017: Investment and the Digital Economy*. United Nations, Geneva.

_____. *World International Report 2018: Investment and new Industrial Polices*. United Nations, Geneva.

VADELL, Javier Alberto. El Foro China-CELAC y el nuevo regionalismo para un mundo multipolar: desafíos para La Cooperación 'Sur-Sur'. *Carta Internacional*, vol. 13, n. 1, Belo Horizonte: 2018, p. 6-37.

VALOR ECONÔMICO. China promete US\$ 250 bi para a América Latina. 9 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/3851854/china-promete-us-250-bi-para-america-latina>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____. Greve dos petroleiros tem adesão de profissionais de 12 Estados. 21 out. 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/3311094/greve-dos-petroleiros-tem-adesao-de-profissionais-de-12-estados#>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

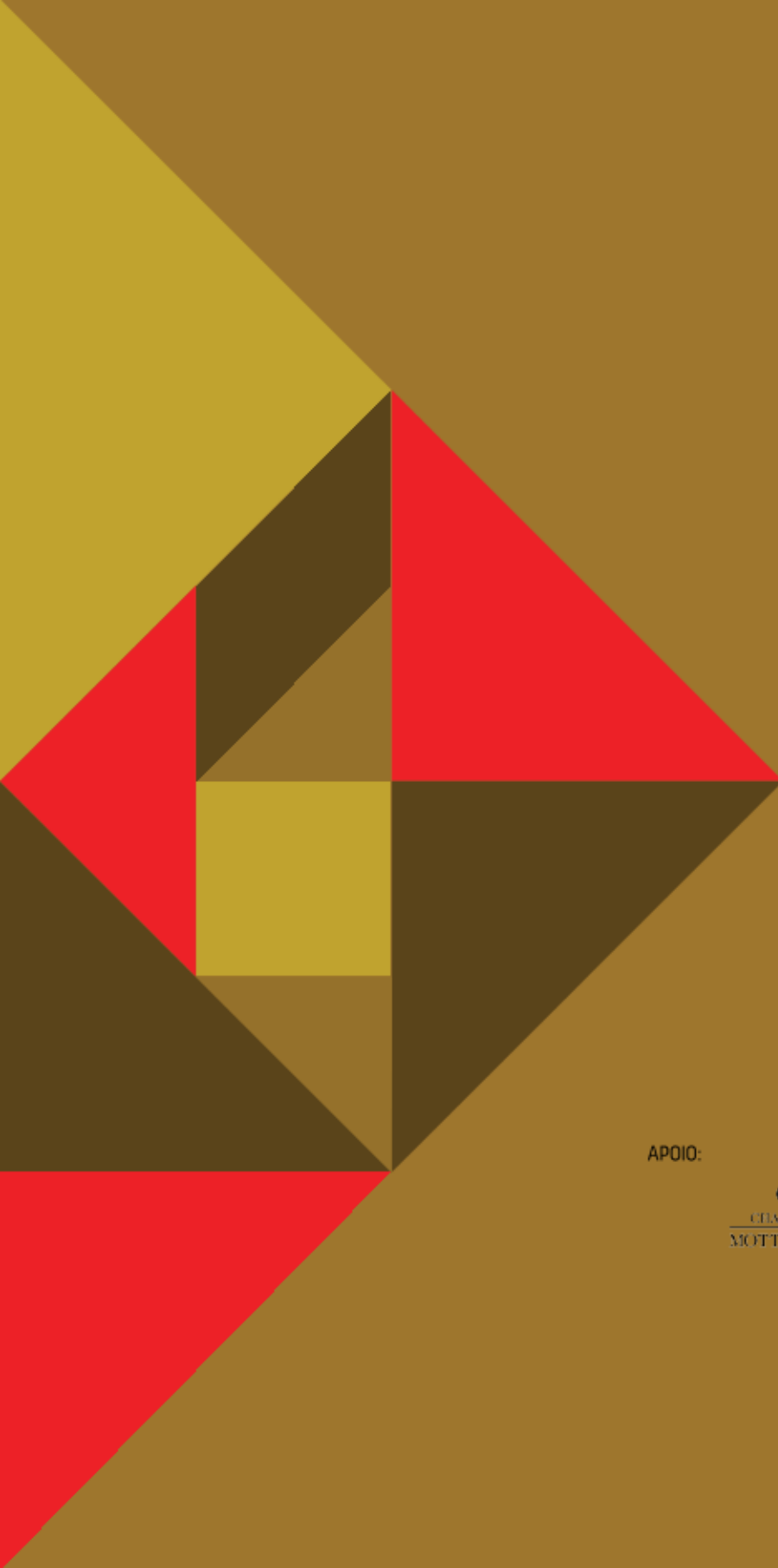
_____. Temer leva comitiva esvaziada para China. 25 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/5095236/temer-leva-comitiva-esvaziada-para-china>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

VEDIE, Henri-Louis. Chinese mining investments in Africa. *OCP Policy Center*, Policy Brief , April 2017, PB 17/15.

VENTURES. *Africa: Cad-Fund set to boost agriculture investment*. Disponível em: <<http://venturesafrica.com/africa-cad-fund-set-to-boost-agriculture-investment/>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

YING, Wang. Wanda to tap Indian market. 2012. *China Daily*, 15 dez. 2018. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/business/2012-12/15/content_16023120.htm>. Acesso em: 17 jun. 2018.

ANA SAGGIORO GARCIA é professora adjunta de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e colaboradora do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).



APOIO:


CHARLES STEWART
MOTT FOUNDATION